

RN ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios

ANO X — N° 99 — FEVEREIRO/79 — Cr\$ 35,00

Febrin



Nesta edição:

**O PRIMEIRO
ESCALÃO DE
LAVOISIER**

PREFEITURA DO NATAL

**Vauban
presta contas**

**Agripino diz
o que vai fazer**

410

Pinheiro



CORCEL II L



a marca que oferece mais a você.



BELINA LDO

Venha conhecer os novos modelos da linha FORD, com as inovações que lhe asseguram cada vez mais conforto e economia.

REVENDEDORES AUTORIZADOS EM NATAL:

GRANORTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

MATRIZ: Av. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-4586, 231-3097 e 231-4272.

FILIAL: Rua Presidente Bandeira, 656 — Fones: 231-4586.

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá

Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerente-Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Luciano Herbert

José Ari

Aderson França

Paulo de Sousa Lima

Correspondente em Mossoró

Emery Costa

Fotografias

João Garcia de Lucena

Diagramação

Fernando Fernandes

Fotocomposição e Montagem

Antônio José D. Barbalho

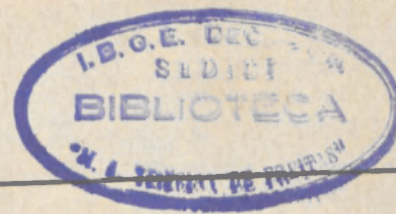
Fortunato Gonçalves

Francisco das C. Martins

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarar Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Domingos Gomes de Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Joanielson de Paula Rego, João Frederico Abbott Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08286320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-3576. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 30,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 280,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 40,00.



Reportagens

O que esperar do próximo Governo?	8
Vauban, prestando contas	19
De repente o futuro prefeito descobriu o povo	40
Empresários dizem a Lavoisier como enfrentar o problema do desemprego	44
Programa de inseminação artificial vai melhorar o rebanho do RN	54
Em silêncio, a CAERN realizou mais do que se pode imaginar	58
Cai a qualidade do algodão potiguar e a Secretaria da Agricultura não sabe	64
O DETRAN está vencendo o desafio do trânsito natalense	69
CEASA é um esforço isolado para resolver o problema do abastecimento	72
Assembléia quer recuperar imagem. Deputados dizem como vão fazer isto	78
Educação continua sendo um desafio ao Governo	82
Indústria de confecções continua crescendo em 79	88
Indústria pesqueira permanece à frente na pauta de exportações	92
A Fazenda ganhou estrutura e implantou a Justiça Fiscal	94

Secções

Homens & Empresas	4
Página do Editor	7
Agenda do Empresário	62
Direito Econômico	98

Artigo

Concentração de Renda e Miséria Absoluta (Pedro Simões Neto)	96
---	----

SUDENE APROVA FÁBRICA DE CERVEJA PARA O ESTADO

A **SUDENE** aprovou carta-consulta que lhe foi encaminhada pelo grupo **CERMA-CERPA**, fabricante de cerveja no Maranhão e no Pará, interessado em implantar mais uma unidade em Natal. O diretor-presidente do grupo, **Benjamim Marques**, esteve recentemente neste Estado para apresentar ao governador **Tarcísio Maia** o projeto da indústria que exigirá investimentos da ordem de Cr\$ 600 milhões e que criará cerca de 400 empregos diretos.

MAIS 200 APARTAMENTOS CONSTRUÍDOS PELA HENCIL

A **HENCIL — Holanda Engenharia Comércio e Indústria Ltda.** já está definitivamente enquadrada entre as maiores empresas de construção civil do Rio Grande do Norte, pelo excelente nível técnico alcançado e pela importância das obras que tem executado para os órgãos públicos locais e de outros Estados. No momento, em Natal, a **HENCIL** está construindo mais 200 apartamentos para o **INOCOOP-RN**, no bairro de Morro Branco, obra orçada, a preços de hoje, em Cr\$ 55 milhões. O cronograma será rigorosamente cumprido e em agosto os 5 edifícios que compõem o conjunto serão inaugurados.

VIA COSTEIRA: Cr\$ 100 MILHÕES NA 1ª ETAPA

Cinco grandes empresas construtoras nacionais estão inscritas para a concorrência pública da primeira etapa da Via Costeira, compreendendo 8,4 quilômetros, obra orçada em torno de Cr\$ 100 milhões, com o prazo de 12 meses para ser construída. São as seguintes as concorrentes: **Empresa Industrial Técnica S/A**, **Norberto Odebrecht**, **Mendes Júnior**, **Queiroz Galvão** e a **Andrade Gutierrez**. A abertura da concorrência será dia 7 de março e a firma vencedora terá 30 dias para iniciar a obra.



O diretor-presidente da **Alpargatas Confeções do Nordeste S/A**, **David Reeves**, recebeu a visita do governador **Tarcísio Maia** em sua indústria.



Na foto acima, **David Reeves** e **Paulo Costa Júnior**, também diretor da **Alpargatas**, conversam com o diretor de **RN/ECONÔMICO**, **Marcelo Fernandes**.

ALPARGATAS — BOM DESEMPENHO E NOVAS INICIATIVAS NO RN

A **Alpargatas Confeções do Nordeste S/A** reuniu em Natal os seus diretores, encabeçados pelo diretor-presidente **David Reeves**, para inaugurar um armazém de abastecimento dos funcionários da empresa, bem como para traçar planos para o futuro desse importante grupo industrial no Rio Grande do Norte. Em solenidade que contou com a presença do governador do Estado e de inúmeras autoridades, a **Alpargatas** entregou o reembolsável dos empregados, ao mesmo tempo em que abriu as portas da sua fábrica da **BR-101** para uma visita dos convidados. Falando na ocasião, **David Reeves** revelou que dentro em breve a indústria experimentará uma nova fase de expansão, passando de 12.000 para 18.000 a sua produção diária de camisas e criando mais 500 oportunidades de emprego em Natal. Por sua vez, o governador **Tarcísio Maia**, mostrando-se muito bem informado acerca da conjuntura da empresa, falou de improviso elogiando os resultados por ela alcançados nos três últimos anos. E revelou que de um faturamento de Cr\$ 350 milhões em 1978, a **Alpargatas Confeções** deverá chegar em 1979 aos Cr\$ 700 milhões. Por fim, o chefe do Executivo externou sua esperança de que este grupo diversifique suas atividades no RN, entrando no setor de fiação e tecelagem.

HOMENS & EMPRESAS

CAFÉ VENCEDOR COM EMBALAGEM A VÁCUO

O **Moinho de Ouro Indústria e Comércio**, fabricante do **Café Vencedor**, está ingressando na era da embalagem a vácuo, que garante por muito tempo o sabor e a qualidade do produto. Utilizando-se do programa **FINAME**, a direção do **Moinho de Ouro** adquiriu equipamentos no valor de quase Cr\$ 2 milhões.

LANÇAMENTO DE DOIS EDIFÍCIOS NO CENTRO

O grupo empresarial dirigido por **Álvaro Alberto Barreto**, da **APERNA**, está ultimando os detalhes para o lançamento de dois edifícios no centro de Natal, um para fim comercial, na esquina da avenida Deodoro com a rua João Pessoa, e outro residencial, na rua Junqueira Aires, próximo ao Palácio Felipe Camarão. Um aspecto importante a ser observado a respeito deste último edifício é que ele se destinará a pessoas solteiras ou a casais sem filhos, oferecendo apartamentos de quarto, sala e cozinha, a preços ao alcance da classe média baixa.

RECOMAPE CONSTRÓI NOVOS DEPÓSITOS

A **Revendedora Costa — Máquinas e Peças Ltda.** — **RECOMAPE** já concluiu a construção do seu novo depósito central, localizado à avenida Bernardo Vieira em área de 3.200 metros quadrados. No mesmo local, futuramente, deverá ser construída mais uma filial da **RECOMAPE**, empresa que atinge todo o mercado do Rio Grande do Norte e parte da Paraíba, na qualidade de revendedora exclusiva de vários fabricantes de móveis, máquinas e materiais para escritório. Por outro lado, a filial da **RECOMAPE** na cidade de Mossoró passou recentemente para novas e modernas instalações, à rua Coronel Gurgel.



EXPEDITO AMORIM É MINISTRO DO TRABALHO

Expedito de Azevedo Amorim, presidente da **Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte**, foi escolhido pelo presidente da República para ministro do **Superior Tribunal do Trabalho**, devendo tomar posse do cargo em meados de março. Entre outros fatores que ajudaram à indicação de **Expedito** estão: 1) o excelente trabalho que ele vem desenvolvendo na diretoria da **Confederação Nacional da Indústria**, onde ocupa importante posto; e 2) o apoio que foi emprestado ao seu nome pelas mais expressivas forças políticas do Estado, dentre as quais o atual governador **Tarcísio Maia** e o futuro governador **Lavoisier Mala**, o senador **Dinarte Mariz**, o senador **Jessé Pinto Freire** e o deputado **Djalma Marinho**.

CRIAÇÃO DE PUROS SANGUES NO RIO GRANDE DO NORTE

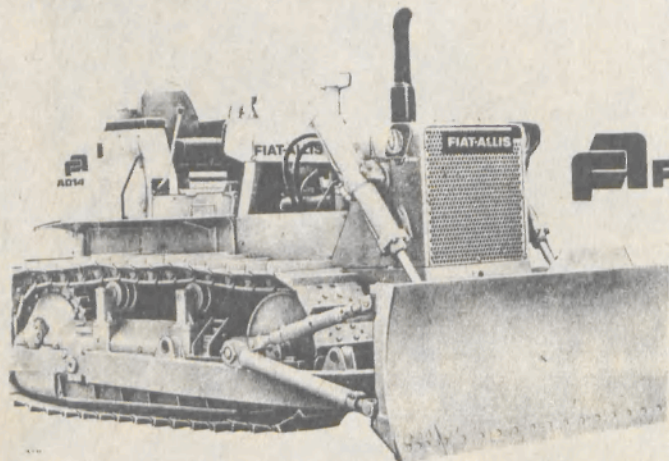
Há dez anos que o Rio Grande do Norte possui uma criação de cavalos Puro Sangue Inglês — **PSI**, registrado na **Associação Brasileira de Criadores de Cavalos** e no **Stud Book Brasileiro**. Trata-se do **Haras Real**, pertencente a **Francisco Ribeiro Alves**, que além de exercer a profissão de corretor de imóveis, é um profundo conhecedor da criação de cavalos.

Os Puros Sangues são criados na **Fazenda Logradouro**, município de Jardim de Angicos, oferecendo para vaquejadas animais mestiços de Puro Sangue Inglês, tendo para isso cinco reprodutores **P. S. I.**, da mais alta linhagem, inclusive um deles importado dos Estados Unidos da América.

FIAT É SUCESSO ABSOLUTO EM NATAL

Em pouco mais de um ano, a **NAVONA**, revenda autorizada da **FIAT** em Natal já disputa em igualdade de condições o mercado de automóveis, chegando mesmo a liderar as vendas em várias épocas. A aceitação do carro **FIAT** é indiscutível, a ponto de já estarem rodando em Natal cerca de 1.000 unidades. Todo este sucesso encorajou a **NAVONA Veículos** a investir na construção de uma moderna sede, que além de amplas áreas de exposição, administração e venda de peças, possui grande espaço tecnicamente projetado para oficina, garantindo uma assistência perfeita aos veículos **FIAT**. Nestes dias de crise de combustível, os negócios da empresa experimentam uma fase realmente excelente, pois o **FIAT** continua sendo o carro mais econômico fabricado no Brasil.

A TURMA DA PESADA



FIAT-ALLIS



PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"

TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



**(DRESSER)
Galion**

**GUINDASTES "GALION"
ATÉ 14 TONELADAS**



VALMET

Empilhadeira Valmet 3000E



HWB

MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"



VALMET

**TRATORES DE PNEUS
E EMPILHADEIRAS "VALMET"**

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS



COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

R. TEOTÔNIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222-1554 - NATAL-RN

RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - MOSSORÓ-RN.



Atitudes que definem

Algumas atitudes de quem vai governar não podem passar sem um registro. Assim, enumeramos as que certamente podem servir como definição do estilo que depois de 15 de março será implantado na administração estadual. Nem todas são positivas. Por exemplo: o futuro governador se negar a receber os membros do Poder Legislativo, após o episódio da eleição da mesa da Assembleia, só porque os deputados exerceram com alguma liberdade o direito de indicar o segundo-secretário que acharam mais capaz. Isto pode significar falta de habilidade política e de humildade, inadmissíveis nesses tempos de abertura. Uma outra atitude não condiz com a condição de homem público: a discriminação dos veículos informativos, ou seja, a sonegação de informações a um determinado órgão da imprensa, sejam quais forem os motivos alegados. Afinal, um governador deve satisfazer a toda a comunidade, e não apenas a uma parcela que o elogia.

Entre os gestos válidos, três merecem maior destaque. Lavoisier Maia teve forças para não se render à máquina tecno-burocrata que tudo pode neste Estado. Soube-se que quando os técnicos encarregados de elaborar o seu plano de Governo lhe entregaram alguns maçudos documentos redigidos em economês, cheios de gráficos e projeções ininteligíveis, ele prontamente devolveu-os, mandando que se fizesse algo que o povo pudesse entender. Foi uma boa lição. Há uma tendência entre os nossos técnicos de copiar os modelos reisvelosianos, formular conceituações livrescas, subverter estatísticas na hora de planejar qualquer coisa. Esses técnicos em geral têm conseguido impor aos indefesos governantes volumes enormes de projetos exóticos escritos em economês, linguagem fruto de uma certa mediocridade que se esconde atrás de teorias em moda para dis-

sertar sobre uma coisa essencialmente prática — a economia. Fez bem o governador ao exigir que sobre o seu programa de Governo se fale em termos claros.

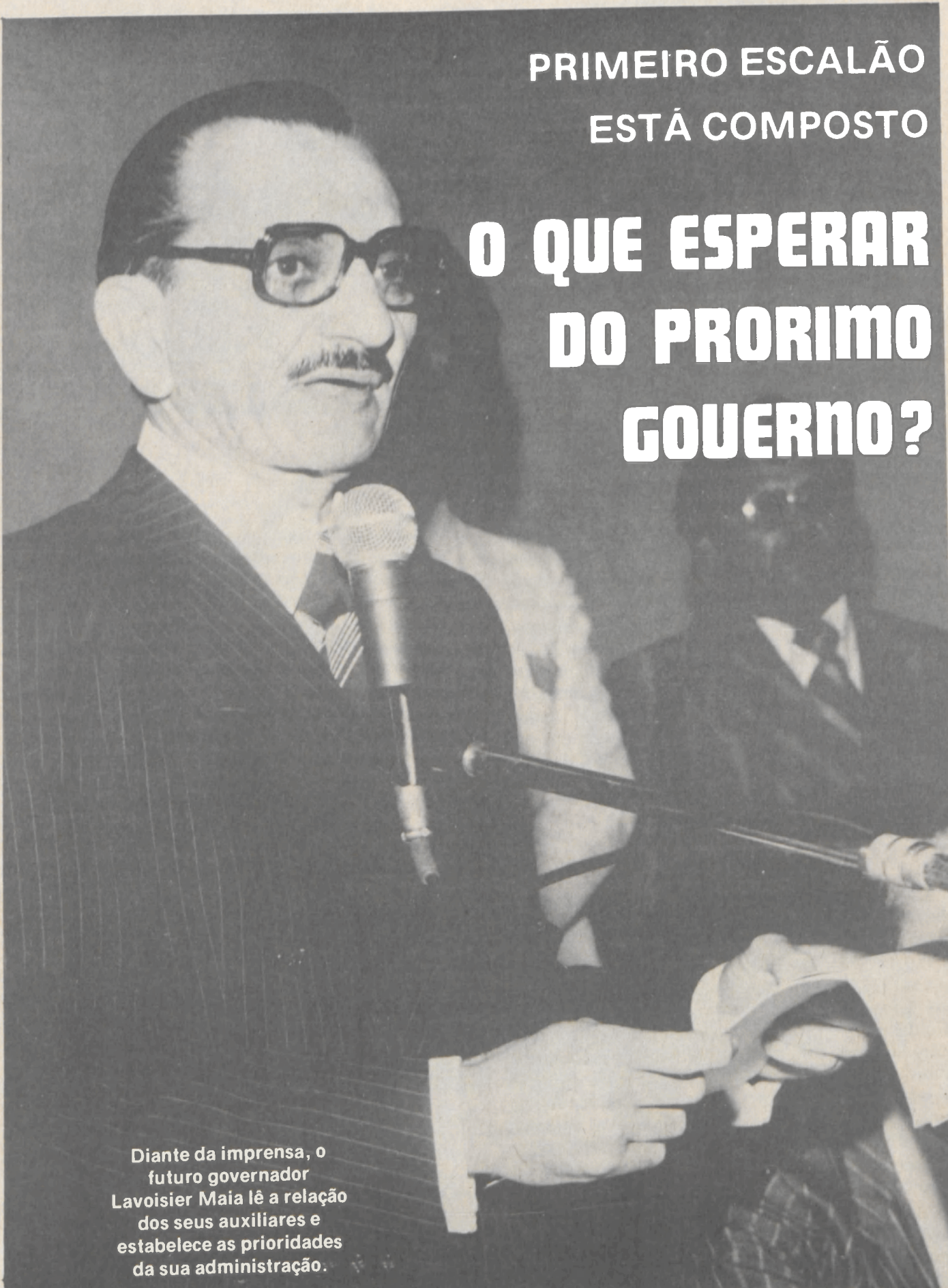
O segundo gesto positivo foi a entrega da Secretaria do Planejamento a alguém que, embora formado em Ciências Econômicas, é acima de tudo um administrador. Isto, ao que tudo indica, servirá para desativar pelo menos em parte a malha tecnocrata que complica, encarece e burocratiza o que devia ser simples: o planejamento e a coordenação geral do Governo. A escolha do próximo secretário do Planejamento é um indicador da vontade que Lavoisier Maia tem de racionalizar essa área tão complexa da administração.

A terceira atitude a ser anotada é a obstinação com que o governante tem se referido à agricultura e à pecuária como prioridades da sua gestão. Muitos podem imaginar que isso não passa de uma cópia do comportamento do futuro Presidente da República, general Figueiredo, que desde a primeira hora da sua escolha já anunciava esse mesmo tipo de prioridade. No entanto, Lavoisier Maia confirmou o seu propósito logo na escolha do futuro secretário da Agricultura, ao confiar o cargo a um técnico local que realizou no Estado da Paraíba um trabalho reconhecidamente valioso para a modernização e o incremento do setor primário. O importante, a partir de 15 de março, é que não falem recursos nem apoio para que a Secretaria de Agricultura possa estar presente na luta pelo desenvolvimento do meio rural, onde vive e trabalha a maioria dos norte-riograndenses.

Marcos Aurélio de Sá

PRIMEIRO ESCALÃO
ESTÁ COMPOSTO

O QUE ESPERAR DO PRORIMO GOVERNO?



Diante da imprensa, o futuro governador Lavoisier Maia lê a relação dos seus auxiliares e estabelece as prioridades da sua administração.

Não se pode dizer que é a melhor nem a pior equipe de Governo constituída nos últimos tempos no Rio Grande do Norte. Nomes de alto nível foram colocados ao lado de outros sem projeção, políticos foram misturados com técnicos, e assim está praticamente composto o time que vai — pelo menos em tese — defender a bandeira do desenvolvimento do Estado. Mas ainda há muitos lugares vazios na equipe principal e o banco de reservas é numeroso demais.

Está praticamente formada a equipe que subirá com o futuro governador Lavoisier Maia ao comando da administração pública do Rio Grande do Norte. Os nomes, de uma maneira geral, são exatamente os mesmos que a imprensa diária anunciou através das suas colunas especializadas desde alguns meses atrás. Mais de 50 por cento dos escolhidos até agora já ocupam cargos de confiança no Governo de Tarcísio Maia, o que vem denotar a ten-

QUEM FICA — Dos atuais ocupantes de cargos de confiança na administração estadual, têm lugar garantido no próximo Governo:

1) *Francisco de Assis Câmara*, que permanece à frente da Secretaria de Administração. Trata-se de um técnico apolítico;



dência do Estado ter de enfrentar uma fase de continuísmo político.

Ao estabelecer como critérios básicos para a formação do seu secretariado a confiança pessoal e a capacidade, sem querer o governador Lavoisier Maia criou algumas áreas de insatisfação junto aos esquemas políticos que hoje o apoiam, depois de terem passado os últimos quatro anos apoiando incondicionalmente o seu primo Tarcísio. Primeiro, talvez por não ser digna de confiança ou não ter capacidade, a outra metade



2) *Getúlio Alves da Nóbrega*, atual diretor-presidente da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN, que passa a ocupar a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Amigo pessoal de Lavoisier Maia, também é apolítico. Está à frente de cargos de confiança desde o Governo do monsenhor Walfredo Gurgel, quando foi um dos diretores do

do secretariado atual que sobrou, guarda atravessado na garganta o alijamento inesperado; segundo, os grupos políticos que formaram o "sistema de forças que elegeram o senador Jessé Freire", nos quais figuram parlamentares da ARENA e os adesistas do MDB, revelam certa frustração por não terem sido sequer consultados no episódio da composição do primeiro escalão governamental. E isto acontece porque todos se julgam, naturalmente, capazes e merecedores de confiança.

BANCOFERN (antiga designação do Banco de Desenvolvimento). No Governo Cortez Pereira foi diretor do Núcleo de Assistência Empresarial (NAE), atual CEAG-RN, órgão então vinculado ao BDRN;



3) *João José Pinheiro da Veiga*, tenente-coronel do Exército, se mantém na Secretaria da Segurança Pública. É um homem sem atuação política;



4) *Esequias Pegado Cortez Neto*, um jovem técnico que tem se revelado bom administrador, já atravessou dois períodos governamentais, sempre na presidência da Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB-RN. Agora, ele muda de setor. Vai para a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Inteiramente apolítico;



5) *Vauban Bezerra de Faria*, atual prefeito de Natal, cargo que tem ocupado com muita desenvoltura, será o próximo secretário dos Transportes e Obras Públicas. Tem procurado aparecer mais como técnico do que como político;



6) *Nilson Patriota*, um jornalista que o governador Tarcísio Maia tirou da disponibilidade para entregar-lhe a presidência da Companhia Editora do Rio Grande do Norte — CERN, será o secretário de Imprensa de Lavoisier. Já foi político. Hoje não é mais;



7) *José Gonçalves Amorim*, coronel da Polícia, continua na chefia do Gabinete Militar. Não tem cor partidária;



8) *Álvaro Coutinho da Motta*, segundo-suplente do senador Jessé Freire, é o único político militante a integrar a equipe de Lavoisier Maia. Passa da presidência da RIONORTE — Cia. Norte-Riograndense de

Crédito, Financiamento e Investimento, para a presidência do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — BDRN;

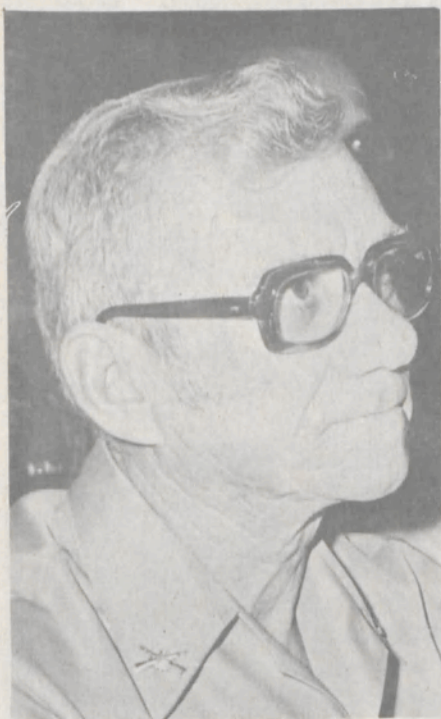


9) *Nilson Gurgel Fernandes*, diretor-presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário — CIDA, deve continuar no cargo. É um técnico sem maiores vinculações políticas, apesar do seu pai, Alcides Fernandes, ser o atual vice-prefeito de Mossoró;



10) *Hélio Rocha*, major do Exército, se conduziu com eficiência à frente do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. Continua no posto, sem interferências de grupos políticos;

11) *Fernando de Miranda Gomes*, procurador-geral do Estado desde o Governo de Cortez Pereira, está mantido na função por mais quatro anos. É apolítico;



12) *Heider Nogueira Mendes*, coronel do Exército, permanecerá no comando da Polícia Militar do Rio Grande do Norte;



13) *Efreim Lima*, um dos mais eficientes auxiliares do Governo Tarcísio Maia, está mantido na presidência do Instituto de Previdência do Estado — IPE. Não é político;



14) *Luiz de Barros*, ex-senador, homem do esquema do senador José Pinto Freire, deverá continuar na presidência da Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte — CEASA;

15) *Gastão Mariz de Faria*, diretor do DETRAN, hoje transformado em autarquia, também está confirmado para mais um período à frente do órgão.

A METADE DO SECRETARIADO ATUAL FOI ALIJADA POR LAVOISIER

OS QUE SOBRAM — A relação dos que sobram, à primeira vista, parece grande. Mas há possibilidades de alguns nomes ainda virem a ser premiados com diretorias de sociedades de economia mista ou com cargos efetivos no Estado, tão compensadores financeiramente quanto as transitórias funções de confiança. Em princípio, deixam de ser aproveitados os seguintes auxiliares de Tarcísio Maia:

1) *Danilo de Gadê Negócio*, atual chefe da Casa Civil, que talvez tivesse condições de continuar servindo ao Governo do Rio Grande do Norte por conta dos seus laços de amizade com a família Maia, mas que preferiu retornar ao emprego que possui na Companhia Vale do Rio Doce;

2) *Benivaldo Azevedo*, secretário da Indústria, Comércio e Turismo, não conseguiu êxito no seu trabalho. Limitou-se a comprometer os



recursos da sua pasta na elaboração de alguns projetos caríssimos. Estimulou a estatização da economia local, criando novas empresas públicas de futuro duvidoso. Pode ser considerado o principal responsável pelo fracasso de toda a política de desenvolvimento do Governo Tarcísio Maia;



3) *Sanderson Negreiros*, secretário de Assuntos Extraordinários, chegou a ser cotado para a Secretaria de Educação e Cultura no próximo Governo. Causou surpresa o seu alijamento da equipe de Lavoisier Maia;



FIAT

147 GLS

Motor

Dianteiro, transversal, de quatro cilindros em linha, quatro tempos, refrigerado a água, com circuito selado:

diâmetro x curso dos cilindros (mm)	76 x 71,5
cilindrada total cm ³	1297,4
taxa de compressão	7,5:1
potência máxima CV (SAE)	61
regime de potência máxima (rpm)	5.400
torque máximo kgm (SAE)	9,9
regime de torque máximo (rpm)	3.000



147 rallye

A Fiat acaba de lançar no Brasil a sua experiência em rallies: aqui está o Fiat 147 Rallye, um carro planejado para que você desfrute no dia a dia o que a Fiat aprendeu em rallies e que a transformou em marca-campeã dessas competições em todo o mundo.

O motor do 147 Rallye é um motor preparado especialmente para quem gosta de economia e potência ao mesmo tempo. Tem 4 cilindros, com 1.300 cc de cilindrada, carburador duplo corpo, válvulas de admissão e escape no cabeçote, e comando por correia dentada. A potência máxima é de 72 CV a 5.800 rpm e o torque de 10,8 kgm a 4.000 rpm.



pick-up

Na pick-up sem cobertura, a capacidade da caçamba é de 650 litros, ampliada para 1.560 litros na versão que utiliza o teto de lona.

A capacidade de carga, para as duas versões, é de 350 quilos com duas pessoas, ou de 380 quilos com o motorista.



Arte: Gentry



FIAT

Concessionárias autorizadas no R. G. do Norte.

NAVONA

Av. Salgado Filho, 3540 (logo após o viaduto)
Tels.: 231-2122 e 231-5276
Natal-RN.



Praça Ulrich Graf, 100
Tel.: 321-3377 — 59.600
Mossoró — Rio G. do Norte.





4) *Artur Nunes de Oliveira Filho*, secretário da Fazenda, poderia ter sido aproveitado na Secretaria de Planejamento, mas se desentendeu com o esquema de Lavoisier Maia, a partir de uma divergência com o vice-governador Geraldo José de Melo sobre política administrativa. Técnico competente, Artur pode ser citado como o secretário que implantou o regime da Justiça Fiscal no Rio Grande do Norte, extinguindo discriminações e privilégios na sua pasta, a partir do que se conseguiu uma elevação sem precedentes na arrecadação estadual. Convidado a trabalhar na assessoria direta ao futuro presidente do SERPRO, em Brasília, preferiu largar as chances de permanecer no secretariado do RN;



5) *Marcos César Formiga Ramos* manteve-se durante os dois últimos Governos à frente da Secretaria do Planejamento. Deu origem à formação de uma casta de tecno-buro-

cratas altamente remunerados, que nos últimos anos consumiu excessivamente os poucos recursos do orçamento estadual no custeio de estudos e projetos que quase sempre resultaram apenas em brochuras caras entulhadas nas prateleiras dos órgãos da administração. Ele deverá vir a ocupar uma nova diretoria a ser criada no Banco do Nordeste do Brasil;

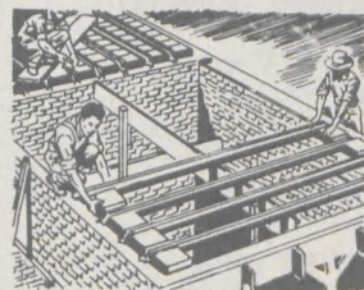


6) *Otomar Lopes Cardoso* implantou e dirige atualmente a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social. Muito bem relacionado em Brasília, onde já exerceu cargos públicos, encerra sua missão entre nós e volta para lá. Não afinou com a família Maia, apesar de ter sido um bom secretário;

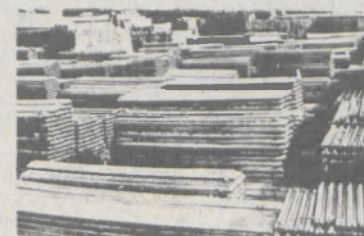
7) *Haroldo Bezerra* serviu com fidelidade a dois Governos: Cortez Pereira e Tarcísio Maia, tendo passado pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, pelo BANDERN, pela CIDA, e, nos últimos anos, pela Secretaria da Agricultura. É apontado como um dos culpados pelo abandono em que se encontra o projeto das Vilas Rurais, embora nesse aspecto tenha apenas seguido a orientação do Palácio Potengi. Sua atuação nos diversos cargos exercidos nunca mereceu maior destaque, embora seja considerado um bom técnico;



**economia,
simplicidade
e qualidade.**



Com Lajes VOLTERRANA você ganha tempo e dinheiro na sua construção. E tem a garantia de uma qualidade mundialmente reconhecida.



A SACI fabrica e mantém um estoque permanente de lajes e pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513 —
NATAL-RN.



8) *Carlos Leite de Sales*, secretário dos Transportes, enfrentou a desvantagem de comandar uma pasta sem estrutura. Mas conseguiu cumprir a contento a missão de coordenar as atividades dos diversos órgãos a ela subordinados, como o DER, a CAERN e a COHAB;



11) *Raimundo Rands Barros*, diretor-presidente da CAERN, teve talvez a missão mais espinhosa do Governo Tarcísio Maia: comandar uma empresa de economia mista repleta de dívidas, mal organizada e cobrando muito caro pela prestação de um péssimo serviço de abastecimento d'água à população. Recebeu algumas críticas justas e muitas injustas. Mas chega ao fim do mandato com um saldo positivo de realizações. Quem conhece de perto o trabalho de ampliação da adutora do Jiquí, que abastece Natal, não pode deixar de reconhecer o seu bom desempenho.



9) *Heyder Moura*, presidente do BDRN, assistiu, sem poder reagir, ao esvaziamento da instituição, provocado principalmente pela atabalhoada política da Secretaria da Indústria e Comércio. Ainda assim, tem o mérito de ter saneado o banco, que no Governo Cortez Pereira teve uma administração desastrosa;

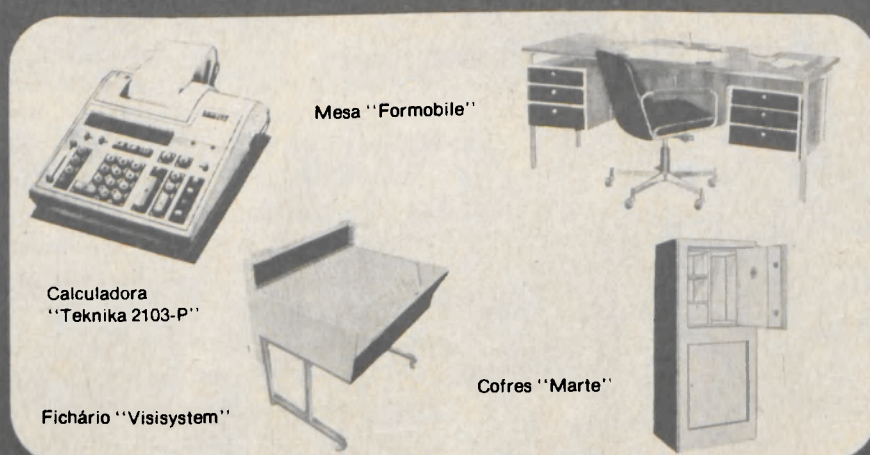
10) *João Batista Machado*, secretário de Imprensa, desincumbiu-se a contento da missão de coordenar o relacionamento de Tarcísio Maia com os meios de comunicação. Há quem acredite na sua convocação para outro cargo de confiança;

12) *Giovani Rodrigues da Silva*, diretor-presidente da EMPROTURN (Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte), permaneceu quatro anos no cargo por obra e graça de Benivaldo Azevedo. Salvo algumas viagens nacionais e internacionais para participar de encontros e seminários sobre turismo, Giovani nada pôde fazer. A EMPROTURN continuou ineficiente e deficitária como sempre foi;

13) *Franco Jasielo*, italiano que se naturalizou brasileiro e que ocupou a presidência da Fundação José Augusto no Governo Tarcísio Maia, pouca coisa pôde realizar em termos de promoção da cultura do Estado porque o órgão que dirige não dispõe de recursos nem de estrutura. Há quem diga que a FJA não tem condições de sobrevivência. E esta hipótese é admissível a partir da hora em que se sabe que até o momento ninguém se dispôs a aceitar a sucessão de Franco;

14) *Manoel Gomes*, diretor-presidente da EMATER-RN, conseguiu manter e ampliar um trabalho de assistência técnica e extensão rural no Estado que vem funcionando bem desde os tempos da velha ANCAR. Trata-se de um executivo competente que desincumbiu-se bem da função recebida.

AS MELHORES MARCAS DE MÓVEIS E MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO ESTÃO NA COMSERV.



COMSERV — Comércio, Representações e Serviços Ltda.
 Máquinas de Escrever, Calculadora, Eletrônica, Móveis de aço, Sistema de Arquivamento Racional e Artigos o/ Escritório. Móveis domésticos em geral. Rua Cel. Estevam, 1416/18
 Fones: (842) 222-4042 — 222-3203 — Alecrim — Natal-RN.

NO CONVITE AOS NOVOS SECRETÁRIOS, QUASE NENHUMA INTERFERÊNCIA POLÍTICA

OS QUE CHEGAM — É elevado o número de auxiliares novos no Governo de Lavoisier Maia, embora vários já tenham servido a administrações passadas. Um fato evidente, porém, é que talvez nenhum deles tenha merecido o convite mediante reivindicações de grupos políticos, São os seguintes os noviços:

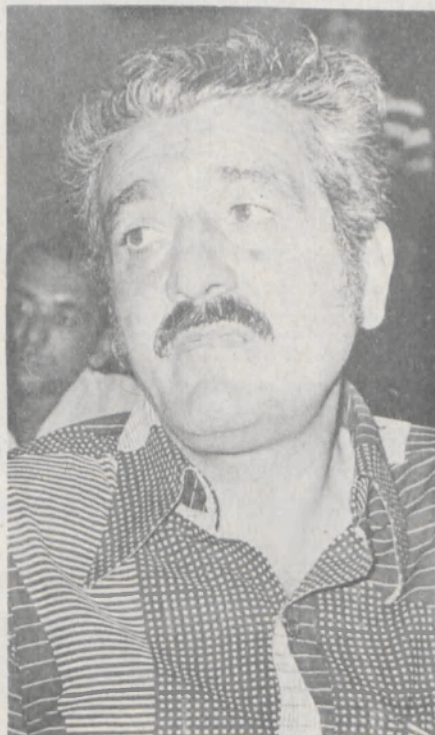


1) **Iberê Ferreira de Souza**, secretário-chefe do Gabinete Civil, poderia ser apontado como nome indicado pelo ex-governador Aluizio Alves. Mas quem conhece, de fato, política e genealogia no Rio Grande do Norte sabe que ele é, hoje, muito mais um fiel aliado dos Maías do que o antigo mosqueteiro emedebista que foi na Assembléia Legislativa;



2) **Manoel de Medeiros Brito**, secretário do Interior e Justiça, ao aceitar o convite para integrar a equipe de Lavoisier Maia abriu uma

vaga de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado, prestando assim mais um serviço ao atual esquema que exerce o poder político. A sua vaga será preenchida pelo atual vice-governador Genivaldo Barros, para o que ainda vai ser preciso haver uma reforma na Constituição Estadual. Manoel de Brito também poderia ser apontado como um aluizista no Governo, mas esta hipótese prevalece apenas em parte, porque ele já serviu anteriormente ao Governo do monsenhor Walfredo Gurgel e nem sempre fez o jogo da família Alves;



3) **Arnaldo Arsênio de Azevedo** será o novo secretário da Educação e Cultura, substituindo Laércio Segundo de Oliveira, que por sinal se encontrava no cargo *pro tempore*. Apolítico, tem como causa da sua convocação a capacidade demonstrada no exercício da direção da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Mas se trata de um amigo fraterno do deputado federal João Faustino, e teria havido manobras de João para guindá-lo ao cargo;



4) **José Bezerra Marinho Júnior**, secretário de Assuntos Extraordinários, vinha trabalhando ultimamente numa empresa da Bahia, sob a direção de João Agripino Maia, irmão do governador Tarcísio Maia. Ao lado disso, trata-se de um bom técnico com bastante experiência de administração pública. É o membro mais jovem do próximo secretariado, com 29 anos;

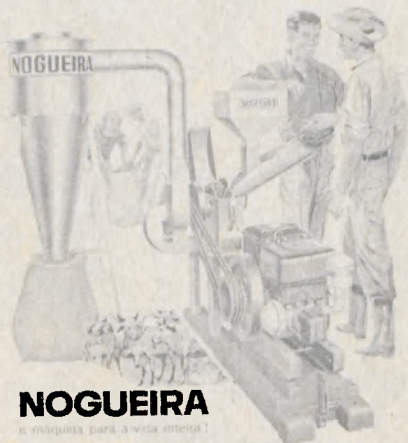


5) **Otacílio Silva da Silveira**, secretário da Fazenda, já exerceu a mesma função no Estado da Paraíba, ao tempo em que era governador João Agripino Maia, podendo assim

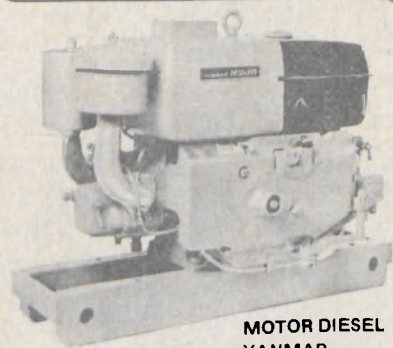


**DIVISÃO
AGROPECUÁRIA**

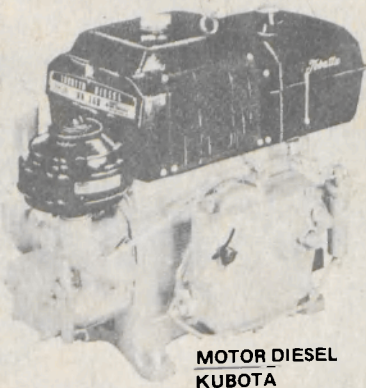
Comercial José Lucena Ltda.



NOGUEIRA
A solução para a vida rural!



**MOTOR DIESEL
YANMAR**



**MOTOR DIESEL
KUBOTA**



MOTOR WEG

Comercial José Lucena Ltda.
Matriz: R. Frei Miguelinho, 120
Tels.: 222-2304 — 222-1506 —
Natal-RN
Filial: R. Dr. Mário Negócio,
1470 Tel.: 222-0229 - Natal-RN



ser considerado pessoa de confiança da família. Tem um currículo muito bom e o atual secretário Artur Nunes de Oliveira Filho se diz um seu discípulo, razão porque se pode esperar que Otacílio venha a se afirmar no cargo;



6) *Leônidas Ferreira*, ginecologista como Lavoisier Maia, será o futuro secretário da Saúde. Professor universitário e médico reconhecido pela sua habilidade profissional, Leônidas é considerado um dos nomes de maior relacionamento com o futuro governante;



7) *Marlúcia de Souza Saldanha* é a única mulher do secretariado. Ocupará a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, embora o seu nome tivesse sido cotado para o Planejamento, talvez pelo fato dela ter na Universidade Federal do Rio Grande do Norte a função de pró-reitora de Planejamento e Coordenação Geral;



8) *Ronaldo de Alencar Fernandes*, secretário da Agricultura, não tem tradição política. Sempre foi um técnico, e nessa qualidade se destacou pelos serviços prestados ao poder público em pontos diversos do País. Nos últimos quatro anos, vinha exercendo a presidência da CIDAGRO, na Paraíba, com um desempenho elogiável;



9) *Hernane Melo*, convidado para a presidência do Banco do Rio Grande do Norte, já esteve nessas funções durante o Governo do monsenhor Walfredo Gurgel. Embora também possa ser apontado como um representante do bloco aluizista na equipe, sabe-se que ele é muito mais um técnico do que um político;



10) *José Renato Leite*, diretor-presidente da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN, é coronel do Exército, sem vinculações com nenhum grupo político;

11) *Josemar Azevedo*, diretor-presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte — CAERN, é um engenheiro civil sem militância política;



12) *Lauro Duarte Filho*, diretor-presidente da Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB-RN, também é alheio à política. Trata-se de um técnico com um dos melhores currículos na sua especialidade;



13) *Jussier Porto Santos*, diretor-presidente da EMPROTURN, já foi secretário de Planejamento do município de Natal e atualmente se dedica ao ensino superior. Durante dois anos foi presidente do América Futebol Clube, principal agremiação social e desportiva do Estado, o que talvez o tenha qualificado para a missão que desempenhará nos próximos quatro anos.

ARMAZÉM PARÁ DO ALICERCE AO TELHADO

Pense aí num tipo de madeira.

Pensou?

Agora vá concretizar seu pensamento no ARMAZÉM PARÁ, o maior estoque de madeiras na maior variedade do Estado.

Mas não é só madeira.

Veja de pertinho o volume e as opções do ARMAZÉM PARÁ em todo e qualquer tipo de material de construção.

Do alicerce ao telhado.

Do começo ao acabamento.

A vista ou a prazo. Até 18 meses.

Sim: não deixe de conhecer também os preços do ARMAZÉM PARÁ.

Armazém PARÁ

A CASA QUE LHE SERVE

Rua Almino Afonso, 38/40 Fone 222-4141

AINDA RESTAM DEZENAS DE CARGOS COM VENCIMENTOS A NÍVEL DE SECRETÁRIO

OS LUGARES QUE RESTAM — Quem ainda almeja uma posição no primeiro time do Governo do Estado sabe que as possibilidades não morreram. Existem pelo menos uns 40 postos com salários a nível de secretário a serem preenchidos, se forem contadas as diretorias das sociedades de economia mista e mais alguns cargos. Por exemplo: no BANDERN existem mais duas diretorias; no BDRN, idem; na COSERN existem mais 4; na CAERN mais 3; na CERN — Companhia Editora do Rio Grande do Norte — existem 3 e mais um cargo de diretor-responsável do jornal *A República*; na CIDA, na COHAB, na EMPROTURN e na CEASA mais duas diretorias em cada. Tudo isto sem falar na presidência da Fundação José Augusto, nas 3 diretorias da DATANORTE, da CDM/RN, da RIONORTE e da EMATER. Também ainda não estão preenchidos os cargos de presidente da Fundação IDEC e o de consultor geral do Estado. E de rebarba ainda existem os seguintes órgãos que, sem dúvida merecerão dirigentes:

1) NORTEL, a empresa do Governo que cuida da construção de hotéis pelo interior do Estado. No mínimo uma diretoria;

2) FUNBERN, a fundação que cuida dos problemas de assistência ao menor abandonado, à mendicância, etc. Uma presidência;

3) Fundação Hospital Walfredo Gurgel, que dirige e mantém o serviço de Pronto-Socorro de Natal. Uma presidência;

4) a RIOMAG, uma empresa de economia mista criada no apagar das luzes do Governo atual, incumbida de implantar indústrias químicas no Estado. Talvez umas três diretorias;

5) a RIOMETAL, outra empresa de economia mista recém-criada, cujo objetivo social será implantar indústrias metal-mecânicas. Também umas três diretorias;

6) a BODOMINAS, empresa subsidiária da CDM/RN, que explora uma mina de scheelita no município de Cerro Corá. Uma diretoria;

7) o Projeto Camarão, órgão que se institucionalizou fazendo pesquisas sobre a viabilidade da criação de camarão em viveiros. Um cargo de direção;

8) os escritórios de representação do Estado em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Três cargos importantes;

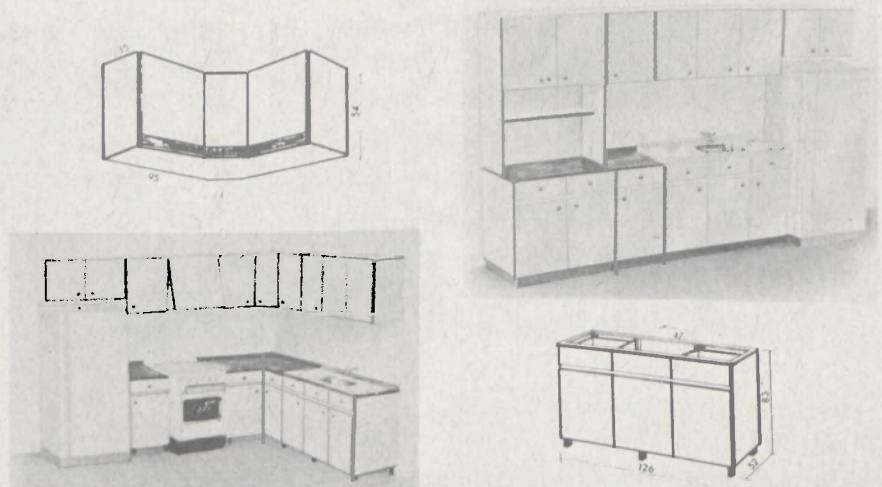
9) o CETRECON — Centro de Treinamento em Confecções, criado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo para formar pessoal para as fábricas de confecções de Natal. Uma direção;

10) e, por último, o Governo ainda poderá dispor — se forem bem

sucedidas as pressões em curso — de uma fundação de ensino superior, em Mossoró (a FURRN), que se pretende estadualizar. Isto possibilitará, então, mais uma presidência, uma reitoria e várias pró-reitorias.

É verdade que para muitas dessas vagas enumeradas a grosso modo já existem candidatos garantidos, outros com amplas possibilidades, etc. Mas, sem dúvida, muitos claros ainda podem ser localizados. E para que os interessados não desanimem, vale ainda lembrar que a Prefeitura de Natal vai dispor de pelo menos 15 lugares com salários que se aproximam dos que o Estado paga ao seu primeiro escalão. E já tem gente falando por aí num movimento que visa fazer com que os vencimentos de um secretário estadual pelo menos se aproxime dos Cr\$ 50 mil.

Você já tem onde comprar as cozinhas
componíveis TODESCHINI!



As cozinhas TODESCHINI são componíveis e se adaptam a qualquer espaço. E dinheiro não é problema: você pode montar sua cozinha TODESCHINI aos pouquinhos, de acordo com as suas possibilidades.

CONHEÇA AS COZINHAS TODESCHINI NAS LOJAS DE

QUEIROZ OLIVEIRA

Av. Rio Branco, 185 — NATAL

Rua Cel. Gurgel, s/n — MOSSORÓ

VAUBAN, prestando contas



- Um milhão de metros quadrados de pavimentação em 96 ruas.
- Av. Prudente de Moraes: um marco de uma administração.
- Avenidas do Contorno e Beira Canal e os viadutos do Baldo: a nova integração dos bairros da Cidade.
- Av. Getúlio Vargas: a segunda pista de Petrópolis e o novo panorama do mar.
- Os recursos a fundo perdido e a nova receita da Prefeitura.
- Os cinco projetos que serão entregues ao futuro Prefeito.

UM DOCUMENTO HISTÓRICO

A Cidade do Natal, administrada nos últimos quatro anos pelo engenheiro Vauban Bezerra de Faria, é objeto de uma análise oficial nas nossas próximas páginas.

Vamos focalizar, com as necessárias ilustrações e o indispensável tratamento jornalístico, a última Mensagem de um Prefeito que começou desacreditado, tendo vivido os seus dois primeiros anos de Governo sob uma bateria de críticas que só lhe poupava a honestidade pessoal, mas que chega ao término da sua gestão com a Cidade inteira reconhecendo e aplaudindo a sua capacidade administrativa.

É evidente que lhe restam críticas. E seria estranho e até mesmo anormal se isso não ocorresse. São falhas ou impossibilidades de serviços em determinados setores onde a ação do Poder Executivo Municipal não teve condições de chegar a contento.

Mas no global dos projetos executados, em execução ou projetados, alguns dos quais solucionando problemas viários e urbanísticos que vinham desafiando todos os seus antecessores, como a Avenida Prudente de Moraes e a Avenida do Contorno, é que encontramos os motivos da mudança de opinião dos natalenses sobre a obra administrativa de Vauban Bezerra de Faria que, em função do que conseguiu fazer por Natal, foi escolhido pelo futuro Governador Lavoisier Maia para ser o próximo Secretário dos Transportes do Estado.

Para documentar o presente e como subsídio para as pesquisas do futuro, transcrevemos na íntegra a Mensagem dirigida à Câmara Municipal do Natal, como prestação de contas de uma administração. Trata-se de um importante documento histórico que oferecemos aos leitores.

Com a palavra, o Prefeito da Cidade do Natal, engenheiro Vauban Bezerra de Faria:

ARENA e MDB colaborar Vauban politicamente

Esta é a quarta oportunidade que comparecemos, em obediência a determinações constitucionais, diante dos Senhores Vereadores da cidade do Natal, para prestar-lhes contas das nossas atividades administrativas à frente da Prefeitura desta capital.

Desta vez, a nossa presença na casa dos representantes do povo natalense, tem, também, o sabor de despedida, pois estamos concluindo a nossa gestão de prefeito deste município, cargo que exercemos durante quatro anos, por indicação do Governador Tarcísio Maia e por homologação da Assembléia Legislativa do Estado, de acordo com a lei em vigor.

Nesta hora de adeus, adeus apenas oficial, pois esperamos continuar merecendo a honra do relacionamento e da amizade pessoal dos Senhores Vereadores, é também chegada a hora de uma análise global do que conseguimos realizar na direção dos destinos de Natal, em 48 meses de Governo.

Para começar, gostaríamos de fazer alguns registros que traduzem a nossa gratidão, o nosso estado de espírito e a nossa sensibilidade junto aos problemas desta cidade.

Primeiro: dividimos com a Câmara Municipal do Natal os fatos positivos de nossa Administração, pois, aqui, apesar de politicamente sermos minoria, nunca deixamos de contar com o imprescindível apoio da maioria e, algumas vezes, com a unanimidade dos votos dos membros desta casa, aos projetos e orçamentos que elaboramos durante esse período.

Esta realidade é um reflexo do nível de politização e espírito público de todos os senhores, que foram escolhidos pelo povo para representá-lo como intérpretes das aspirações populares junto ao Executivo municipal.

São deveres cumpridos que enaltecem a vida pública e abrem perspectivas de maior confiança da cole-



O prefeito dividiu com a Câmara Municipal do Natal os resultados positivos de sua administração.

tividade no atual reencontro do País com a vida política e democrática que volta a conviver com os nossos hábitos.

Aos Senhores Vereadores da bancada do nosso partido, a Aliança Renovadora Nacional, penhoramos os nossos mais sinceros agradecimentos pela ajuda e pela presença de todos na nossa luta para governar esta cidade, sintonizando as legítimas aspirações partidárias com os anseios natalenses e com as reais possibilidades financeiras da nossa edilidade.

Aos Senhores Vereadores pertencentes à bancada oposicionista, membros do Movimento Democrático Brasileiro, registramos o nosso reconhecimento pela sensibilidade demonstrada e pelo respeito que sempre tiveram às nossas pretensões junto a este poder, todas rigorosamente voltadas para os tratos do presente e do futuro do povo e da cidade do Natal.

Segundo: quando fazemos alguma coisa de útil e de imprescindível, na atividade pública ou privada, sempre encontramos motivos de imperfeições que não cometeríamos se nos fosse possível reprisar os

fatos.

A busca da perfeição e o senso de oportunidade, nas coisas que reclamam soluções decorrentes de nossa ação e dependentes dos bens materiais disponíveis para executá-las, constitui um permanente desafio à inteligência e à competência do homem, no seu contínuo caminhar de construtor do progresso e do desenvolvimento, visando a edificação de um mundo melhor.

Dentro desta realidade, inerente à condição humana, estamos contemplando o pôr do sol da nossa Administração, não como se sentíssemos a melancolia de um fim sem recomeço, mas igualmente, saldos positivos na avaliação popular.

Contemplamos, sim, de olhar confiante no julgamento da nossa gente, tranqüilo e consciente do dever cumprido, um elenco de obras realizadas, frutos de dias e noites em que esta cidade dependia do nosso trabalho e da nossa sensibilidade de governante, para resolver problemas circunstanciais, ou dimensionar o seu futuro em estudos e projetos que modificaram, para sempre, a sua paisagem urbanística e o seu embasamento técnico, para en-

am na administração de minoritário na Câmara

frentar o amanhã.

Fizemos o que pudemos, e, sabemos, porque vemos o porque sentimos, que a cidade, através do seu povo, dos seus líderes, de sua imprensa, reconhece e proclama o resultado desse trabalho, a significação dos nossos acertos, sem deixar, entretanto, de criticar as deficiências avaliadas pelo entendimento pessoal que cada um se atribui.

Essas críticas não nos constroem, pelo contrário. Compreendemos os motivos de cada um e até reconhecemos que demonstram o nível de independência e de politização na análise global de nossa Administração, felizmente consolidada e aplaudida nas metas concretizadas ou em fase de conclusão.

E a nossa tranquilidade ainda se torna maior quando sabemos que o entardecer de nosso Governo municipal é apenas a marca de um tempo; é apenas um ato político; uma ação formal, pois o que foi possível realizar tem cunho de permanência, e o amanhã do dia 16 de março de 1979, temos certeza, será apenas mais um novo dia para esta cidade, com a nova Administração comandada por um homem jovem e tecnicamente preparado, que empenhará todo o vigor de sua mocidade e de sua competência em prol da vida e do desenvolvimento desta capital, dando-nos a honra, não apenas de nos suceder, mas de prosseguir e concluir as obras que estão em andamento, destacando-se, entre todas, os viadutos do Baldo, parcialmente concretados; a segunda pista da Avenida Getúlio Vargas, quase concluída; a Avenida Beira Canal, com duas pistas, em execução; a segunda parte da Avenida do Contorno, em conclusão; e serviços de drenagem da Ribeira.

Todos nós, natalenses de Natal ou do Seridó, do Oeste ou do Agreste — pois natalenses somos todos que moramos nesta acolhedora cidade — temos motivos para confiar na gestão do engenheiro José Agripi-



No final da leitura da mensagem os cumprimentos ao prefeito do presidente da Câmara, Érico de Souza Hackradt.

no Maia, já escolhido pelo futuro Governador Lavoisier Maia, para administrar a capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Terceiro: mesmo considerando o que conseguimos fazer por esta Natal, estamos certo de que não foi possível esgotar o por-fazer.

Mas, escolhido para governá-la e governá-la com os olhos no presente e com a visão no futuro, tentamos soluções e executamos programas, inclusive elaborando projetos a curto, médio e longo prazos, para que a cidade crescesse hoje, visando as exigências do amanhã.

Se alguma coisa conseguimos fa-

zer — e esta cidade está falando a nosso favor, reconhecendo o nosso esforço para servi-la nas suas necessidades — e nos tivesse sido possível fazer três vezes mais, não significaria dizer que os natalenses não tivessem outras razões para cobrar ação dos poderes públicos, pois contam-se às centenas os problemas exigindo soluções que demandam tempo, planejamento, técnica, paciência e, sobretudo, muitos recursos.

O prefeito de Natal do ano 2 mil quando vier prestar contas a esta Câmara, vai, certamente, falar de problemas, pois o progresso e o desenvolvimento são insaciáveis na solicitação de serviços cada vez mais intensos, devoradores de estruturas cada dia mais dispendiosas, que hoje se apresentam como definitivas, mas que poderão ser ultrapassadas ou tornadas obsoletas pela voragem dos novos tempos e pelas exigências da amoldagem aos dias do futuro.

Fomos responsáveis por uma fase na vida de Natal. Apenas quatro anos numa existência sem fim.

Não nos limitamos, nesse período, a enfrentar apenas os problemas do seu dia a dia; marcamos também a nossa presença no futuro desta cidade, através de obras que transformaram os seus caracteres urbanísticos e criaram novas opções ao tráfego, ao conforto e à sua beleza, e, ao lado disto, deixamos vários projetos prontos, alguns dos quais já com o imprescindível respaldo financeiro, dando ao nosso sucessor condições incomuns à sucessão da vida político-administrativa da cidade.

Isto significa que, enquanto ele estiver viabilizando os seus próprios projetos, terá condições de trabalhar em cima daqueles que deixamos elaborados, complementadores da estrutura viária que vai centralizar-se no Terminal Rodoviário, e do que se refere à solução do problema de limpeza pública.

A atualização dos ca- mobiliário reforçou o



Os setores técnicos e burocráticos da Prefeitura não vinham acompanhando o desenvolvimento da cidade.

Incluindo todas as receitas responsáveis pela manutenção da estrutura municipal e que alimentam de recursos os planos de obras afetos a edibilidade natalense, esta Prefeitura arrecadou, em 1975, um total de Cr\$ 53.219.901,00, com rendas procedentes do Imposto Predial e Territorial Urbano, Imposto Sobre Serviços, taxas, Fundo de Participação dos Municípios, Fundo Rodoviário Nacional, Taxa Rodoviária Única, Imposto de Circulação de Mercadorias e outras pequenas receitas.

Em 1978, quatro anos depois, a

receita da Prefeitura do Natal atingiu Cr\$ 270.786.870,85, o que representa um aumento de 408%, no período, fruto de algumas providências de ordem administrativa que levamos a efeito, inclusive com aprovação desta Câmara, sem apelarmos para medidas extorsivas ou a qualquer ação de arrocho fiscal.

Abraçamos a política de atualização justa de valores.

Primeiro, atualizando o cadastro imobiliário.

Depois, reformulando as plantas de valores imobiliários, como consequência do novo Código Tributário,

que mereceu a unanimidade desta casa, quando de sua votação.

Em seguida, atualizamos o Cadastro Mobiliário, que revelou a elevação do número de contribuintes do ISS e de taxas de localização.

Essas providências tiveram resposta imediata e favorável aos interesses do município, permitindo-nos eliminar uma posição injustificável para o poder público, qual seja a de que pouco menos da metade dos imóveis pagasse IPTU pois o cadastramento acusou a existência de 130 mil imóveis, quando somente 54.600

dastros imobiliário e potencial da receita

recolhiam esse tributo.

Com o ISS ocorria a mesma coisa, ou pior.

Talvez somente um terço dos atuais contribuintes cumprisse as suas obrigações junto à Prefeitura, isto é, poucos pagavam imposto mas todos tinham os mesmos direitos de

reclamar e de se beneficiar das obras e do desenvolvimento da cidade, o que representava, não só uma injustiça, como também uma concorrência desleal entre homens e empresas que exercem as mesmas funções, pois é impraticável competir em desigualdade de condições no

que diz respeito às obrigações fiscais.

Antes de falarmos em sonegadores de impostos, temos que reconhecer que a culpa maior era da Prefeitura, que não procurava se organizar para acompanhar, progressivamente, o desenvolvimento da cidade.

643,24% de aumento na média salarial dos servidores da Prefeitura do Natal

Encontramos a Prefeitura do Natal, em abril de 1975, com 2.289 servidores, representando uma despesa anual, com pessoal, de Cr\$ 19.238.653,00.

Agora estamos com 2.785 servidores incluindo docentes, técnicos de nível superior, estagiários, pessoal estatutário, comissionados, inativos e pensionistas, totalizando uma obrigação anual de Cr\$.... 79.031.978,00.

No que diz respeito aos nossos servidores municipais, temos uma palavra de incentivo e um registro da ação do nosso Governo em defesa dos seus legítimos interesses.

Mesmo levando em consideração o aumento do custo de vida nos últimos quatro anos e a natural diferença de salários entre 1975 e 1978, mesmo assim, eram realmente insignificantes, para não dizer humilhantes, os salários pagos ao nosso pessoal, responsável, em última instância, pelo funcionamento da máquina administrativa e finan-

ceira da cidade, o que implica em dizer: responsável pelo presente e pelo futuro do município.

Muitos não ganhavam sequer o salário-mínimo da época — uma injustiça que a Prefeitura desfez na nossa gestão — e a média salarial, em 1975, era Cr\$ 518,00, per capita.

Nos quatro anos de nossa Administração proporcionamos quatro aumentos sucessivos.

No último deles, procurando corrigir distorções gritantes que ainda existiam, o percentual variou entre 45 e 110%, beneficiando exatamente os servidores mais humildes.

Conseqüentemente, a média salarial dos funcionários da Prefeitura do Natal elevou-se de Cr\$.... 518,00, em 1975, para Cr\$.... 3.850,00, em 1978, representando um aumento de 643,24%.

Por outro lado, através de cursos e treinamentos especiais, melhoramos o nível de atendimento e

ampliamos a produtividade do nosso pessoal, beneficiando com cursos que tivemos oportunidade de promover e patrocinar, 924 servidores.

Também nesse setor de pessoal muito se tem que fazer. Embora compreensíveis, ainda há deficiências, mas já é sensível a mudança de comportamento e de competência por parte dos diversos setores que constituem o sistema burocrático da Prefeitura.

A verdade é que também investimos no homem e acreditamos nele.

Demos-lhe novos estímulos e melhores perspectivas na sua carreira profissional, ainda carente, como carente continua sendo a estrutura administrativa da cidade do Natal, mas de qualquer maneira, avançamos e contribuimos para melhoria dos nossos servidores, neste campo e no campo assistencial, dando-lhes atendimento condigno pelo setor previdenciário.

A luta para conseguir dinheiro fora

Duas grandes avenidas e a são frutos de projetos c

É evidente que se fôssemos esperar pelas condições financeiras próprias e tivéssemos nos limitado a um programa de obras correspondente à nossa arrecadação, mesmo com o impulso que conseguimos, ampliando a receita em mais de 408% nos últimos quatro anos, mesmo assim, teríamos feito muito menos obras, pois essas despesas estão muito além das reais possibilidades deste município.

Acontece, no entanto, que nós tínhamos e continuamos tendo obras de vulto exigindo soluções imediatas, sob pena de restringirmos ou atrofiarmos o progresso e o desenvolvimento da cidade.

São realidades desafiadoras aos poderes públicos, porque precisam ser feitas e não podem ser submetidas aos condicionamentos financeiros

do âmbito municipal.

Só restava uma solução: tentar conseguir dinheiro fora, e, o quanto possível, a fundo perdido, pois a Prefeitura não podia se endividar acima das suas possibilidades de ressarcimento.

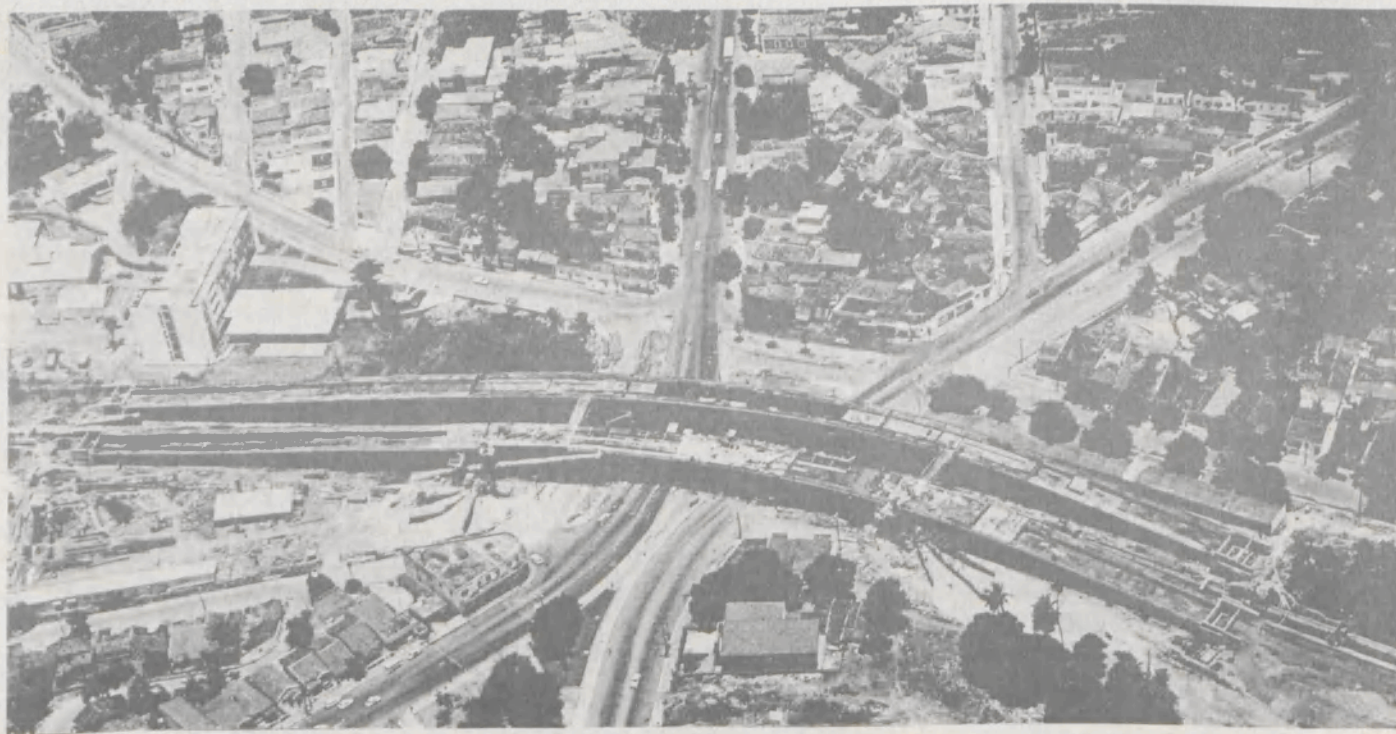
Foi o que fizemos, mas tivemos que demorar um pouco, porque encontramos a Prefeitura sem projeto que pudesse ser encaminhado para negociação em qualquer órgão do Governo Federal ou Estadual.

Tivemos, então, de começar do que existia disponível, desenvolvendo os anteprojetos esboçados e elaborando projetos a serem endereçados aos organismos competentes da Administração Central, sem nos assombrarmos com o volume de recursos que estávamos solicitando, pois o que estávamos pedindo, com

respaldo técnico, traduzia, realmente, as mais imediatas necessidades da cidade.

Resultado: fomos um pouco além de vitoriosos nas nossas pretensões em benefício da cidade do Natal, porque a CNPU — Comissão Nacional de Política Urbana — não se limitou a aprovar os nossos projetos, mas acompanhando-os e observando a dinâmica e a agilização que conseguimos impor na execução desses projetos, terminou por considerar Natal como o município que melhor executou os convênios referentes ao "Programa de Investimentos para Capitais e Cidades de Porte Médio do Nordeste".

A verdade é que, através de convênios, com recursos a fundo perdido ou não, junto à SUDENE, Governo do Estado, CNPU, EBTU,



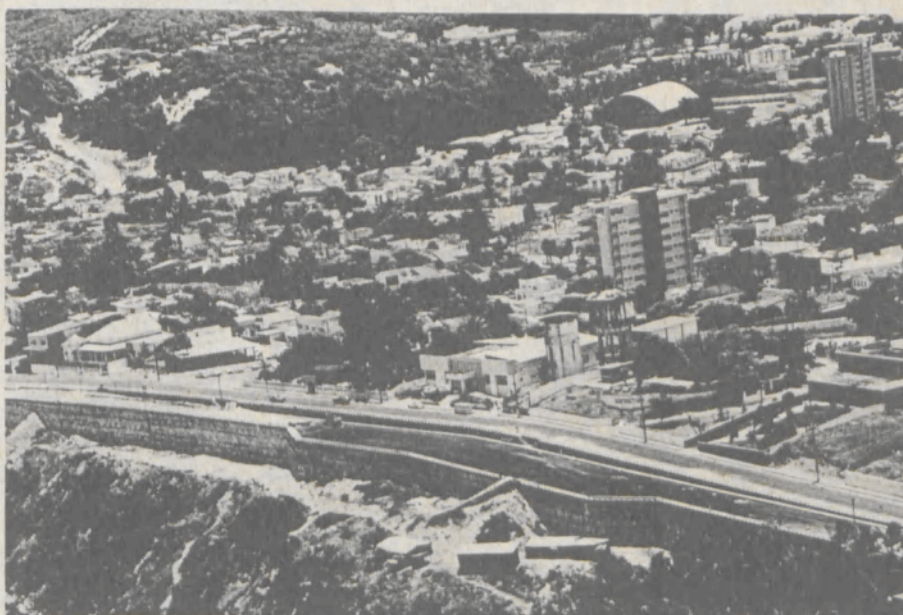
Os dois viadutos do Baldo compõem a estrutura da Avenida Beira Canal, em construção.

segunda pista da encosta m recursos a fundo perdido

SEPLAN, FNDU, FDTU, SAREM, DNOS, FAS, CEF conseguimos um total de Cr\$ 142.255.000,00, dos quais foram recebidos Cr\$..... 67.455.000,00 que empregamos em serviços e obras já executadas ou em execução.

Como é sabido, todos os financiamentos a fundo perdido têm a contrapartida da Prefeitura, uns mais, outros menos, mas tudo que foi feito obedece, rigorosamente, às possibilidades municipais.

A maior parcela de recursos desses convênios foi destinada à Av. de Contorno, à Av. Beira Canal — que inclui os Viadutos do Baldo —, às encostas e à nova pista da Av. Getúlio Vargas — em fase de conclusão — e as obras de drenagem, especialmente do bairro da Ribeira.



A conclusão da segunda pista da Avenida Getúlio Vargas está na dependência da construção de um novo reservatório da CAERN.



A Avenida de Contorno desafogou o tráfego do centro e será ligada à Beira Canal.

O programa de pavimentação em 4 anos deu uma nova dinâmica



Um milhão de metros quadrados de pavimentação beneficiou 96 ruas nos últimos 4 anos. Na foto, o trecho da Avenida Alexandrino de Alencar, entre a Hermes da Fonseca e o Bosque dos Namorados.

Todos os bairros de Natal — evidentemente que uns mais e outros menos, pois visávamos não apenas ao aspecto urbanístico, mas, também, soluções para o permanente problema do tráfego — foram diretamente beneficiados e interligados com o nosso Programa de Pavimentação — asfalto de paralelepípedo — iniciado desde o primeiro ano de nossa Administração.

A partir daí, os projetos de pavimentação e abertura de ruas e avenidas foram se sucedendo, na proporção em que íamos ampliando as possibilidades de recursos próprios e recolhíamos os frutos dos projetos que fizéramos aos órgãos específicos do Governo Federal, onde obtivemos verbas, a fundo perdido, graças a esforços continuados e ao nível técnico dos projetos que apresentáramos.

Realmente, a nossa meta, nesse setor, foi audaciosa, pois os fixamos num volume de serviço que até para uma cidade de maior porte seria expressivo: um milhão de metros quadrados de asfalto e paralelepípedos, em quatro anos.

Mais significativo do que a fixação de uma meta, é transformá-la em realidade.

Graças a Deus, foi o que fizemos. Na nossa gestão Natal ganhou um milhão de metros quadrados de pavimentação incluindo o recapeamento das Avenidas Hermes da Fonseca e Salgado Filho, que estavam em péssimas condições e onde também realizamos, sob a orienta-

ação dos últimos quatro mica ao sistema viário

ção do DETRAN, uma nova estrutura de canteiros e retornos, que não só embelezou as principais artérias de entrada da cidade, como deu ao tráfego de veículos uma disciplina segura e definitiva.

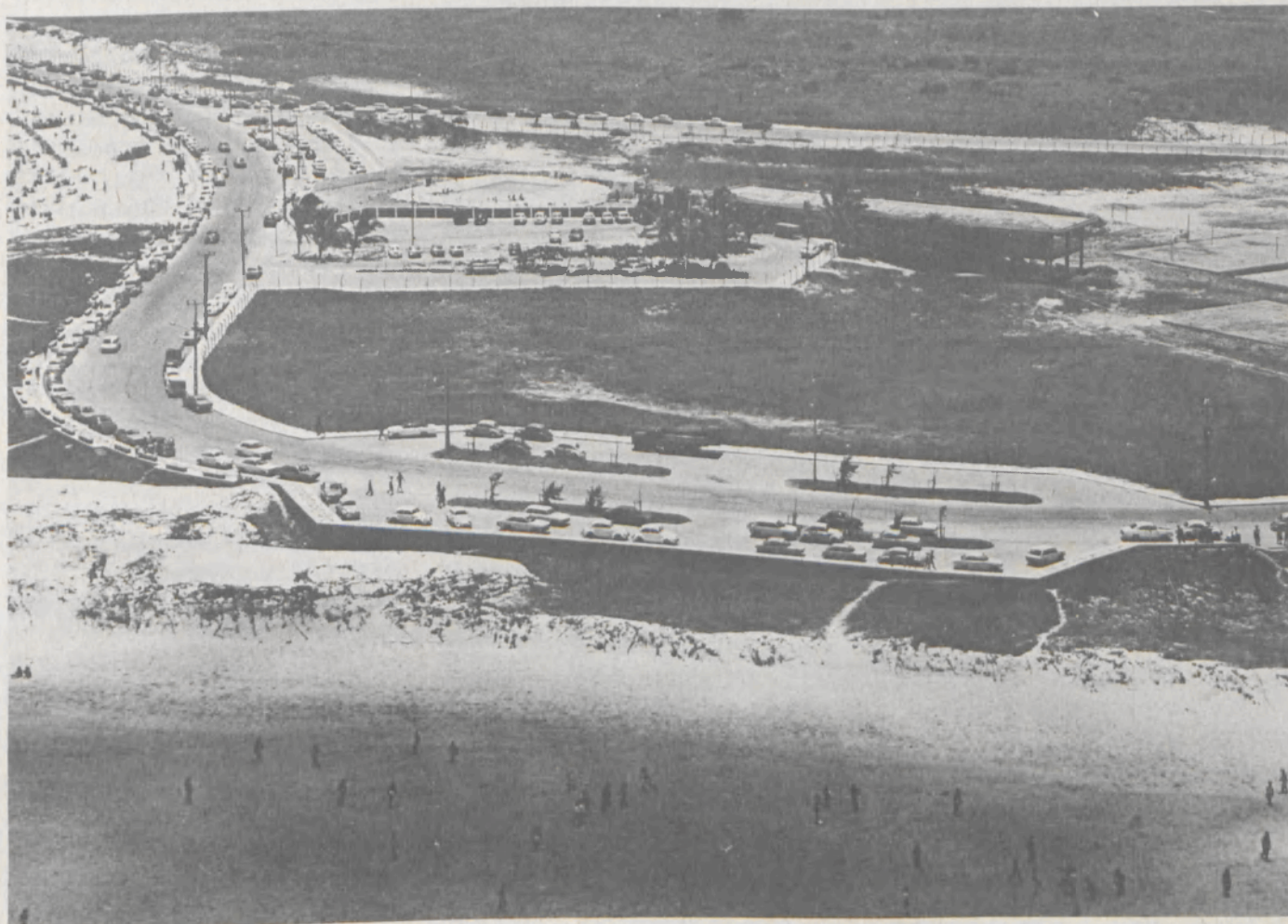
Esse volume de serviços de pavimentação foi executado em 96 ruas e avenidas de Natal. São 96 artérias que se integraram ao sistema viário de nossa capital, e que além de sua utilidade, deram novas característi-

cas aos aspectos urbanísticos da cidade, afora o conforto e a higiene aos seus moradores.

Dentro desse programa, demos uma nova dinâmica aos trabalhos de pavimentação realizados sob o regime de *contribuição de melhoria*, permitindo-nos atender a milhares de pessoas interessadas em pavimentar as suas ruas, e que não poderiam ser atendidas com brevidade, sem a execução de um programa específico, uma vez que a maioria dessas

ruas não estava enquadrada nas prioridades do Plano Viário de Natal.

Incentivando o programa de *contribuição de melhoria*, dando-lhe uma nova estrutura de atendimento e execução de obras, tivemos condições técnicas e financeiras de atender a milhares de natalenses, que agora estão com as ruas pavimentadas e, conseqüentemente, com os seus imóveis valorizados.



Dentro do programa de urbanização e ampliação da pista das praias, uma nova beleza para a Praia do Forte.

As desapropriações para as obras das novas avenidas atingiram mais de 200 imóveis

Para concretização das nossas metas relacionadas com aberturas e ampliação de ruas e avenidas, tivemos que desapropriar mais de 200 imóveis particulares na Avenida do Contorno, Av. Beira Canal, Av. Prudente de Moraes, nas encostas da Getúlio Vargas, na Praia de Ponta

Negra, no Campo do Preá, no novo Terminal Rodoviário e nas proximidades da Escola Joaquim Honório, representando um investimento de Cr\$ 38.820.881,00.

A Av. do Contorno é também um dos sonhos que deixamos concretizados.

Iniciada e paralisada há mais de 15 anos pelo prefeito Djalma Maranhão, a Av. de Contorno transformou-se num dos grandes desafios da cidade.

Há um ano por ela trafegam mais de 1.500 veículos por dia, movimento que se ampliará brevemente, quando for feita a sua ligação com a Av. Beira Canal, ligando o velho bairro da Ribeira ao Tirol, via Prudente de Moraes, e daí ao sul da cidade, atingindo ao Candelária e à BR-101, sem travessias pelo centro, representando um alívio de tráfego significativo, da Cidade Alta.

Afora a sua indispensável presença no contexto viário de Natal, a Av. do Contorno representa também uma valorização e uma permanente utilização dos aspectos naturais mais agradáveis que cercam a nossa cidade.

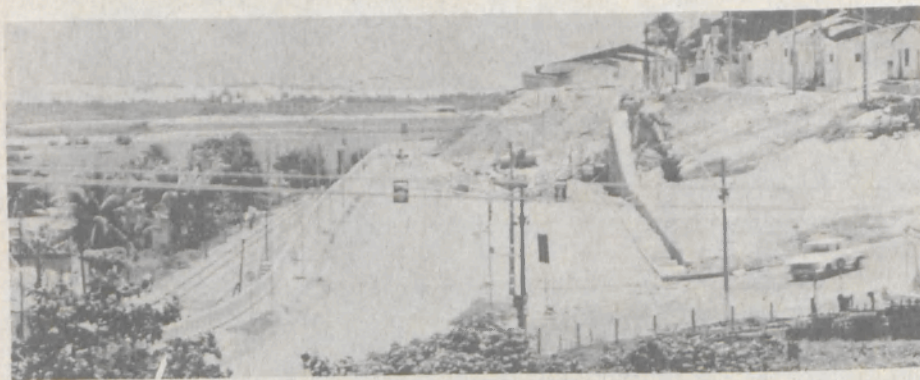
Margeando o rio Potengi, protegida e embelezada por balaustradas, a Av. do Contorno desperta a nossa atenção para a sua beleza natural e tem todas as condições para ser beneficiada com uma estrutura turística que fatalmente será implantada nas suas margens.

A mesma coisa ocorre com as encostas da Av. Getúlio Vargas.

Trata-se de uma obra útil, indispensável, bonita, que vai oferecer nova visão das nossas praias e dar vazão ao fluxo de tráfego daquele setor que atualmente só dispõe de uma pista.

Com a próxima construção do Parque das Dunas, ligando Areia Preta à Ponta Negra, o tráfego será duplicado nas duas pistas da Av. Getúlio Vargas.

Apesar de quase concluída, infelizmente não tivemos condições de entregar a segunda pista da Getúlio Vargas, tendo em vista a existência de um reservatório da CAERN, localizado no leito da pista em construção.



Ruas inteiras tiveram que ser demolidas para dar passagem à Avenida de Contorno.



Esta é apenas uma das casas desapropriadas ao longo da nova Avenida Prudente de Moraes.

A execução dos projetos de galerias pluviais atinge vários bairros destacando-se a Ribeira

Não existe um programa mais indispensável, para o presente e, especialmente, para o futuro da cidade, do que o de implantação de galerias pluviais.

Sua utilidade junto a todos os setores da comunidade dispensa quaisquer comentários.

Mas, trata-se de uma meta muito dispendiosa e tecnicamente complexa e, por cima, muitas vezes negativa para o homem público: é uma obra que não aparece quando está concluída, e, quando em execução, esburaca as ruas atrapalhando o trânsito de veículos e pedestres.

Como somos um prefeito preocupado em cumprir com o dever, resolvemos elaborar e executar vários projetos de galerias pluviais, dentro do Plano Diretor de Drenagem que também tivemos a honra de realizar, pois esta foi sempre uma das principais preocupações quando assumimos a chefia da edilidade natalense.

Todos nós somos testemunhas dos problemas que ocorriam em várias partes da cidade, na época invernos, e que continuam ocorrendo em outras áreas onde a execução dos projetos ainda não chegou, provocando uma verdadeira balbúrdia e prejuízos aos habitantes atingidos pelas águas, sem falar na confusão estabelecida pelo tráfego, e nos riscos para a saúde pública.

Está claro que não tivemos tempo e todos os recursos para iniciarmos e concluirmos todos os projetos conseqüentes do Plano Diretor de Drenagem.

Mas, entre os trabalhos já executados e em execução, temos um

total de 32.227 metros de galerias pluviais, localizadas nas ruas Álvaro Carrilho, Hermes da Fonseca, Mipibu, Contorno, Prudente de Moraes, Alberto Silva, Ponta Negra, acesso a Potilândia, Dunas, Rui Barbosa, Zacarias Monteiro, Auriz Coelho, Leão Veloso, Beira Canal, Norton Chaves, prédio do DOT, Capitão Mor-Gouveia, Bom Pastor, trecho da Bernardo Vieira, destacando-se ainda, o complexo de galerias do bairro da Ribeira, que está sendo executado

pelo DNOS, em convênio com a Prefeitura.

Vale salientar que dentro do Plano Diretor de Drenagem, a cidade fica dividida em nove bacias estanques e três com exutórios naturais, estas localizadas nas Quintas, no Baldo e na Ribeira.

A nossa Administração iniciou e já concluiu os trabalhos das bacias artificiais das Dunas, e está ultimando as do Campo do Preá, do Conjunto Potiguar e do riacho das Quintas.

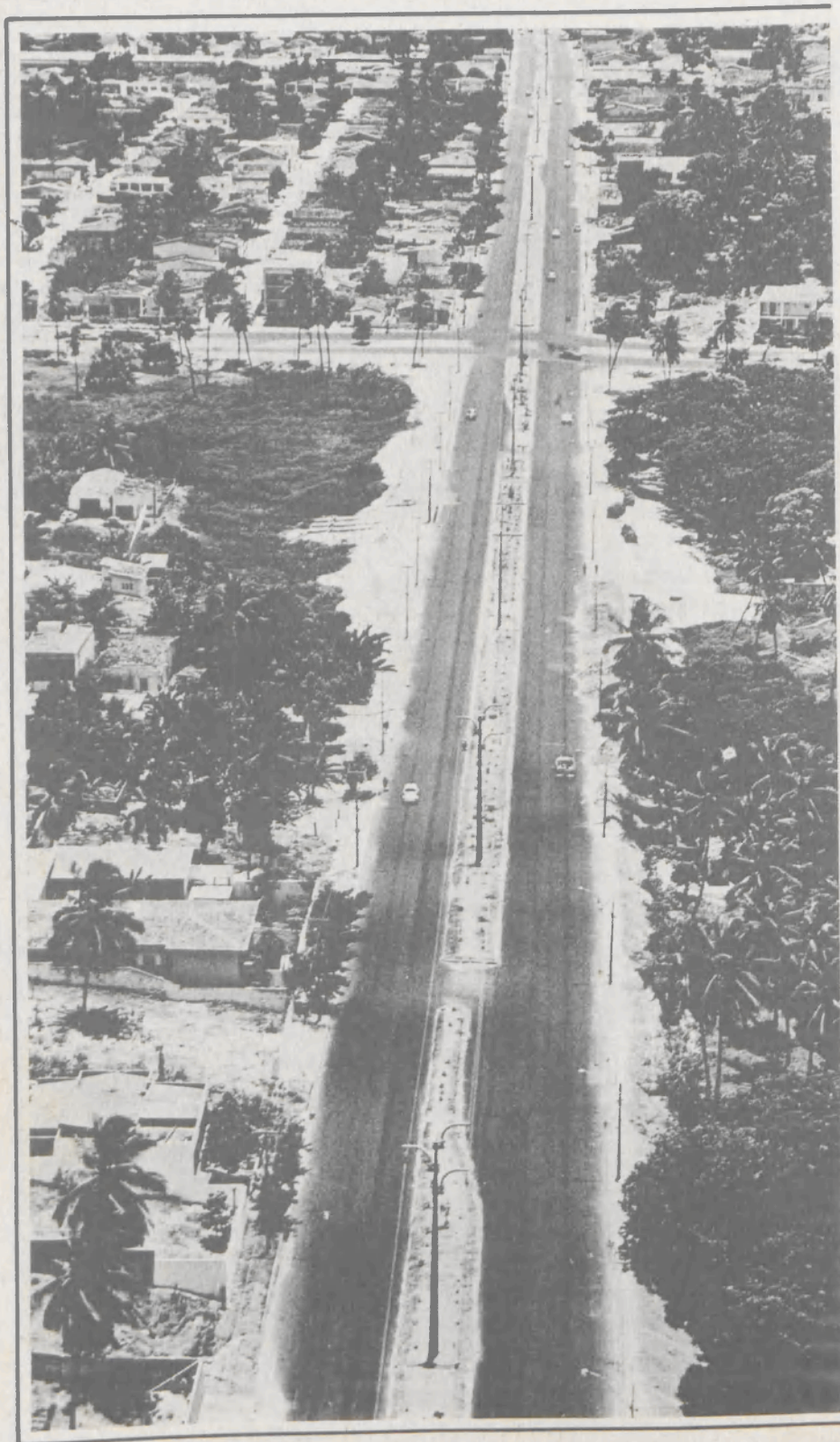


Vários bairros foram beneficiados com a execução de projetos de galerias pluviais. O projeto da Ribeira está sendo executado pelo DNOS, em convênio com a Prefeitura.



Um dos principais projetos técnicos elaborados pela Administração Vauban Bezerra foi o 1º Plano de Drenagem da Cidade do Natal. O velho bairro da Ribeira será um dos setores mais beneficiados.

Avenida Prudente de Mo e foi o maior desafio a



Afinal, está aí a Avenida Prudente de Moraes.

Pretendemos inaugurá-la antes do término de nossa gestão, o que representa um fato muito gratificante para nós, pois vencemos um verdadeiro desafio a várias administrações.

O trabalho dessa avenida é o que podemos chamar de completo.

Fizemos a sua abertura da Av. Alberto Maranhão até a Candelária.

Da Praça Pedro Velho até a Lagoa Manuel Felipe já a encontramos trafegável, sem, entretanto, asfaltamento, correção de canteiros e retornos, etapas complementares que tivemos de realizar.

Queríamos, e desejamos entregar a Prudente de Moraes pronta e uniforme, do começo ao fim, as

Seguindo paralela às Avenidas Hermes da Fonseca e Salgado Filho, a Avenida Prudente de Moraes, com quase 8 quilômetros, é a maior realização do atual prefeito.

raais é a maior da cidade os Governos Municipais

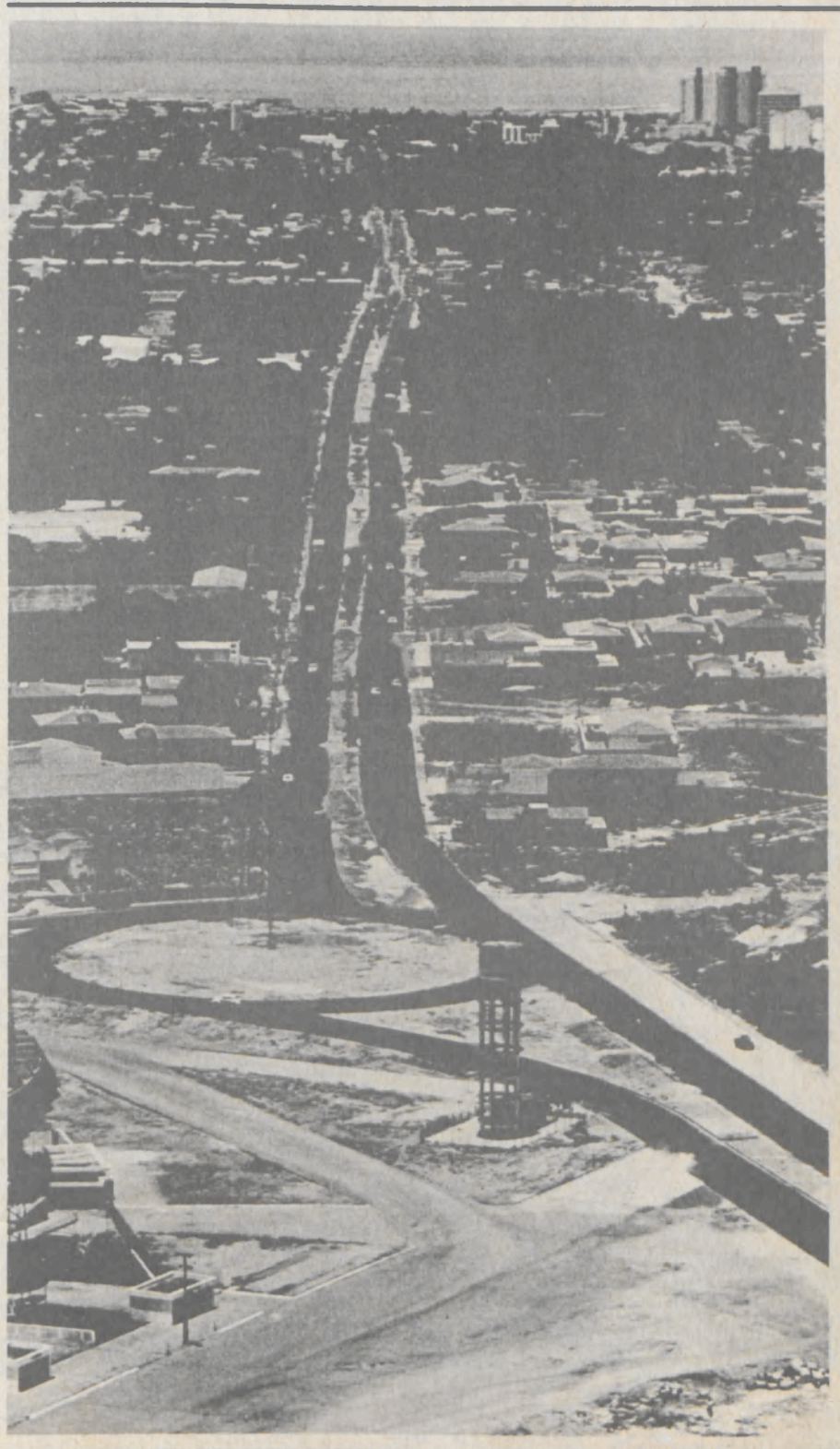
duas pistas asfaltadas, iluminação, canteiros ajardinados, sinalização, retornos, tudo de acordo com as exigências técnicas e dotada de infra-estrutura de 10 mil metros de galerias pluviais.

O povo de Natal não poderia continuar apenas sonhando com essa avenida, e esperamos entregá-la ao tráfego brevemente, na sua extensão de quase 8 quilômetros.

A Av. de Contorno e a Av. Beira Canal, esta em execução com fluxo de tráfego sem interrupção, alimentado pelos dois viadutos, darão outra dimensão à nova avenida, unindo todos os bairros, a partir do Tirol, com o bairro comercial da Ribeira, afora as suas ligações diretas com os setores de praias e com o resto da cidade.

É, realmente, com muita emoção, que vamos entregar à cidade do Natal, a Av. Prudente de Moraes.

A Avenida Prudente de Moraes, que agora termina no Candelária, será ligada à BR-101.



No campo educacional afeto ao município as matrículas quase duplicaram entre 1975/78

Como não poderia deixar de ser, voltamos também as atenções para a rede municipal de ensino, ampliando a sua estrutura física e dando mais capacitação profissional aos recursos humanos desse setor, através de treinamentos e instalação de laboratórios.

Quando assumimos a Prefeitura, tínhamos 11.945 alunos matriculados no nosso sistema de ensino, que dispunha de 126 salas de aulas.

Encerramos o ano de 1978 com 19.042 matrículas e durante o nosso período construímos mais 50 salas de aula, incluindo as do Instituto João XXIII, um dos melhores estabelecimentos de ensino de nossa cidade, localizado no bairro Dix-sept Rosado.

Objetivando melhores instalações da nossa rede de ensino, tivemos que ampliar e restaurar prédios escolares situados em vários bairros da capital, oferecendo melhores condições de conforto e higiene à população escolar sob a responsabilidade da Prefeitura.

No setor, construímos e instalamos 14 salas-ambiente e 3 laboratórios, iniciando uma nova fase no ensino ministrado pelo município do Natal.

Entre 1975 e 1978 a Prefeitura distribuiu 29.359 livros didáticos e 2.118 bolsas escolares, dando condições de estudo a milhares de estudantes pobres.

Nos últimos quatro anos a merenda escolar do município atendeu a 25.325 alunos.



Instituto João XXIII, um dos melhores estabelecimentos de ensino, no seu gênero, da capital, e uma das principais obras da Prefeitura, no campo educacional.

Enquanto isso, o nosso serviço odontológico, nas escolas municipais, totalizou 7.246 atendimentos.

No campo cultural a Prefeitura mantém uma Escola de Ballet, cujo interesse e participação cresce de ano para ano.

Como exemplo, tivemos 150 alunas matriculadas em 1975, e já no ano passado o número de inscritos nesse curso atingiu 300 matrículas.

Anualmente o Departamento Cultural realiza os concursos literários Luiz da Câmara Cascudo, de Prosa, e Othoniel Menezes, de Poesia, e mantém um conjunto teatral para apresentação no Teatrinho Sandoval Wanderley, que estamos dotando de condições materiais inerentes as suas finalidades, com recursos próprios e do Serviço Nacional de Teatro.

Apesar de ter duplicado os equipamentos de coleta de lixo Vauban reconhece insuficiência do serviço

Este é um problema sobre o qual, com humildade, e oferecendo todas as explicações que esta casa nos merece, devemos esclarecer que não conseguimos realizar o que a cidade reclama e necessita.

Esta realidade, no entanto, não significa dizer que descuidamos do assunto, nem tão pouco reflete qualquer tipo de descaso por parte do órgão municipal responsável por esse setor, a Secretaria de Serviços Urbanos.

Estamos reconhecendo a deficiência de um serviço que, como todos os outros, e, até certo ponto, um pouco mais, é de grande importância para a cidade.

A Prefeitura, apesar de atenta, em todos os momentos, buscando várias soluções para, pelo menos, amenizar sua gravidade, não conseguiu vencer esse impasse.

Tanto isso é verdade, que duplicamos a capacidade dos equipamentos e ampliamos o quadro de pessoal do setor.

Este é um dos problemas complexos de Natal, uma cidade que tem crescido muito nos últimos anos, e que, para atendê-la, fazia-se necessário montar uma expressiva estrutura, o que não nos foi possível realizar, pela insuficiência de recursos que atendessem ao volume de compra de mais equipamentos.

Para a coleta de lixo, na nossa

gestão, adquirimos 8 caminhões Kukas, 4 caminhões caçamba, 3 guindastes para recolhimento das caçambas estacionárias, 1 enchedeira e 2 tratores.

Infelizmente, esses veículos, e os que encontramos funcionando, não atendem ao volume das coletas diárias que atualmente é da ordem de 300 toneladas.

Consciente que somos da complexidade do problema e como contribuição à futura administração municipal — que, naturalmente, terá as suas próprias idéias sobre o assunto — deixamos um projeto que aponta algumas soluções técnicas e financeiras para a coleta de lixo da cidade.



Dentre os equipamentos adquiridos para a limpeza pública nos últimos quatro anos, a Prefeitura comprou 8 caminhões Kukas.

O FRIGONORTE agora já é uma empresa

O FRIGONORTE, como os senhores sabem, é uma sociedade de economia mista, tendo a Prefeitura do Natal como a sua maior acionista.

É também do conhecimento dos

representantes do povo e de toda a cidade a péssima situação em que encontramos o FRIGONORTE: quase insolvente, envolvido em escândalos que durante muito tempo transformaram-se num dos principais assuntos da imprensa e deven-

do, em 1975, entre duplicatas, empréstimos e obrigações sociais, a quantia de Cr\$ 2.656.173,00.

A primeira providência foi fazer uma composição com os credores, inclusive com os órgãos da Previdência Social, assumindo novos compromissos que foram e estão sendo cumpridos, rigorosamente, e já amortizados em quase sua totalidade.

Administrado com rigor e eficiência, o FRIGONORTE de hoje já é, realmente, uma empresa, rompendo os limites de um simples setor de abate de gado, para ser também uma indústria de produção de carnes em conserva, cujos produtos estão tendo ampla aceitação no mercado local.

O seu capital social, de Cr\$.... 2.700.000,00, em 1975, já está em Cr\$ 10.420.000,00, e a sua receita se elevou de Cr\$ 626.834,00, em 1975, para Cr\$ 9.541.874,00, em 1978.

Em imóveis, maquinaria, instalações, veículos, ferramentas, móveis e utensílios, nos últimos quatro anos, o FRIGONORTE investiu a quantia de Cr\$ 3.852.705,00.

A média diária de abate de gado que era de 135 cabeças, em 1975, passou para 240 cabeças, em 1978, movimento esse que vem exigindo uma permanente atualização em toda sua estrutura técnica e administrativa.



O FRIGONORTE deixou de ser problema para a Prefeitura. Sua estrutura industrial e comercial é de uma verdadeira empresa.



Todos os setores físicos e técnicos do Frigonorte foram aplainados na atual gestão.

FENAT

estímulo ao esporte profissional e amador

Funcionando sob o regime de Fundação, a FENAT — Fundação de Esportes de Natal — vem realizando importantes trabalhos de manutenção e ampliação da estrutura municipal voltada para o incentivo e a prática de esportes profissionais e amadores.

No seu relatório de ativi-

dades, podemos observar o empenho da FENAT em realizar serviços imprescindíveis ao funcionamento e à atualização das nossas praças de esportes, especialmente o Estádio Castelo Branco e o Palácio dos Esportes, os principais centros das atividades desportivas.

Recuperação física e técnica do estádio de futebol; conservação de quadras esportivas; construção de salas para as entidades amadoras no Palácio dos Esportes, têm sido o trabalho que a FENAT realiza, como um órgão voltado para o crescimento da vida esportiva natalense e do bem-estar dos seus atletas e do público.



A maior atividade da FENAT está voltada para a manutenção do Estádio Castelo Branco e para o Palácio dos Esportes.

O trabalho do IPREVINAT na assistência aos servidores

A Assistência Social que desenvolvemos no município, a cargo do Instituto de Previdência dos Servidores de Natal — IPREVINAT — apresenta uma estatística de atendimentos que diz bem dos esforços que dispendemos nesse setor, visando a eficiência desse órgão junto aos seus segurados.

Ampliamos os serviços médicos e odontológicos e reestruturamos a parte administrativa do IPREVINAT, possibilitando-lhe condições de dinamismo na sua permanente tarefa de atender e servir aos funcionários da Prefeitura e aos seus familiares.

Na área do serviço médico, as es-

tatísticas do IPREVINAT oferecem os seguintes resultados, durante a nossa gestão: atendimentos: 61.798, inclusive, 1.564 internamentos.

Enquanto isso, o serviço odontológico do IPREVINAT, beneficiou seus segurados com 11.326 atendimentos.

Os cinco projetos que José Agripino Maia vai executar

Para o nosso sucessor estamos deixando cinco projetos técnicos totalmente elaborados, alguns dos quais com recursos internacionais e nacionais já devidamente assegurados.

São projetos financiados pelo Programa BIRD (Banco Mundial) e CNPU (Comissão Nacional de Política Urbana), focalizando os seguintes setores: trans-

portes, drenagem, urbanização de áreas de população de baixa renda, coleta de lixo e modernização do sistema de abastecimento, totalizando 380 milhões de cruzeiros, dos quais 266 milhões a fundo perdido.

Ainda sobre esses projetos, é importante frisar que 30% do restante dos recursos que não podem ser adquiridos a fundo per-

dido poderão ser financiados pelo BNH, com quem já mantivemos os entendimentos preliminares a respeito do assunto.

Também para o futuro prefeito do Natal entregamos a regulamentação do Plano Diretor deste município, cuja aprovação está na dependência da votação desta Câmara de Vereadores.

O trabalho e a lealdade do secretariado mereceram registro especial na mensagem

Por último, com a devida permissão desta Câmara, gostaríamos de fazer um agradecimento aos nossos auxiliares e de dirigirmos uma palavra ao Senhor Governador do Estado.

Um registro especial, de agradecimento ao Secretariado, a todos os secretários, que conosco formaram uma equipe de Governo que motivou a cidade do Natal a acreditar no seu prefeito, e a reconhecer os nossos esforços e as nossas metas — realizadas, em execução ou projetadas — concretizando novas e velhas aspirações desta cidade.

Não vamos fazer destaques de nomes, porque estaríamos, fatalmente, cometendo injustiças e nos tornando indignos da dedicação e da amizade que foram normas de todos aqueles que atenderam ao nosso convite, com um único e exclusivo objetivo: trabalhar pela cidade.

Em termos de Prefeitura do Natal, no que diz respeito a servir a esta comunidade e ao rigoroso cumprimento dos seus deveres de homens públicos, tivemos a felicidade de formar um grupo disposto a acreditar nesta cidade, executar com amor e atenção os seus encargos, contribuir com idéias e projetos para a ampliação dos programas administrativos, aliando-se de corpo e alma aos objetivos do Poder Executivo.

Nossos sinceros agradecimentos a todos eles, indistintamente, a eles

e aos que os ajudaram nas permanentes e inúmeras tarefas que povoaram o dia-a-dia de todos e de cada um; ao funcionalismo público municipal do Natal, que faz da vida da cidade a sua própria vida, pois é ele que sustenta o dinamismo da estrutura do Poder Municipal, acompanhando, com o seu trabalho, todas

as etapas da criação, modificação, ampliação e execução de trabalhos e projetos, escrevendo, despachando, arquivando, recebendo, cobrando, procurando, atendendo, reclamando, dentro das exigências das normas e das leis que regem a Administração Municipal.

O SECRETARIADO DO PREFEITO VAUBAN BEZERRA DE FARIA

Lúcio Teixeira dos Santos
Chefe da Casa Civil

Cleda Faria Rangel de Araújo
Secretária Especial do Município

Antônio José Ferreira de Melo
Secretário Municipal de Planejamento e
Coordenação Geral

Rui Santos da Silva
Secretário Municipal de Administração

Albérico Batista da Silva
Secretário Municipal de Finanças

Paulo Nóbrega Mariz
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

Clóvis Veloso Freire
Superintendente Municipal de Obras e
Viação

Hyperides Lamartine
Secretário Municipal de Turismo e Certames

Maria Gomes de Oliveira
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Valdir da Silva Freire
Procurador Geral do Município

Celso Dantas da Silveira
Assessor de Imprensa

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Newton Azevedo
Presidente do IPREVINAT

Salomão Borges de Oliveira
Diretor-Presidente do FRIGONORTE

Brígido Ferreira Pinto
Presidente da FENAT

O primeiro Chefe da Casa Civil do atual Prefeito, foi o bacharel Francisco de Assis Medeiros, ex-Prefeito da Cidade de Calcó.

O Sr. Paulo Lopo Saraiva, Professor Universitário, foi o primeiro Secretário das Finanças e o segundo Chefe da Casa Civil.

O Sr. Marco Antônio Cavalcanti da Rocha foi o primeiro Secretário de Planejamento do Prefeito Vauban Bezerra (atualmente é pró-Reitor da Universidade) e o Sr. Lúcio Teixeira dos Santos, antes de ser o Chefe da Casa Civil, exerceu as funções de Secretário de Administração.

Tarcísio enaltece a administração de Vauban Bezerra de Faria

Ao Senhor Governador do Estado, Doutor Tarcísio de Vasconcelos Maia, agradecemos suas recentes palavras e depoimentos relacionados com a nossa Administração, que nos deixam a certeza de que correspondemos à sua expectativa.

Sua reação positiva confirma

que fomos dignos da sua escolha, e de que nos transformamos em peça da máquina governamental, que terminou por produzir a invejável imagem do Governo de sua Excia. no seio da opinião de todas as categorias sociais e políticas do nosso querido Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, à sua Excelência, pela permanente confiança no nosso comportamento e na nossa ação administrativa, desde a primeira hora do seu Governo.

Além dessa favorável e positiva avaliação pública sobre a nossa gestão como prefeito da cidade do Natal, os natalenses são testemunhas que entramos e agora estamos saindo da Prefeitura com as mãos e a alma limpas, pois apesar das críticas, às vezes contundentes, que recebemos de alguns setores, especialmente da imprensa, nos primeiros anos de nossa Administração, nunca, ninguém, nem de longe, nem indiretamente, duvidou daquilo que mais preservamos na nossa vida: a honestidade, o zelo pela coisa pública, o cuidado, às vezes até exagerado, no comando das finanças e dos projetos que são frutos do dinheiro recolhido do povo.



O Governador Tarcísio Maia e o Prefeito Vauban Bezerra de Faria mantiveram um entrosamento que possibilitou a concretização de grandes projetos. Interessando-se pelas obras municipais, o Governador nunca negou apoio e confiança ao Prefeito natalense.

Nas palavras finais todo o reflexo de uma personalidade

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Dizemos aqui, agora, que foi uma honra termos tido esta oportunidade de governar Natal. Como prefeito tivemos muitas alegrias e muitas preocupações, mas, sobretudo, a felicidade de convivência com o nosso povo, em quem encontramos afetuoso entusiasmo quando nas ruas recebíamos a sua aprovação à nossa atividade administrativa.

Agradecemos a Deus, o convívio

com as dificuldades, que nos ensinou a ser paciente e resistente ao desânimo.

Agradecemos aos que nos receberam com reserva e terminaram por reconhecer a nossa capacidade de fazer as coisas, juntando pedaços de prudência, bom senso, trabalho, entusiasmo, devotamento e amor.

Amando o triunfo, sem deseperar com o insucesso; aceitando a crítica injusta e respondendo com a humildade; tendo força para levan-

tar-se a cada queda e recolhendo na depressão, lições de otimismo; comprazendo-se na vitória sobre as crises eventuais, pelo ensinamento que elas deixam de que o homem completo é o que se eleva sobre a maledicência, o descrédito, a incompreensão e a intolerância, e, intocado pelo ódio, abraça a todos com a alma limpa, entregando a Deus e aos homens o julgamento de sua história.

Muito obrigado.

RECUPERAÇÃO TOTAL DO PALÁCIO FELIPE CAMARÃO: UMA DAS ÚLTIMAS REALIZAÇÕES DO GOVERNO DE VAUBAN

O Palácio Felipe Camarão, sede do Governo Municipal, estava fechado há mais de 12 anos, com vários prefeitos programando a sua recuperação, sem ter condições de executá-la.

Muito embora tenha passado toda a sua gestão numa modesta casa alugada na Av. Prudente de Moraes, transformada em Prefeitura, o Prefeito Vauban Bezerra de Faria incluiu a recuperação do Palácio Felipe Camarão, como uma de suas metas.

A reinauguração da antiga casa do Poder Executivo Municipal, cuja modernização não lhe alterou as suas características arquitetônicas originais, ocorreu no dia 25 de janeiro do corrente ano.

Nesta ocasião, o prefeito fez uma síntese do que já havia realizado em favor do desenvolvimento da Cidade; justificou o atraso das obras do Palácio com uma consequência de outras prioridades administrativas mais diretamente ligadas aos interesses do povo, e terminou por dizer uma frase que a Cidade guardou: *"Muito pouco tempo de Palácio, mas, graças a Deus, muitas obras, sem Palácio"*.

Este comportamento foi confirmado, logo em seguida, pelo Governador Tarcísio Maia, que no seu discurso teceu várias e elogiosas referências aos projetos executados e em execução levados a efeito pela administração do engenheiro Vauban Bezerra de Faria.

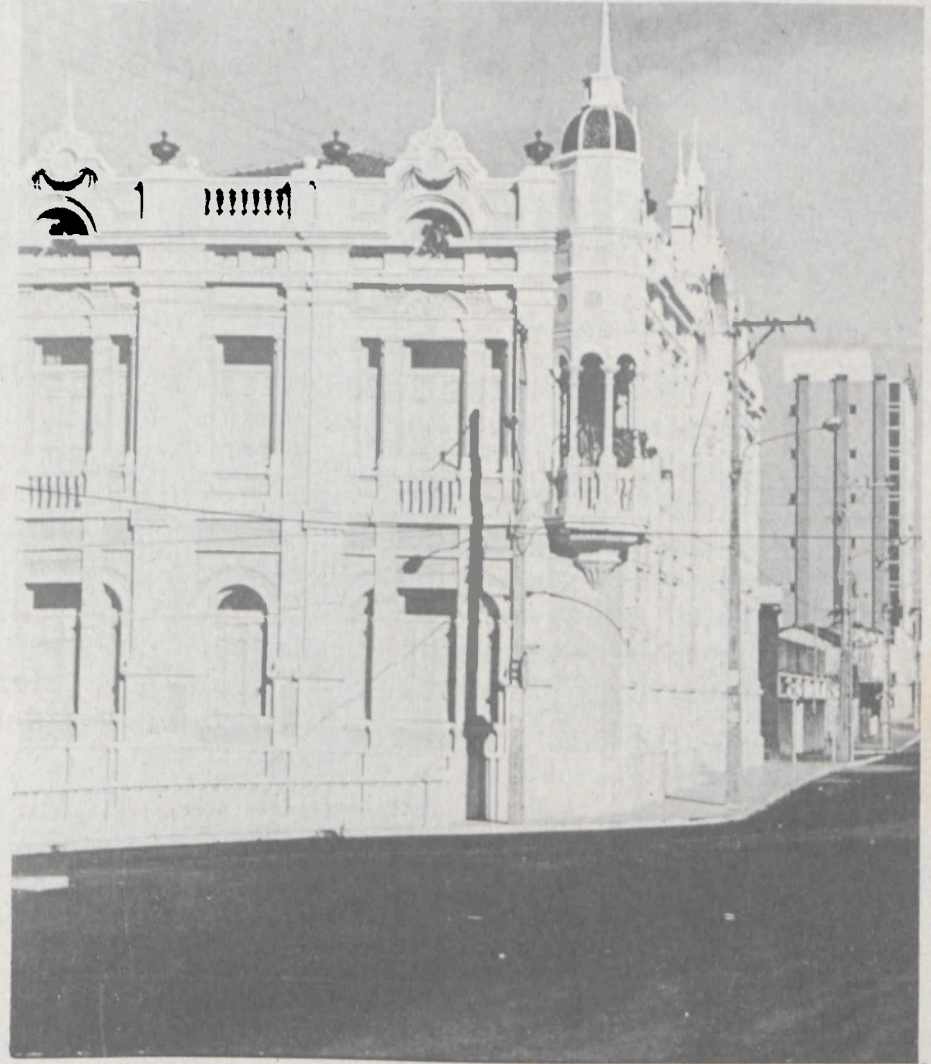
À certa altura, disse o governador:

"Eu me sinto no dever e acho que talvez seja esta a hora de dizer de público que Vauban foi um dos excelentes auxiliares que eu tive na minha administração.

Um homem simples. Simples até demais. Modesto, humilde, às vezes, humilde freqüentemente. Sem eloqüência maior. Mas penetrado de um sentimento do dever a cumprir, de uma capacidade de trabalho imedível, de uma disposição de servir à causa pública, que se comportou na Prefeitura de Natal como um dos melhores feitos que por aqui já passaram.

Eu me sinto no dever de na hora em que se aproxima os últimos dias do nosso trabalho, de nossa administração, proclamar de público quão digno Vauban foi da confiança que eu nele depositei.

Cedo, em cada dia, começava o seu trabalho, a exercitar as tarefas que lhe competiam. E o dia inteiro estava vendo problemas pertinentes a administração pública. Ninguém lhe fazia uma só pergunta que dissesse respeito à vida dessa cidade em seus problemas mais aflitivos que ele não desse resposta imediata.



Paciente, compreensivo, prudente, às vezes até abnegado, Vauban entretanto era um obstinado nas tarefas que ele cumpria, nos trabalhos que ele realizava à frente da administração municipal.

As obras que foram executadas, repito, foram da maior significação para a vida dessa cidade. E o modo como ele as realizou só merece o respeito e o acatamento do povo norte-riograndense e especialmente do povo de Natal.

Há alguns gestos que eu desejo salientar neste instante: a casa onde ele devia trabalhar não foi a primeira da qual ele cuidou. Na verdade, o local de trabalho precisa ter condições para dar dignidade ao cargo. Mas Vauban preferiu alojar-se modestamente numa casa alugada, e meticulosamente proceder a recuperação do Palácio Felipe Camarão que ora nós o entregamos de novo à vida da Cidade. Este é um gesto que deve

ser meditado por quantos aqui se encontram. E eu faço votos para que o futuro Prefeito, já escolhido, que deve tomar posse dentro de algum pouco tempo, siga os caminhos palmilhados por Vauban, continuando os projetos que aí já estão feitos em favor da cidade e da sua gente, dando dignidade e honradez a função que o novo prefeito vai desempenhar.

Também me sinto no dever de proclamar de público a correção de Vauban para com esse governador que ora lhes fala.

Um homem sério, um homem digno de ilibada probidade, de irreprovável correção, foi sempre solidário em todos os instantes, em todas as horas em que era preciso ser vista essa solidariedade. Foi sempre solidário com o governador nas tarefas administrativas e também políticas que nós juntos executamos neste Estado".

De repente o futuro prefeito descobriu o povo

Natal terá oportunidade de fazer um confronto político muito interessante, dentro de muito pouco tempo. De um lado, haverá um prefeito jovem, simpático, afeito a desafios que enfrentou e venceu na atividade empresarial, além de estar demonstrando capacidade para o diálogo com a imprensa e com os políticos. Do outro lado, a figura de um governador que tem prevenções contra jornalistas de um determinado jornal, que se nega a receber deputados, que não é bom orador e que, decididamente, não tem conseguido irradiar simpatia. José Agripino Maia, futuro prefeito de Natal, já começa em vantagem, dizendo o que espera fazer à frente da Prefeitura.

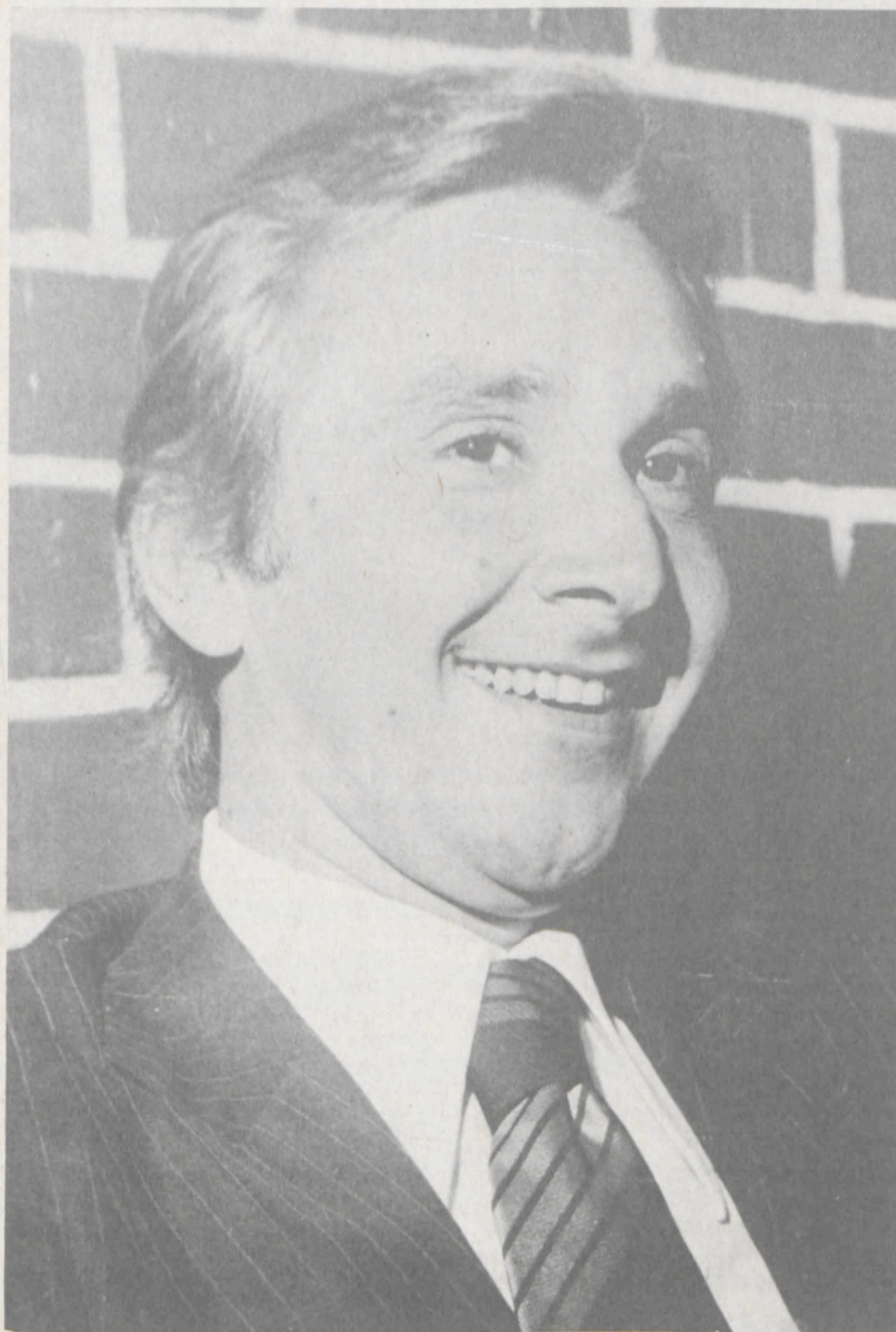
“Nos próximos quatro anos, a administração municipal será voltada, especialmente, para a periferia da capital que de há muito não vem recebendo a atenção que merece”. Essa declaração foi prestada por José Agripino Maia, futuro prefeito de Natal, no dia 13 de janeiro, data da confirmação oficial do seu nome pelo futuro governador Lavoisier Maia. Decorridos praticamente dois meses, Agripino Maia foi novamente consultado sobre os problemas a que daria prioridade durante a sua administração; e novamente confirmou: *“Quero me identificar com o povo dos bairros periféricos. Ele está necessitando muito de ajuda”.*

Sempre demonstrando simplicidade, mas deixando transparecer uma grande disposição para enfrentar os problemas políticos e administrativos que deverão aparecer, José Agripino Maia afirmou que não pre-

tende ser um prefeito perfeito. Segundo ele, ninguém consegue agradar inteiramente toda uma população, principalmente de uma cidade como Natal que cresce assustadoramente. *“Na minha opinião”* — afirma Agripino — *“quando um dirigente municipal consegue concluir seu período administrativo sem receber críticas de ambos os lados, deverá ter praticado o exercício da coação”.*

DIÁLOGO — Desde que foi escolhido por Lavoisier Maia para suceder o engenheiro Vauban Faria que José Agripino Maia vem revelando uma faceta que é notada em todos os pronunciamentos que faz, ou mesmo nos contatos que mantém com amigos ou auxiliares: a disposição para o diálogo. No seu primeiro

contato com a cidade, quando percorreu de carro as suas regiões mais críticas, fez questão de parar várias vezes para conversar com o homem comum, a fim de sentir de perto as aspirações daquela gente. Depois que regressou de São Paulo, quando desligou-se definitivamente da direção da Companhia Industrial Técnica — CIT, empresa que dirigia no Maranhão, Agripino dedicou-se de corpo e alma ao diálogo com os vereadores de Natal visando conseguir atingir o consenso na eleição da mesa da Câmara. As conversas chegaram a tal ponto que um influente deputado da área governista chegou a afirmar que *“o que faltou na eleição da mesa da Assembléia sobrou na eleição da mesa da Câmara”.* E o que faltou e agora está sobrando é justamente o diálogo. Ao invés de se isolar, como Lavoisier fez em relação aos deputados, o futuro prefeito se



José Agripino Maia, filho mais velho de Tarcísio Maia, vem disposto a fazer carreira na vida pública.

colocou à disposição dos vereadores, que foram convocados em duplas para ouvirem e exporem os seus planos, e dizerem o que esperam do Executivo municipal.

Segundo José Agripino, "administração pública é promover a satisfação coletiva, só que esta satisfação não está apenas retratada em obras públicas. É também um pouco de lazer, cuidado com os serviços de

abastecimento d'água, energia elétrica, coleta de esgotos. Para que eu consiga realizar tudo isso, será necessário um diálogo permanente com o povo. E é o que vou fazer durante quatro anos com todos os natalenses, principalmente os mais humildes, dos bairros mais distantes e carentes. Com um pouco de intuição, vamos identificar as suas necessidades, suas ambições, seus anseios. E na medida do possível ofe-

recer as soluções".

PERIFERIA — Politicamente, José Agripino Maia define-se como um social-democrata, daí preferir o diálogo como força para resolver todos os problemas. Filho primogênito do atual governador Tarcísio Maia, nascido na cidade de Mossoró e vivendo grande parte da sua vida em Bacabau, interior do Maranhão, ele revela que sempre se preocupou com os dramas das populações mais sofridas que habitam na periferia das grandes cidades.

Sobre o seu futuro imediato, ele afirma:

"Administrar a cidade do Natal é sem dúvida um grande desafio. É uma cidade de porte médio como a maioria das capitais nordestinas, e por esse motivo comporta problemas comuns como sistema viário, resíduos sólidos, educação, habitação, marginalização e tantos outros. A gente sabe de quase todos os problemas que afetam a capital. No entanto, precisamos ouvir as pessoas que vivem no subúrbio. Elas é que enfrentam e participam mais diretamente desses problemas. Fazendo isso, teremos condições de enumerar prioridades que realmente estejam ao agrado do povo".

PLANIFICAÇÃO — Quando indicou José Agripino para prefeito de Natal, o governador Lavoisier Maia afirmou que revelava o nome com bastante antecedência, pois para administrar uma cidade como Natal o escolhido necessitaria de bastante tempo para organizar a sua equipe e também o seu plano de ação. E foi justamente o que fez José Agripino. Assim que se desligou definitivamente da direção da CIT do Maranhão, passou a dar tempo integral no seu gabinete instalado provisoriamente nas dependências do Departamento de Estradas de Rodagens — DER, mesmo local onde é arquitetado todo o plano de ação pa-

ra o próximo Governo Estadual. A equipe técnica escolhida por Agripino Maia para auxiliá-lo na elaboração do seu Plano de Ação está composta pelo sociólogo Manoel Pereira, pelo economista Ricardo Ivan de Medeiros, pelo atual secretário municipal de Planejamento e Coordenação Geral, Antônio Ferreira Melo, e pelo executivo Roosevelt Garcia, que é o coringa encarregado de entrosar o futuro prefeito com os atuais auxiliares de Vauban Faria.

O primeiro trabalho feito por essa equipe foi um levantamento completo da situação atual das finanças municipais, como também dos projetos que estão sendo executados, os a executar, além dos recursos alocados e a alocar. Feito isto, a comissão iniciou a elaboração dos programas a serem desenvolvidos nos próximos quatro anos.

ESPÍRITO — A indicação de José Agripino Maia, de acordo com o noticiário e os comentários da imprensa, foi bem recebida nas áreas político-empresariais do município. Apenas uma pergunta passou a ser feita dentro de alguns setores da administração pública: qual o motivo de ter deixado a iniciativa privada para ingressar na vida pública? E a esta indagação ele responde com as seguintes palavras:

“O principal motivo que me fez aceitar o convite foi o espírito público que tenho dentro de mim. Para muitos, eu parecia inarredável da iniciativa privada. Mas a possibilidade de servir à população natalense falou mais alto. Pergunta-se porque os executivos da iniciativa privada evitam servir aos Governos, onde ganhariam menos do que seus pol-pudos salários e eu respondo: é porque nem todos têm dentro de si o espírito público, a vontade de servir ao povo. Isto eu tenho. Não permito de forma alguma que o individualismo e o materialismo me absorvam totalmente”.

INSTALADA EM NATAL A 17ª REGIÃO DO CRECI. FRANCISCO RIBEIRO É O PRESIDENTE



O corretor Francisco Ribeiro, presidente eleito (ou representante) da 17ª Região do CRECI, faz o discurso oficial na solenidade de instalação do órgão.

O bom desenvolvimento e o excelente desempenho da Delegacia do Rio Grande do Norte foram os fatores que mais pesaram para que o Conselho Federal de Corretores de Imóveis promovesse o nosso Estado a Sede de Conselho.

Segundo informou Francisco Ribeiro Alves, presidente há seis anos da Delegacia do Conselho e atualmente presidente da 17ª Região do CRECI, o objetivo de agora em diante é exercer uma maior fiscalização com relação ao exercício ilegal da profissão no Estado.

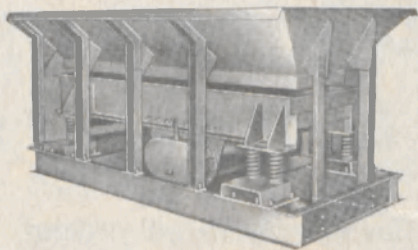
REGULARIZAR — Disse ainda Francisco Ribeiro que aqueles que pretendem exercer a profissão de corretor de imóveis, ou os que já estão exercendo de forma ilegal devem procurar a sede da Região para receber todas as informações a respeito do Decreto-Lei nº 6.530, de 12.05.78.

INSTALAÇÃO — Antes da criação do Conselho, funcionava no Estado a Delegacia da 7ª Região que era subordinada a Recife, onde estava instalada a sede. Depois de seis anos, que correspondem a três mandatos de dois anos, o Conselho Federal, em Assembléia Geral, desmembrou da 7ª Região os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, criando a 17ª Região com sede em Natal e com jurisdição aqui e na Paraíba.

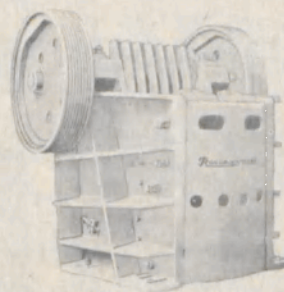
ba.

No dia 10 de fevereiro, no salão de reuniões do Ducal Palace Hotel, às 18 horas, foi instalado o Conselho da 17ª Região, sendo empossado na presidência Francisco Ribeiro Alves que já vinha exercendo o mesmo cargo na Delegacia Regional.

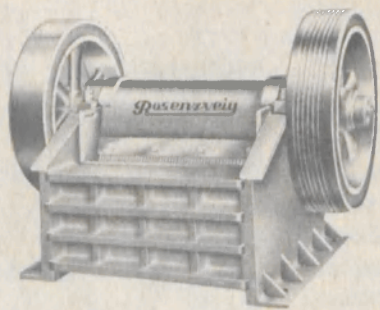
A solenidade compareceram as mais destacadas autoridades, todas com o objetivo de prestigiar a posse dos novos dirigentes. Estiveram presentes o vice-governador em exercício, Genivaldo Barros, representantes militares, toda a diretoria do Conselho Federal formada pelo presidente, Aref Assedeuy; primeiro vice-presidente, João Martinho Cleto Reis; segundo vice-presidente, Aquilino Silveira de Souza; primeiro secretário, Ezequias Negromonte; segundo secretário, Walter Linhares; primeiro tesoureiro, José Arantes; segundo tesoureiro, Ernesto dos Santos Silva e o secretário executivo, João da Silva Araújo, além de representantes dos Conselhos de São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina. Além desses, o presidente do Sindicato Interestadual de Corretores de Imóveis, Mariano Carneiro da Cunha; o presidente da 7ª Região, José Luiz Cavalcanti e o vice-presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo, João Roberto Malta.



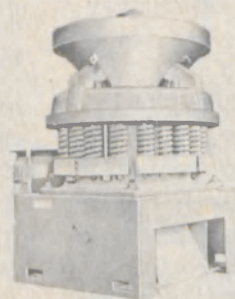
ALIMENTADORES VIBRATÓRIOS
Robustos, para alimentação dos
britadores primários.



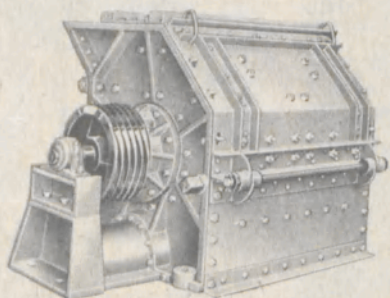
BRITADORES DE MANDÍBULAS
Produções de 2 até 150 m³ por hora.



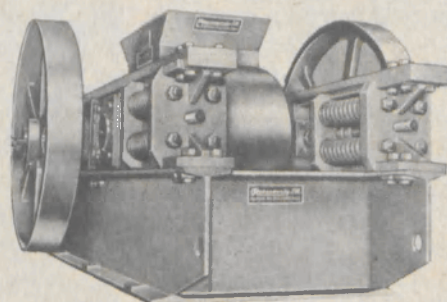
REBRITADORES DE MANDÍBULAS
Em chapa de aço soldadas.
Robustos e econômicos.



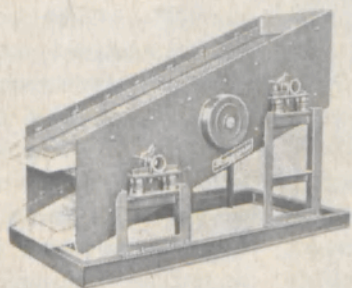
**REBRITADORES GIRATÓRIOS
DE CONE LARGO — Série GR**
Para Britagem Secundária.



MOINHOS DE MARTELOS MÓVEIS E FIXOS
Para Moagem fina de Materiais Semi-Abrasivos.
Altos coeficientes de redução.



REBRITADORES DE ROLOS
Para redução fina.
Diversos tamanhos disponíveis.



PENEIRAS VIBRATÓRIAS
Até 9 metros quadrados de superfície.



®

COBRAZ

MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.

AV. SALGADO FILHO, 2860
FONES: 231-1549 — 231-2725 — 59.000 — NATAL-RN

Arte: Denny

EMPRESÁRIOS DIZEM A LAVOISIER COMO ENFRENTAR O PROBLEMA DO DESEMPREGO

Os empresários dizem o que o Governo de Lavoisier Maia vai precisar fazer para reduzir o índice de desemprego no Rio Grande do Norte, um dos mais elevados do País. Maior atenção para a agricultura, execução de um amplo programa de formação de mão-de-obra, incentivos fiscais para as indústrias que venham de fora e para as locais que queiram se expandir, são medidas sugeridas ao futuro governador.

Com a aproximação do dia 15 de março, data que marcará o início de uma nova administração para o Estado, crescem as expectativas em torno das mudanças que vão se processar. Sabe-se de antemão que a filosofia do continuísmo, já definida pelo próximo governador, não provocará alterações maiores no quadro geral da política, mantendo-se no poder os mesmos esquemas e quase as mesmas pessoas. Mas, afinal, há um novo secretariado a ser empossado, com planos de ação que talvez impliquem em melhor aproveitamento dos recursos de que o Governo dispõe para promover o bem comum. Na área econômica, por exemplo, é impossível que os futuros secretários e diretores de empresas mistas não consigam superar as marcas alcançadas pelos seus antecessores, marcas geralmente inexpressivas. Basta ver que nos últimos quatro anos o Governo não conseguiu atrair nem quatro novas indústrias para o Rio Grande do Norte, pela absoluta falta de incentivos e pelo clima de desconfiança que regeu as relações poder público/empresários.

Toda esta situação preocupa as classes produtoras do Estado, até por causa da extrema dependência que a economia privada experimenta diante do Governo, que nesta região pobre e subdesenvolvida é um grande patrão, um grande agente financeiro, um grande consumidor e um fiscal implacável com participação líquida e certa em todos os ne-

gócios, mas sem obrigações. Como agente financeiro, o atual Governo do Estado foi um blefe; como grande consumidor, se resumiu quase que a importar mercadorias e serviços, deixando nossas empresas relegadas; mas como fiscal funcionou com perfeição, arrecadando o máximo, a ponto do Rio Grande do Norte aparecer no Brasil como um dos Estados onde os índices de cobrança do ICM mais cresceu. Cobrou-se impostos até de frutas e verduras, caso único no País.

O QUE ESPERAR — A partir de uma política de desenvolvimento mais agressiva ou mais retraída, que venha a ser adotada pelo Governo de Lavoisier Maia, todos os segmentos da nossa indústria, comércio, agricultura e pecuária serão dinamizados, ou não. Por esta razão, a classe empresarial espera com ansiedade as definições do novo mandatário. E alguns empresários chegam a discutir medidas que de forma alguma devem ser esquecidas na formulação das metas fundamentais na área econômica. Por isto, RN/ECONÔMICO se envolveu com o assunto e tentou ordenar os pontos de vista de empresários a partir de uma pergunta básica: *o que deve o Governo fazer para aumentar a renda da população e diminuir o desemprego no Rio Grande do Norte?*

ESPECIALIZAR A MÃO-DE-OBRA — José Resende Filho é um



José Resende Filho acha que o Governo deve investir maciçamente na formação de mão-de-obra especializada.

líder da classe comercial natalense, já tendo ocupado a presidência de entidades como a Associação Comercial e o Clube de Diretores Lojistas. Dizendo-se um homem simples, com grau de instrução ginásial, explica que não está em seu poder a fórmula milagrosa de transformar um Estado pobre numa comunidade desenvolvida. Porém, pela sua experiência empresarial que vem desde os tempos da infância, ele se julga capaz de apresentar algumas sugestões ao futuro governador. E uma delas é a execução de um programa de especialização da mão-de-obra local, com vistas à capacitação do

homem para as atividades produtivas. Explica ele que uma das constatações mais tristes que qualquer empresário faz no dia-a-dia é a falta generalizada de material humano preparado para o desempenho de funções especializadas.

Segundo o raciocínio de José Resende, uma pessoa com uma profissão definida e bem qualificada para o seu exercício, não tem problema de desemprego em lugar nenhum. Assim, recomenda ao governador Lavoisier Maia que *"reúna os seus técnicos, consiga apoio federal e até dos municípios, para implantar cursos de formação profissional. As próprias classes empresariais poderiam participar ativamente de um programa deste tipo, comprometendo-se a absorver a mão-de-obra formada. Enquanto as cidades do Estado estão cheias de desempregados, pessoas expostas à miséria por não terem renda, o que se vê é a carência de pedreiros em toda parte, de marceneiros, de mecânicos, de montadores e envernizadores de móveis, de mecanógrafos, e de inúmeras outras classificações profissionais que não exigem longa escolaridade"*.

Por último, José Resende Filho garante:

"Se houver conscientização para este problema e se forem tomadas providências para mudar o quadro de despreparo, somente o setor comercial — a curto prazo — terá condições de absorver todos os desocupados que proliferam na "Praia dos Artistas" ou nas ruas do "Grande Ponto".

ELETRIFICAR OS CAMPOS — Júlio César de Andrade, um dos mais tradicionais comerciantes do bairro da Ribeira, diretor da firma César Comércio e Representações Ltda., considera que *"tem que ser dada prioridade à agricultura, setor da nossa economia mais carente de apoio para se desenvolver"*. Ele acha que, de início, deveria ser executado um amplo programa de eletrificação rural, essencial para o emprego das indispensáveis técnicas de irrigação na agricultura. Também cita como medida importante para a

expansão do setor primário a isenção de qualquer imposto para os produtos horti-fruti-granjeiros. Atualmente, o Rio Grande do Norte importa 70 por cento das frutas e verduras que consome, tudo porque o produtor local está desassistido e desestimulado. Ele taxa de absurdo o fato do Estado, possuindo tantos vales úmidos, trazer para as suas feiras-livres a banana de Goiás, a tomate de São Paulo, etc. E diz que sendo possível a modernização da nossa agricultura seria diminuído o grande êxodo rural, criando-se no campo as oportunidades de renda e de empregos que o povo precisa.

Júlio César de Andrade fala ainda da criação de novas indústrias, da construção de mais estradas, e de uma política de incentivos reais ao empresariado, como caminhos que sem dúvida farão do Rio Grande do Norte um Estado progressista, sem desemprego e onde se poderá viver com tranquilidade.



Marcos Santos: *"É fundamental uma maior atenção para os problemas agrícolas"*.

AGRICULTURA FALIDA — Marcos Nelson Santos, diretor-executivo da empresa Santos & Cia. Ltda., começa por lamentar que o Estado possua hoje uma agricultura praticamente falida, que nada de bom pode oferecer ao homem que a ela se dedica. Assim, ele pensa ser fundamental para o nosso desenvolvimento econômico uma maior aten-

ção para os problemas agrícolas. Novas linhas de crédito e até incentivos fiscais, no seu entender, devem ser concedidos ao homem do campo, até como uma maneira de se evitar a sua fuga para as cidades.

Porém, Marcos Santos não se detém só na agricultura. Acha ainda que o Rio Grande do Norte é um dos Estados menos industrializados da Federação. E comenta:

"Há 20 anos, o Estado tinha quatro usinas de açúcar. Hoje, elas se resumem em duas".

Diante de fatos como este, segundo Marcos, *"o que se pode esperar, senão o crescimento do desemprego?"*. Para ele, a solução está em se atrair novas indústrias e em se incentivar as existentes, para que elas invistam na expansão de suas atividades, proporcionando mais empregos diretos e indiretos.



Wellington Lucena considera necessário preparar melhor a população para o trabalho.

"TENHO VAGAS" — Defendendo enfaticamente a necessidade de profissionalização como primeiro caminho para vencer a crise de desemprego, Wellington Lucena, diretor da Comercial José Lucena Ltda., começa por afirmar:

"Tenho seis vagas em minha empresa. Estou disposto a admitir a qualquer hora o candidato que se apresentar, desde que o mesmo demonstre conhecimento da função que venha a desempenhar. Até

agora, os que apareceram não estavam preparados”.

Achando que no Estado é muito grave o problema da escassez de mão-de-obra especializada, Wellington Lucena afirma que para simples serviços de auxiliar-de-contabilidade, almoxarife, mecanógrafo, não existem candidatos disponíveis. E faz ainda uma revelação: sente-se decepcionado até mesmo com as entidades que no momento cuidam de formar pessoal nessa área, pois alguns candidatos que o procuraram, portando diplomas, mostraram-se absolutamente despreparados.

Uma grande reforma no sistema educacional que começaria pela extinção de cursos que não preparam as pessoas para nenhum tipo de trabalho, essa é a sugestão básica do diretor da Comercial José Lucena. E explica:

“A realidade brasileira, particularmente a do nosso Estado, não permite que as famílias mantenham filhos curando o Científico, apenas com a expectativa de um dia passar no vestibular e ingressar na Universidade. O que o Governo deve é atentar para a necessidade de dinamização extensiva dos cursos profissionalizantes de nível médio, pois só assim tirará milhares de jovens da dependência dos seus pais. Uma medida desse tipo serviria até para ajudar a diminuir a delinqüência juvenil, pois trabalhando os jovens estariam menos vulneráveis aos vícios”.

MAIS INDÚSTRIAS — José Alberto Novaes, diretor-administrativo da CODIF (Companhia Distribuidora de Ferragens), externa o ponto-de-vista de que o mais importante para o Estado é a expansão do seu parque industrial, como forma objetiva de acabar com o desemprego da população. Em seguida, viria a necessidade de execução de uma política de formação profissional, com vistas à preparação de mão-de-obra.

Novaes assinala que o Estado deve conceder incentivos a indústrias de fora que queiram aqui se instalar, bem como deve encontrar fórmulas



José Alberto Novaes: “O Estado deve conceder incentivos para que surjam mais indústrias”.

justas de garantir o crescimento das que aqui já operam.

Outra técnica de amenização do problema de desemprego, em termos de imediatismo — segundo o diretor da CODIF — seria o aproveitamento em massa, pelo poder público, de pessoas desocupadas, nos serviços de conservação da pavimentação das cidades, melhor dizendo, nas operações “tapa-buracos”, bem como em outras atividades que não requerem especialização.



Ezequiel Fonseca: “É preciso orientar melhor o agricultor para que ele produza mais”.

CULPA DO ÊXODO RURAL — Ezequiel Fonseca, diretor da firma Pinheiro, Chacon & Cia., vê no êxodo rural a culpa pelo grande índice de desemprego no Estado. Assim, o Governo deve olhar prioritariamente

para o homem do campo, procurando fixá-lo à terra, pois o êxodo só acontece porque o agricultor está inteiramente desprovido de condições para efetuar um trabalho rentável.

Mas observa Ezequiel Fonseca que “o problema não se resolve apenas com a abertura de mais linhas de crédito ou com dinheiro subsidiado, pois o homem do campo, pela falta de capacidade empresarial, geralmente não está apto a aplicar bem os recursos que lhe chegam às mãos. Por isto, antes de criar mais linhas de crédito, o Governo deve cuidar primeiro de orientar o agricultor para que ele faça bom uso do dinheiro”.

E vai mais adiante, na sua linha de pensamento:

“Se o agricultor deseja plantar, que tenha direito ao crédito. Mas que, antes, a sua propriedade seja sondada pelos técnicos que indicarão o quê e como deve ser plantado, tudo de acordo com o tipo de cli-

Caro Assinante:

a partir de agora você pode resolver com um simples telefonema

qualquer problema relacionado com a sua assinatura de RN/ECONÔMICO.

Basta ligar para 231-1873 e comunicar a sua

mudança de endereço, pedir a sua renovação ou

reclamar atrasos de entrega, quando

ocorrerem. E você será prontamente atendido!

RN/ECONÔMICO
Revista mensal para homens de negócios

ma, de solo, etc. Nos dias atuais, o que se verifica é a concessão de crédito para financiamento de culturas deficitárias, processo que está contribuindo para aumentar a crise econômica da nossa agricultura''.

Acredita Ezequiel que na hora em que o Governo conseguir fixar o homem em sua terra, muitos problemas estarão resolvidos. Nas capitais diminuirá o contingente de pessoas desempregadas e sem nenhuma qualificação que as habilite para o trabalho. E, quanto ao meio rural, melhor assistido, produzirá sempre mais, possibilitando a que os proprietários de terras invistam sempre mais na expansão das áreas cultivadas, gerando mais oportunidades de trabalho.



João Carneiro Morais: "Na hora em que aumentarmos o número de indústrias entre nós não haverá mais desemprego".

INDÚSTRIA É MOLA MESTRA

— Se fosse aqui referido apenas pelo seu nome, João Carneiro Morais dificilmente seria identificado, pois todo o meio empresarial o conhece como *Ferreirinha*, diretor da Casa Lux S/A, uma das mais antigas e tradicionais empresas do ramo de materiais elétricos. Para ele, o próximo governador precisa se voltar principalmente para o desenvolvimento industrial do Estado, "pois na hora em que aumentarmos o número de grandes indústrias entre nós haverá mais empregos, mais renda e melhoria geral nos níveis de vida da comunidade. Com isso, crescerá o comércio, haverá mais pagamento de impostos, mais dinheiro para aplicar nas obras públicas".

QUEM CONSTRÓI, SABE: NA HORA DE COMPRAR MADEIRA, Queiroz Oliveira

Tudo é uma questão de lógica. Quem possui maiores estoques e se abastece diretamente das principais fontes produtoras, tem todas as condições para atender melhor. É por esta razão que QUEIROZ OLIVEIRA mantém sua posição de liderança no comércio de madeiras no Estado. O seu sistema de atendimento é eficiente e lá você também encontra tudo o que precisa para a sua construção.

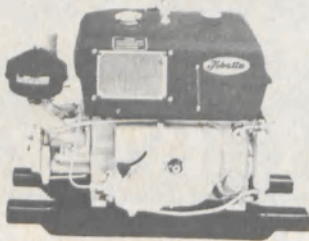


QUEIROZ OLIVEIRA
MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO

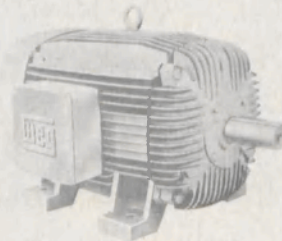
Av. Rio Branco, 185 — NATAL R. Cel. Gurgel, s/n — MOSSORÓ

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI

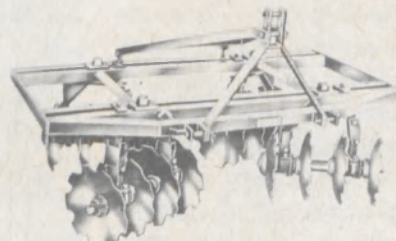
DUCAMPO tem tudo para o homem do campo!



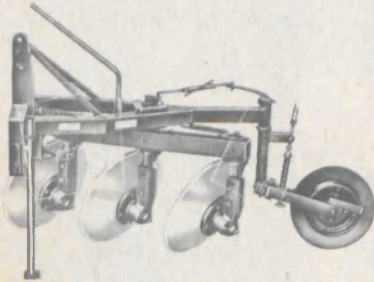
Motor diesel "TABATTA"



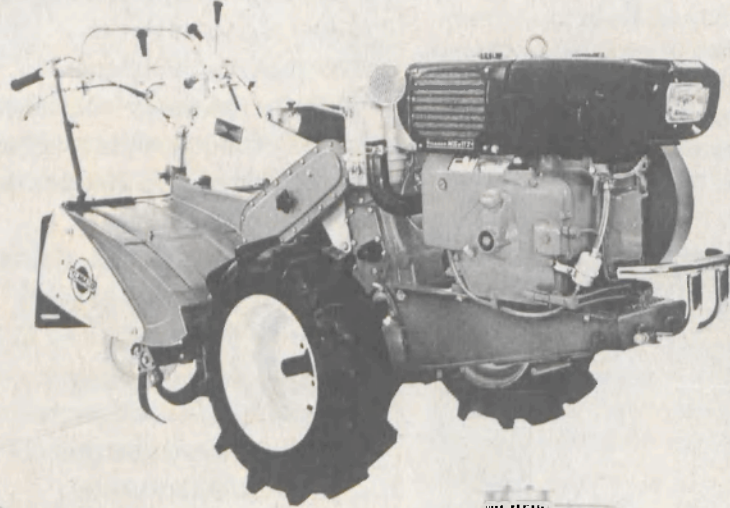
Motor elétrico "WEG"



Cultivador em discos "LAVROMECC"



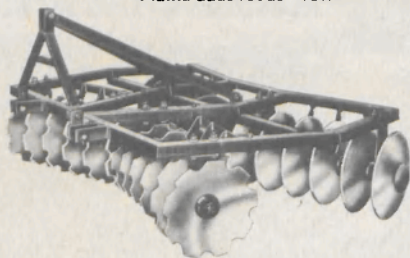
Arado reversível "LAVROMECC"



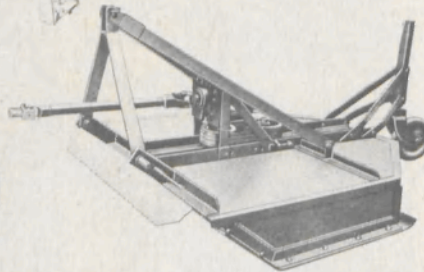
Microtrator "YANMAR"



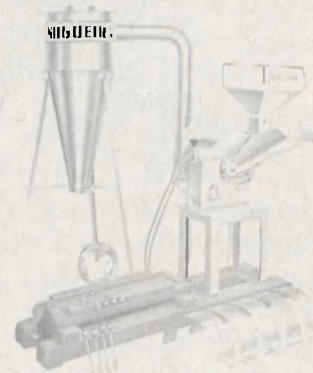
Plaina duas rodas "ICMA"



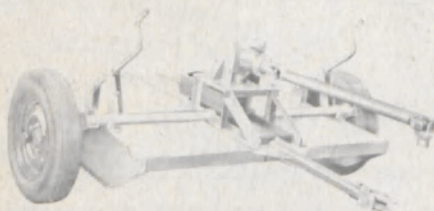
Grade para levante hidráulico "LAVROMECC"



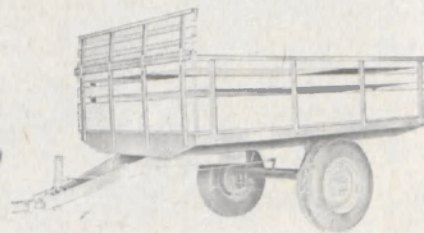
Roçadeira para levante hidráulico "LAVROMECC"



Forrageira "NOGUEIRA"



Roçadeira de arrasto "ICMA"



Carreta cambuy "ICMA"



Batedeira de cereais "LAREDO"



DUCAMPO
O Lojão da Agropecuária

MATRIZ: R. Frei Miguelinho, 127/129 — Ribeira
Telefones: 222-4590 — 222-5744 — Natal-RN
FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1469 — Alecrim
Telefone: 222-4557 — Natal-RN. INTERIOR: João
Câmara — Nova Cruz — Caicó — Mossoró

INFORMATIVO AGRO-PECUÁRIO

Órgão de Divulgação da Associação Norte-Riograndense de Criadores — ANORC

ANO I

FEVEREIRO/79

NATAL(RN)

BANCOS CONFIRMAM: NÃO FALTARÁ DINHEIRO NA FEIRA

Tanto o Banco do Brasil como o Banco do Nordeste do Brasil já asseguraram crédito suficiente para todos os pecuaristas que deverão participar da 1ª Exposição-Feira de Animais e Máquinas Agrícolas, promovida pela Associação Norte-riograndense de Criadores — ANORC.

Segundo informou o gerente-adjunto da Agência Centro do Banco do Brasil, Paulo Bezerra, "o crédito enviado pela Direção Geral é suficiente para atender a todos os criadores do Estado". Disse ainda que para obter o crédito do Banco do Brasil será necessário ser somente cliente da Agência Centro, pois as propostas de criadores das mais diferentes regiões do Estado serão colhidas e em seguida remetidas para as agências que jurisdicionem os referidos municípios.

O gerente do Banco do Nordeste, Expedito Gondim, também está bastante otimista com relação à Feira, haja vista que o estabelecimento de crédito que gerencia, sempre tem participado ativamente dessas promoções e que a Direção Geral sediada em Fortaleza nunca tem negado o apoio à pecuária do Rio Grande do Norte.

O gado a ser financiado pelos estabelecimentos bancários que vão participar da Feira são os de alta mestiçagem, controlados e os Puro de Origem e Puros por Cruza.

EM MENSAGEM AOS CRIADORES, GOVERNO REASSEGURA PRIORIDADE À AGROPECUÁRIA

A agricultura e a pecuária foram dois setores que mereceram grande apoio do atual Governo do Rio Grande do Norte. O governador Tarcísio Maia, pela sua própria condição de pecuarista e agricultor, estimulou nesses quatro anos todas as iniciativas que tivessem como fim o desenvolvimento e a integração do meio rural. Já o próximo governador, Dr. Lavoisier Maia, ao estabelecer que a sua administração dará prioridade à agropecuária, demonstra



Tarcísio Maia

que está consciente da realidade econômico-social do Estado e que governará com o objetivo de melhorar as condições de vida da grande parcela da nossa população que vive em função da terra.

Comprovando o apoio que estes dois ilustres homens públicos dedicam às atividades agro-pastoris, a ANORC recebeu deles a seguinte mensagem, por ocasião da 1ª Exposição-Feira de Animais e Máquinas Agrícolas:



Lavoisier Maia

A prioridade para a Agricultura e a Pecuária do Rio Grande do Norte tem sido e permanecerá como meta básica da Administração de um Estado que tem nesses dois setores da economia a parcela maior da sua riqueza e das suas tradições. Hoje, como há quatro anos, o nosso maior contingente populacional vive e trabalha nos campos, precisando se atualizar no uso das técnicas modernas a fim de melhor se beneficiar com o fruto do seu trabalho.

O Governo atual e o próximo, irmanados num só objetivo que é o de abreviar no tempo a chegada do desenvolvimento econômico a esta terra, não se nega a receber a colaboração de quem pretenda se integrar nessa tarefa. Por isso, não podemos deixar de estimular iniciativas como a da Associação Norte-Riograndense dos Criadores — ANORC, que promovendo eventos como a I EXPOSIÇÃO-FEIRA DE ANIMAIS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS está ajudando a construir neste Estado uma nova e sadia filosofia de co-participação da comunidade nos programas oficiais.

Recebam os dirigentes da ANORC os nossos melhores votos de êxito.

TARCÍSIO MAIA
LAVOISIER MAIA



SECRETARIA DA AGRICULTURA ESTIMULA A ANORC

Ao longo da administração, o Governo do Rio Grande do Norte, através da Secretaria da Agricultura, procurou revitalizar o seu programa de exposições agropecuárias, emprestando-lhe uma melhor qualificação e uma maior dimensão, extrapolando, inclusive, as fronteiras estaduais.

O sucesso dessa programação, crescente a cada novo certame realizado motivou, positivamente, os nossos pecuaristas, abrindo a perspectiva do que agora se torna realidade com a efetivação da 1ª EXPOSIÇÃO-FEIRA DE ANIMAIS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS, sob a liderança da Associação Norte-riograndense de Criadores e com o apoio estrutural, técnico e administrativo da Secretaria da Agricultura, materializando o objetivo de ação comum dos setores público e privado. O poder público, visto e entendido como agente suplementar do processo de desenvolvimento econômico, deve transferir à iniciativa privada, sempre que possível e sem prejuízo dos interesses comunitários, os empreendimentos que encontram condições de serem eficientemente executados pelos particulares. Este é um dos principais aspectos que caracterizam esta promoção.

As atuais tendências da pecuária brasileira são bastante favoráveis, o que estimula os investimentos nessa atividade, que superou a fase negativa que vinha tipificando o seu desempenho nos últimos anos. Tal fato, por si só, já justifica a iniciativa de nossa Associação de Criadores, assumindo a responsabilidade de promover este certame.

Estamos convictos de que a 1ª EXPOSIÇÃO-FEIRA DE ANIMAIS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS alcançará um êxito correspondente ao entusiasmo de seus promotores, contribuindo para o aprimoramento dos nossos rebanhos e possibilitando o contato profícuo dos criadores com as lideranças políticas e sociais, com os técnicos e especialistas de nosso Estado.

HAROLDO DE SÁ BEZERRA
Secretário da Agricultura

FEIRA DA ANORC ABRE O CALENDÁRIO OFICIAL: RN

Está aberto o ano pecuário do Estado. A 1ª Exposição-Feira de Animais e Máquinas Agrícolas no Parque Aristófanos Fernandes, em Eduardo Gomes, estendendo-se de 4 a 10 de março, promovida pela Associação Norte-riograndense de Criadores, abre oficialmente o calendário de feiras e exposições, com integral apoio do Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura.

Tudo foi planejado com muito carinho pelos organizadores, não só pelo fato de ser a primeira feira promovida pela ANORC, mas também, e principalmente, pelo fato da Associação sentir que de agora em diante terá a compensadora missão de concorrer decididamente para o maior desenvolvimento da pecuária do Rio Grande do Norte.

Em todos os seus pronunciamentos o futuro governador Lavoisier Maia tem deixado bem claro a sua disposição em ajudar os agricultores e os pecuaristas potiguares. O vice-governador Geraldo José de Melo, presidente da ANORC, sente a necessidade de se incrementar um maior ritmo de desenvolvimento para esse setor da nossa economia. Finalmente, o governador que encerra o seu mandato, Tarcísio Maia, presidente de Honra da ANORC, sempre foi um incentivador da dinamização e estruturação da Associação de Criadores.

Todos, unidos, trabalhando seriamente e procurando acertar, deverão concorrer para que o agricultor e o pecuarista se sintam mais confiantes e enquadrados na política do Governo Federal de desenvolvimento da agropecuária do País, e em particular do Nordeste.

Este é realmente um marco para a pecuária potiguar, que deverá se registrar na história do criatório do Estado.



CONSAGRAÇÃO DE UM ESFORÇO

A 1ª EXPOSIÇÃO-FEIRA DE ANIMAIS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS representa a consagração do esforço despendido pela Associação Norte-riograndense de Criadores no sentido de assumir efetivamente o lugar que lhe está reservado no elenco de forças que devem fazer o desenvolvimento pleno do Rio Grande do Norte.

Identificamos, na verdade, um novo despertar desta entidade, adotando a postura que lhe é inerente como veículo da ação política dos nossos pecuaristas, fazendo-se presente no cenário da lide, sem receio, pronta a defender os interesses legítimos de uma classe que tem contribuído objetivamente, através de toda a nossa história, para o desenvolvimento econômico e social do Estado e do País.

Agora, necessário se faz que se perpetue o trabalho de sustentação e intensificação desse processo, sobrepunhando-se os riscos da regressão ou da estagnação, mediante a participação dedicada de todos os nossos agropecuaristas, pois cada um tem uma parcela de responsabilidade na construção de uma Associação Norte-riograndense de Criadores forte, dinâmica e eficiente.

GERALDO JOSÉ DE MELO
Presidente da ANORC

REFORMAR O PARQUE FOI UMA DAS PREOCUPAÇÕES DA ANORC

Uma das preocupações da diretoria da Associação quando da elaboração do cronograma de trabalho a ser cumprido para a realização da **1ª EXPOSIÇÃO-FEIRA DE ANIMAIS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS**, foi promover uma série de reformas no Parque Aristófares Fernandes. Entre essas reformas podem ser destacadas as do auditório e do pavilhão de leilões, onde será realizado o **1º Leilão de Bovinos e Equinos da ANORC**, utilizando a prata da casa, num esforço de formar no Rio Grande do Norte uma estrutura própria para a efetivação de promoções desse vulto.

CLUBES DE PERNAMBUCO E PARAÍBA DIFUNDEM O HIPISMO NO ESTADO

Será realizada durante a **1ª Exposição-Feira ANORC**, uma demonstração e disputa de **Clubes Hípicos** da Paraíba e Pernambuco. Essa apresentação de cavaleiros e montadores de grande vivência no esporte é inédita para o Rio Grande do Norte. Ela terá efeito no dia **10, sábado, às 14 horas, no Parque Aristófares Fernandes**. A promoção foi coordenada por Nilson Gurgel, diretor-presidente da Companhia Integrada para o Desenvolvimento Agropecuário — CIDA, e por Ernani Melo, futuro presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A — BANDERN.

PALESTRAS TÉCNICAS: SUGESTÕES E NOVAS IDÉIAS PARA OS CRIADORES

Com o objetivo de oferecer aos pecuaristas e agricultores do Estado novas idéias, sugestões e os novos rumos da agropecuária nacional e estadual, **todas as noites, às 20 horas, no auditório do Parque**, serão realizadas palestras técnicas proferidas por autoridades de grande influência no contexto do criatório do País. Eis alguns dos palestrantes: **Aristófares Pereira (Brasília)**, **Alberto Chap-Chap (São Paulo)**, **Humberto César de Almeida (Campina Grande)**, **Leandro Canedo Guimarães (Goiânia)**, **Ronaldo Fernandes, futuro secretário da Agricultura**, e **Lavoisier Maia, futuro governador do Estado**.

BANCO DO BRASIL ESTUDA AUMENTO DOS FINANCIAMENTOS

Tendo por base correspondência da Cooperativa de Laticínios de Natal — CLAN, que dispõe de autorização do Ministério da Agricultura estabelecendo novos preços para o leite a partir deste mês de março, o presidente **Geraldo José de Melo** e o vice-presidente **Sidney Marques Fonseca** da ANORC pleitearam junto ao Banco do Brasil um aumento do teto nos financiamentos de matrizes durante a Feira.

1º FESTIVAL DE COMIDAS TÍPICAS DO RIO G. DO NORTE

Com a presença de mais de 50 experts em cozinha regional, preparando na hora os mais variados pratos, a Exposição-Feira promovida pela Associação dos Criadores lança mais esta novidade: **um verdadeiro festival de comidas típicas do Estado**. Entre outros, o visitante da Feira poderá provar, na hora, pratos como: **chourisso, queijo-de-coalho, doces, pé-de-moleque, aluá, passoca, tapioca ao molho-de-coco, peixe-frito, beiju, grude, sequilhos, etc.**

ARTISTAS DE RENOME NACIONAL ANIMAM AS NOITES NO PARQUE

Visando oferecer maior lazer e entretenimento a todos que comparecerem ao Parque Aristófares Fernandes nesses dias de Feira, a Associação dos Criadores, através de sua diretoria, contratou artistas de renome nacional e que sem dúvida vão concorrer para o completo brilhantismo da promoção. Entre esses artistas estão: **Beth Carvalho e seu conjunto (sexta-feira)**; **Antônio Carlos & Jocafrê, também com o seu conjunto (sábado)**; e **Luiz Gonzaga, que se apresentará na terça-feira, dia 6**.



Beth Carvalho

MUITOS COLABORARAM PARA O SUCESSO ANTECIPADO DA FEIRA



Geraldo Bezerra

Foi excelente o trabalho da Secretaria da Agricultura, tendo à frente o secretário **Haroldo de Sá Bezerra**, para que a ANORC pudesse realizar essa sua primeira exposição, da mesma forma como fez a Federação da Agricultura, cujo titular é **Moacir Duarte**. Cida, Emater-RN, Dema-RN, Federação da Agricultura, Secretaria da Agricultura, Comando da Polícia Militar, Secretaria da Segurança Pública, Emprotur, Lions Club foram os órgãos, dentre outros, que mais colaboraram para a realização desta Feira. A diretoria da Associação de Criadores externa, através do seu **Informativo Agropecuário**, os agradecimentos a todos.

FEIRA COINCIDE COM INÍCIO DO INVERNO NO RN

Os dirigentes da ANORC entraram com o pé direito ao promoverem a **1ª Exposição-Feira de Animais e Máquinas Agrícolas**, pois o evento está servindo para marcar o início de um bom inverno no Rio Grande do Norte. Os agricultores e pecuaristas do Estado se sentem, desta forma, estimulados a participar ativamente do movimento que terá lugar no Parque Aristófares Fernandes, onde ocorrerá um intenso comércio de gado com financiamento dos bancos oficiais. A certeza de um bom inverno dá tranquilidade a todos e representa uma garantia de bons lucros para a agropecuária da região.

PROGRAMAÇÃO DA 1ª EXPOSIÇÃO-FEIRA DE ANIMAIS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS — ANORC

Dia 04 — Domingo:

- 15:00 horas: — Abertura do Certame pelo Exmo. Governador do Estado.
16:00 horas: — Desfile dos Animais
17:00 horas: — Visita das Autoridades e Convidados especiais ao Recinto da Exposição
19:00 horas: — Apresentação de Escolas de Samba
22:00 horas: — Abertura da Boite do Criador

Dia 05 — Segunda-Feira:

- 08:00 horas: — Início de pesagem dos animais
09:00 horas: — Inauguração das Reformas no Auditório do Parque
10:00 horas: — Coquetel
14:00 horas: — Continuação de Pesagem dos Animais
15:00 horas: — Palestra da Emater-Colégios-Visita ao Parque
19:00 horas: — Apresentação de Banda de Música
20:00 horas: — Palestra — local: — Auditório do Parque
21:00 horas: — Show Artístico, Conjunto Musical
22:00 horas: — Abertura da Boite do Criador

Dia 06 — Terça-Feira:

- 09:00 horas: — Início do julgamento dos animais
14:00 horas: — Continuação do julgamento dos animais
15:00 horas: — Palestra da Emater-Colégios-visita ao Parque
19:00 horas: — Apresentação de Banda de Música
20:00 horas: — Palestra — local: — Auditório do Parque
21:00 horas: — Show Artístico e Conjunto Musical
22:00 horas: — Abertura da Boite do Criador

Dia 07 — Quarta-Feira:

- 09:00 horas: — Continuação do julgamento dos animais
14:00 horas: — Continuação do julgamento dos animais
15:00 horas: — Palestra da Emater-Colégios-Visita ao Parque
19:00 horas: — Apresentação de Banda de Música
20:00 horas: — Palestra — local: — Auditório do Parque
21:00 horas: — Show Artístico e Conjunto Musical
22:00 horas: — Abertura da Boite do Criador

Dia 08 — Quinta-Feira:

- 09:00 horas: — Abertura da 1ª EXPOSIÇÃO DE EQUINOS ANORC Juiz Dr. Leandro Canedo Guimarães

- 15:00 horas: — Palestra da Emater-Colégios-Visita ao Parque
17:00 horas: — Encerramento do julgamento de Equinos — Premiação
19:00 horas: — Apresentação de Banda de Música
20:00 horas: — Palestra — local: — Auditório do Parque
22:00 horas: — Abertura da Boite do Criador

Dia 09 — Sexta-Feira:

- 09:00 horas: — Continuação do julgamento dos Animais
12:00 horas: — Almoço de Confraternização Anorc/Expositores
15:00 horas: — Leilão de Bovinos
17:00 horas: — Encerramento do julgamento de Animais e Apresentação dos resultados
19:00 horas: — Apresentação de Banda de Música
20:00 horas: — Palestra — local: — Auditório do Parque
22:00 horas: — Boite do Criador

Dia 10 — Sábado:

- 09:00 horas: — Leilão de Equinos e Bovinos
14:00 horas: — 1ª Competição Hípica Norte-riograndense Montadores da Paraíba — Pernambuco e Rio Grande do Norte
17:00 horas: — III Exposição Nacional do Kennel Club Norte-riograndense Juiz — "Ali Hounder" - Jaime Martinelli — São Paulo-SP
19:00 horas: — Apresentação de Banda de Música
20:00 horas: — Palestra — local: — Auditório do Parque
21:00 horas: — Show Artístico, e Conjunto Musical
22:00 horas: — Boite do Criador

Dia 11 — Domingo:

- 10:00 horas: — Demonstração do Corpo de Bombeiros e Canil da Polícia Militar do RN
12:00 horas: — Almoço Homenagem ao Presidente de Honra da ANORC
15:00 horas: — Encerramento pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia
16:00 horas: — Entrega de Prêmios e Desfile de Animais Premiados
16:30 horas: — Apresentação de cumprimentos de Despedida Oficial dos Criadores do Estado ao Exmo. Sr. Governador Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia

ASSOCIAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE CRIADORES

Presidente de Honra

Tarcísio de Vasconcelos Maia

Diretores Técnicos

José Moraes de Aquino
Geraldo Pedro Cavalcanti

Região Oeste

José de Souza Martins
Porcino Costa

DIRETORIA

Presidente

Geraldo José de Melo

Diretorias Regionais

Região Seridó

José Braz Filho
José Torres Filho

Região Agreste

Alzimir Pereira
Marcelo Pessoa Cunha Lima

Vice-Presidentes

Sidney Marques Fonseca
Roosevelt Meira Garcia
Aristides Porpino Filho

Região Trairi

Kléber Carvalho Bezerra
Estélio Ferreira

Região Mato Grande

João Elias Neto
Vicente Severiano da Câmara

Editor do Informativo Agropecuário

Luciano Herbert

S • PATU • LAGES • CEARÁ MIRIM • AREIA BRANCA • CURRAIS NOVOS • MACAÍBA • TANGARÁ • SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE • SEMÕES • GOMES • RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • BRASÍLIA • EDUARDO GOMES • RIBEIRA • CENTRO • ALECRIM • MOSSORÓ • CAICO • MACAU • PARELHAS

O PONTO DE ENCONTRO DOS NORTE-RIOGRANDENSES NO RIO DE JANEIRO

A agência carioca do BANDERN não é um lugar onde você, apenas, deposita seu dinheiro, paga suas contas de água e luz, seus impostos ou faz todos os demais serviços bancários.

A agência do BANDERN é muito mais do que isso. É o lugar onde você pode encontrar gente. Gente norte-riograndense como você. Do Governador ao Secretário de Estado. Do parente que você não vê há muito tempo ao amigo de infância.

Gente que tem muita coisa em comum com você. Do cliente ao gerente.

Gente que fala a linguagem norte-riograndense.

Apareça! Rua Buenos Aires, 59

bandern

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

- o banco do amanhã, hoje mesmo.

PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VAI MELHORAR O REBANHO DO RN

O uso da inseminação artificial em larga escala está para se tornar realidade na pecuária potiguar, através de um programa oficial da Secretaria da Agricultura que visa promover a melhoria genética do rebanho a custos mais baixos. Técnicos e pecuaristas opinam sobre a validade da medida e apontam outras providências que devem ser adotadas para que o programa dê bons resultados.

Embora os processos de inseminação artificial já sejam conhecidos e praticados pelos pecuaristas do Rio Grande do Norte há mais de dez anos, somente agora eles passarão a ser utilizados de forma abrangente, visando beneficiar o maior número possível de criadores, ajudando-os a aprimorar os seus rebanhos a custos os mais baixos possíveis. O Governo do Estado, através da sua Secretaria de Agricultura, elaborou um amplo projeto nesse sentido e desde novembro do ano passado começou a executá-lo, assegurando apoio e assistência técnica a pecuaristas de pequeno ou grande porte e capacitando o pessoal das próprias fazendas a efetuar a inseminação artificial do gado.

No entanto, conscientes de que não se pode melhorar o rebanho apenas através do uso desse método, pois é preciso que exista toda uma estrutura de pastagem, água e cuidados sanitários para que os animais atinjam o nível desejado, os técnicos do Governo dividiram os criadores em várias faixas, tudo de acordo com o tamanho das suas propriedades, com as condições da terra para a pecuária e com os recursos técnicos disponíveis para o bom desenvolvimento dos rebanhos. Assim, existe cinco classificações que vão de "A" a "E", e, de acordo com elas, são oferecidos maiores ou menores oportunidades pelo programa. Ou



A meta do programa de inseminação artificial é promover a melhoria do rebanho bovino do Rio Grande do Norte.

seja: os criadores mais aptos a garantirem bom resultado podem conseguir meios de inseminar um número maior de vacas.

MULTIPLICAR EXPERIÊNCIAS

— Até a Secretaria da Agricultura adotar a idéia, a prática da inseminação se restringia a um grupo de no máximo 25 pecuaristas, exatamente os mais conscientizados da absoluta validade do sistema. Porém, os bons resultados e os baixos custos dessa prática já vinham despertando o interesse de mais algumas dezenas de criadores, os quais poderão agora formar a primeira clientela do proje-

to oficial. Para isto, a Secretaria da Agricultura está cadastrando as propriedades utilizadas na pecuária, com a finalidade de selecionar os primeiros 30 beneficiados diretos, ou seja, as fazendas com um mínimo de infra-estrutura para ingressarem no sistema. De início, cerca de 300 matrizes passarão pela inseminação artificial, recebendo sêmen de reprodutores de grande qualidade.

Segundo o subcoordenador de Produção Animal da Secretaria da Agricultura, José Judas Tadeu — que é quem está chefiando o programa de inseminação artificial —, a idéia não é nova, embora

só no fim do atual Governo ela esteja em condições de ser executada.

MELHORAR A BACIA LEITEIRA — Numa primeira etapa, o programa visará o melhoramento da bacia leiteira de Natal que precisa ampliar substancialmente a sua produção, o que acontecerá com a elevação do nível do rebanho.

Para se poder dar início aos trabalhos, a Secretaria da Agricultura tem promovido no Parque de Exposições "Aristófares Fernandes", no município de Eduardo Gomes, cursos rápidos a nível de vaqueiro, com aulas técnico/práticas, no sentido de capacitá-los a realizar as operações de inseminação. Os vaqueiros submetidos a esse treinamento aprendem noções de anatomia dos animais, de fisiologia, e as maneiras de detectar e combater as doenças mais comuns que aparecem durante a gestação das matrizes inseminadas.

Ao mesmo tempo, nas 30 primeiras propriedades seleccionadas de

acordo com as condições de suas instalações físicas e da capacidade financeira dos proprietários, dezenas de matrizes já experimentaram o processo artificial de inseminação, embora o programa não esteja deflagrado.

Informa José Judas Tadeu que embora numa primeira fase sejam atendidas apenas as propriedades com infra-estrutura, logo o programa alcançará os pecuaristas mais modestos. Para tanto, as fazendas de criação foram divididas em cinco categorias, que são as seguintes:

Tipo A — aquelas que já possuem todo o equipamento necessário à inseminação. Para estas, a Secretaria oferecerá assistência técnica e laboratorial;

Tipo B — as que possuam apenas os botijões para conservação de sêmen e que já tenham pessoal treinado para fazer a inseminação. A estas, serão prestados os mesmos serviços acima referidos;

Tipo C — as que possam dispor apenas do botijão. A elas a Secreta-

ria dará toda a assistência necessária, incumbindo-se ainda de mandar inseminar as matrizes para, depois, preparar uma pessoa para acompanhar e desenvolver futuramente a experiência;

Tipo D — as fazendas que dispõem apenas de um inseminador, pessoa capaz de executar o trabalho de inseminação. Para estas a Secretaria fará o fornecimento do material indispensável; e

Tipo E — nesta categoria se enquadram as propriedades desprovidas de condições materiais e humanas para o serviço de inseminação. Para estas, a Secretaria além de fornecer equipamentos e assistência, fará até a doação de sêmen, que para as categorias anteriores é vendido. Apenas, os criadores serão obrigados a adotar melhor tratamento para o seu gado, como vacinação regular, alimentação mais rica, etc.

PONTOS DISCUTÍVEIS — O projeto da Secretaria da Agricultura.

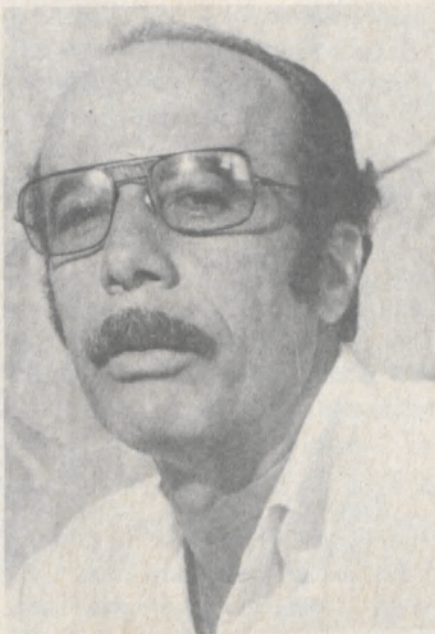
Entregue a chave da sua máquina
a quem mais entende de
Som e Equipamentos

**EQUIPADORA
LÁZARO**
Av. Deodoro, 431
222-0284 • Natal-RN

embora seja considerado oportuno, ainda assim merece alguns reparos de alguns setores técnicos, que observam o seguinte: se as propriedades geralmente são pobres de pastagem e se poucas, muito poucas, dispõem de administração e pessoal capacitados para fazer uma pecuária orientada, de que adianta melhorar o rebanho, se ele não será alimentado nem tratado como deve? O que se deveria fazer, de início, era um amplo programa de formação de pastagens, de preparação dos pecuaristas para um trabalho racional e mais lucrativo. Depois, então, viria a hora de fazer inseminação, importar animais de raça, realizar experiências mais complexas.

O chefe do Departamento Agropecuário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor Juvenal Lamartine Neto, por exemplo, considera que não adianta melhorar o padrão genético de um rebanho sem antes se pensar na melhoria da alimentação dos animais. E relembra um fato acontecido nos anos 60, quando era governador o monsenhor Walfredo Gurgel: naquele tempo o Estado adquiriu e trouxe para revender aos pecuaristas centenas de vacas Holandesas, no intuito de elevar a produtividade da nossa bacia leiteira. Como as propriedades de então não dispunham de meios para tratar essas reses, logo elas perderam suas excelentes características, ficando iguais ou piores do que os animais nativos.

OUTROS PROGRAMAS — No entender de Juvenal Lamartine Neto, o ideal seria que primeiramente se pensasse na plantação de novos pastos para posterior introdução das técnicas de inseminação artificial. Desta maneira, o sucesso desse programa estaria mais assegurado. Revela ainda o chefe do Departamento Agropecuário da UFRN que a Universidade, por iniciativa própria, está realizando importantes pesquisas com forrageiras, na base física de Jundiá. Ali estão sendo plantadas as seguintes variedades de semen-



Juvenal Lamartine Neto afirma que é fundamental melhorar as pastagens para se conseguir êxito num programa de inseminação artificial.

tes: centroeira, soja perene, marmelada-de-cavalo, *galactia striata*, além de gramíneas como: capim colonial, braquiária, búfalo e outras. O que se pretende é definir as variedades mais adaptáveis às condições de solo e clima potiguares. E para que o trabalho seja ainda mais completo já se está pensando em expandir a experiência para diferentes regiões do Estado, com áreas pré-selecionadas. No entanto, a Universidade enfrenta um sério problema para prosseguir em ritmo intensivo esta pesquisa: a falta de recursos financeiros. Por isto, Juvenal Lamartine Neto acha que os esforços da UFRN deveriam ser somados aos de outros órgãos governamentais interessados em realmente melhorar a nossa pecuária, para que assim se reunissem o capital indispensável ao bom desenvolvimento da pesquisa. A partir daí, então, se iniciaria um amplo programa de inseminação artificial com possibilidade de êxito.

MONTAR UMA ESTRUTURA — Entre os empresários agropecuaristas, principalmente os mais conscientes dos seus problemas, o programa de inseminação artificial ini-

ciado pelo Governo é considerado válido, mas os seus resultados somente aparecerão nas propriedades que disponham de um mínimo de estrutura física e humana para se envolver com a experiência.

O vice-presidente da Associação Norte-Riograndense de Criadores, Sidney Fonseca, por exemplo, se mostra um entusiasta da inseminação artificial e não tem dúvidas sobre a sua absoluta viabilidade como forma de melhorar, a custos baixos, a qualidade do nosso rebanho. Porém reconhece que os pecuaristas que empregarem o processo vão precisar também modernizar os seus métodos de trabalho para poderem obter rendimento.

Sidney Fonseca cita um exemplo evidente das vantagens que a inseminação artificial representa:

“Há uns dez anos atrás, foram iniciadas as primeiras experiências com esse método no Estado, cabendo à Fazenda Califórnia, de Nilton Pessoa de Paula, o pioneirismo. Na época, as vacas leiteiras daquela fazenda produziam uma média de quatro litros de leite por dia. Agora, essa média já anda pelos 12 litros. O bom exemplo de Nilton Pessoa de Paula começou então a ser seguido. E hoje pelo menos uns 25 pecuaristas, por iniciativa própria, utilizam a inseminação artificial no Rio Grande do Norte”.

Entrando em detalhes acerca dos custos, Sidney Fonseca adianta que os investimentos para se montar a infra-estrutura necessária à prática da inseminação artificial numa fazenda de médio ou grande porte chegam a Cr\$ 35 mil. Há necessidade de compra de um equipamento para conservação do sêmen a uma temperatura de 196 graus abaixo de zero, composto de um botijão de gás (nitrogênio) e de um reservatório para armazenar as ampolas com o sêmen. No preço acima se inclui, também, uma quantidade de sêmen suficiente para atender a cerca de 200 matrizes.

E QUEM NÃO PODE COMPRAR? — Quando o pecuarista não tem condições de fazer estes investimentos, ele tem ainda a opção de contratar em algumas firmas de produtos agropecuários a inseminação de um determinado número de vacas, pagando pelo serviço de um técnico e adquirindo as doses necessárias do sêmen apropriado para o tipo do seu rebanho. Tanto matrizes leiteiras como de corte podem ser atendidas. E, geralmente, as casas especializadas na venda do sêmen fornecem dados minuciosos sobre as características do reprodutor que forneceu o material procriador. Por apenas Cr\$ 30,00 se consegue adquirir uma dose de sêmen de um bom touro de raça. Mas para algumas raças específicas o preço se eleva, como no caso da Nelore, Indubrasil e Gyr, que custa Cr\$ 60,00, a Holandesa (Cr\$ 77,00), a Guzerá (Cr\$ 60,00 a 120,00), etc.

Porém, se o pecuarista deseja comprar o sêmen de um animal famoso na Europa, nos Estados Uni-



Sidney Fonseca se refere à experiência de Nilton Pessoa de Paula como uma prova da viabilidade do processo de inseminação artificial.

dos, ou mesmo no Brasil se submete a preços bem mais elevados, como por exemplo: a dose do material coletado do touro "Arlinda", grande campeão da raça Holandesa nos Estados Unidos, vale Cr\$ 8.680,00.

Para facilitar o emprego da inseminação artificial, os bancos oficiais chegam até a oferecer linhas

especiais de crédito, com prazo de 12 anos, carência e juros nas mesmas bases do PROTERRA.

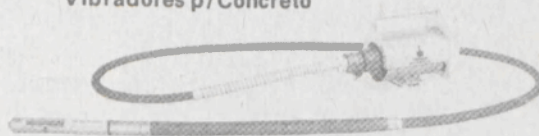
MERCADO PROMISSOR — Como a técnica de melhoria do rebanho através do método da inseminação artificial está se disseminando em todo o Estado, espera-se a médio prazo que o nosso rebanho elevará muito o seu nível. Principalmente porque o próprio estimula muito a que os pecuaristas se preocupem com a depuração das raças e com a criação de animais puros ou mestiços. Hoje, uma novilha mestiça está sendo comercializada na faixa de Cr\$ 10 mil, enquanto uma pura pode atingir preços que variam de Cr\$ 20 mil a Cr\$ 120 mil. No Rio Grande do Norte, pelo menos 10 criadores já possuem bons rebanhos de gado puro, destacando-se entre eles o governador Tarcísio Maia, Sidney Marques Fonseca, Wandick Lopes, Kléber Bezerra, Geraldo José de Melo, Arnor Francisco, Dinarte Mariz e a Fazenda MAISA.

CEMAC LTDA.

Compac-tadores



Vibradores p/ Concreto



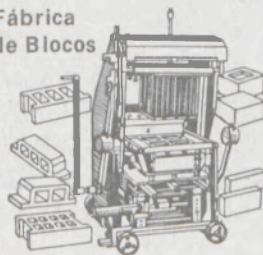
20 ANOS DE TECNOLOGIA
COM FIRMA RECONHECIDA

VIBRO DYNAPAC

Beto-neiras



Fábrica de Blocos



Tradição de
35 anos



Mecânica Alfa S.A.

A OPÇÃO QUE FALTAVA

CIA INDUSTRIAL

Stamalde
BRASITALIA



**TRATORES
DE PNEUS E ESTEIRAS**

CEMAC LTDA. — Comércio de Máquinas, Equipamentos, Aparelhos e Peças para Indústria e Agropecuária.

Rua Cel. José Bernardo, 976 — CGC 08.310.278/0001-77 — Insc. 20.063.090-3 — Natal-RN — Tels.: (084) 222-1339 — 222-2475 — Telex (081) 1866 — CELT — BR — CX. Postal - 234.

CEMAC LTDA.

EM SILENCIO, A CAERN REALIZOU MAIS DO QUE SE PODE IMAGINAR

A recuperação financeira da empresa que estava sem crédito, a melhoria dos serviços de abastecimento d'água de Natal com a inauguração da segunda adutora do Jiquí, a implantação de 50 sistemas de abastecimento em cidades do interior, estas são realizações que nem sempre estão sendo levadas em conta na hora de se julgar o trabalho da atual direção da CAERN que encerra o seu mandato a 15 de março.

Reorganizar uma empresa sem estrutura e cheia de dívidas, estimular o quadro funcional a produzir, elevar o padrão do atendimento ao público, foram desafios que Raimundo Rands Barros teve de enfrentar durante os quase 3 anos de sua gestão na Presidência da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte — CAERN.

É verdade que nem sempre tais desafios foram vencidos; que a Companhia ainda não chegou ao nível ótimo de organização; que o grave problema do abastecimento d'água recrudescer de vez em quando em vários pontos da capital do Estado. Mas, sem sombra de dúvida, as melhores soluções foram perseguidas obstinadamente e, hoje, Natal já conta com novos sistemas de captação d'água que a curto prazo chegarão a atender satisfatoriamente à demanda, enquanto que no interior mais 30 cidades foram beneficiadas com serviços de distribuição d'água.

UM POUCO DE PASSADO — Quando assumiu em junho de 1976 o cargo de diretor-presidente da CAERN, o engenheiro Raimundo Rands Barros sentiu de imediato que o seu trabalho não ia ser fácil. Entre outras coisas, ele constatou que a empresa do Governo carecia de uma estrutura administrativa à altura. Faltava pessoal com conhecimentos técnicos mais atualizados sobre a problemática do abastecimento das



Raimundo Rands Barros enfrentou graves problemas na CAERN. Ainda assim, termina seu mandato com um saldo positivo de realizações.

grandes cidades. A CAERN, por outro lado, tinha uma carga de dívidas acumuladas não só no comércio local, mas até junto a grandes fornecedores do Sul, o que se refletia no seu crédito, que era nulo. Basta observar que, na época, a empresa devia Cr\$ 37 milhões. Por estas e por outras razões, o clima interno era de desmotivação. A equipe de trabalho era apática, não colaborava de forma efetiva. Entusiasmo não existia.

“Senti logo todo o drama” — afirma Rands. E prossegue: “Convoquei os técnicos e os chefes dos diversos setores para uma reunião, na qual pedi que cada um expusesse com franqueza os problemas com que se defrontavam. Ao término do encontro, fiquei de tal forma comovido que a emoção quase me levou às lágrimas. Era um quadro desestimulante. Mas, naquele instante, assumi comigo mesmo o compromisso de aceitar o desafio, arregañar as mangas e trabalhar duro para resolver os problemas”.

PRIMEIROS TEMPOS DO PLANASA — Considera Raimundo Rands Barros que para se entender o presente é preciso lembrar alguns fatos. E então ele explica:

“Desde 1972, quando o Rio Grande do Norte aderiu ao PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), a CAERN não atentou para a sua filosofia básica. Naquele tempo, o espírito dominante era muito mais o de euforia com vistas à implantação de novos sistemas, do que com a criação e consolidação de uma política de saneamento básico dentro das características do Estado onde, dentre outros óbices, se tem uma grande pobreza de recursos hídricos”.

E continua o diretor-presidente da CAERN:

“Sem diretrizes, ou melhor, enfocando uma diretriz até certo ponto

displicente, a Companhia desenvolveu um pequeno programa, tendo implantado até março de 1975 apenas 13 novos sistemas que, somados aos então existentes, atingiam a um total de 26 cidades. Como se vê, um percentual bastante baixo para o atendimento das necessidades mínimas do Estado'.

COMO 'AGIR? — A par dessa realidade, Rands iniciou uma série de visitas a todos os pontos de captação. Onde chegava, recebia sempre as mesmas perguntas dos operários: *"Quando serão perfurados novos poços?"*; *"o que vai ser feito para melhorar o abastecimento d'água?"*. Tais indagações, juntadas à onda constante de reclamações da população, demonstravam que os sistemas eram deficientes e precisavam ser reforçados. Um dos casos mais graves era o de Natal, surgindo daí os estudos conclusivos para funcionamento da segunda adutora do Jiquí e aproveitamento do manancial da lagoa de Extremoz.

Ao lado da precariedade dos sistemas de abastecimento, a CAERN precisava de criar uma nova estrutura administrativa e de uma política de ação que permitissem os meios mínimos de produção e de rentabilidade, pois só assim haveria como enfrentar a crise econômico-financeira que estava instalada. E tudo isso começou a ser feito, graças ao apoio que foi assegurado pelo BNH/SFS e pela SUDENE.

A partir de então, foram reiniciados dentro de um ritmo correto os programas de abastecimento de cidades do interior, através do PLANASA, compatíveis com a sua orientação, obtendo-se em pouco tempo resultados animadores. Mais 30 cidades foram atendidas, sendo ainda neste período construídos sistemas para atender a núcleos habitacionais da COHAB e do INOCOOP, totalizando mais 9 sistemas isolados.

Ao se referir a este trabalho, Rands faz uma observação:

"Causava-me espécie o fato de, sendo a CAERN a encarregada de operar os sistemas de abastecimen-



A CAERN conseguiu duplicar a capacidade da adutora do Jiquí, reduzindo com isso o problema da falta d'água em Natal.



Um novo sistema de captação e distribuição de água está sendo implantado, aproveitando o manancial da Lagoa de Extremoz. Com isto, se atenderá a demanda da região de Igapó, para onde Natal se expande.



Os trabalhos de construção da adutora de Extremoz seguem dentro do ritmo e em breve estarão concluídos.

to, não possui um setor especialmente dedicado a isto. Então, providenciei a criação desse setor, convidando o engenheiro Hugo de Almeida, que com sua competência desenvolveu um trabalho digno da sua capacidade”.

Ao mesmo tempo, a Companhia iniciou um programa de recuperação e melhoria dos sistemas em operação. Para tanto, foi necessária a criação de uma Gerência encarregada de comandar e orientar o trabalho. Assim, registrou-se um incremento no número de novas ligações, fruto das melhorias operacionais aliadas a uma política de ligações a custo simbólico (Cr\$ 20,00), em boa hora determinada pelo governador do Estado.

ESTUDOS E PLANOS — “É impossível planejar novos sistemas sem conhecimento prévio sobre os mananciais que possuímos” — explica Rands. Por esta razão, a CAERN iniciou um estudo para identificar e definir os mananciais para abastecimento d’água de todas as sedes municipais do Rio Grande do Norte, contando com a ajuda das equipes técnicas da CDM/RN e da PLANAT, esta última, uma empresa

de consultoria especializada em geologia. A conclusão foi a que a direção da Companhia já esperava: o Estado é pobre em recursos hídricos.

Os parâmetros estabelecidos para o equilíbrio da oferta/demanda poderão ser questionados no campo estritamente técnico, mas se for considerado o clima quente do Sertão, a insolação do Litoral-Norte, e, ainda mais, associando-se a aridez do solo, que predomina em grande parte do território estadual, fácil será de se compreender a necessidade de se alterar para mais os índices de consumo de água *per capita*. Esse fator torna ainda mais grave o problema e força a CAERN a redobrar suas preocupações com o aumento da capacidade dos sistemas.

Ainda que conseguindo passar de 26 para 56 o número de sistemas implantados e em operação, a CAERN não se acomodou para conseguir atingir as metas estabelecidas pelo PLANASA. Em mais 20 outras cidades estão sendo construídos sistemas de abastecimento, todos com conclusão prevista para o próximo mês de março. E, paralelamente, estão sendo desenvolvidos esforços para a elaboração de 30

novos projetos que fazem parte da programação de obras para o corrente ano.

“Construir sistemas não é exatamente o objetivo da CAERN. E sim um estágio que somos obrigados a cumprir. O nosso negócio é operar os sistemas”. Assim se expressa Raimundo Rands Barros, quando também reconhece que as maiores dificuldades encontradas pela Companhia são justamente na operação dos sistemas.

ATENDER A PEQUENAS COMUNIDADES — Ao mesmo tempo em que dá cumprimento aos projetos do PLANASA, a CAERN está também implantando serviços de água em pequenas comunidades do interior, com recursos oriundos do FAS (Fundo de Assistência Social), repassados através da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social. No momento, estão em execução os sistemas das sedes municipais de Almino Afonso, Itaú, Francisco Dantas, Rodolfo Fernandes e Pilões, alguns com inauguração prevista para março, quando então serão iniciadas obras semelhantes na cidade de

Parazinho e nos distritos de Tibau e Ponta Negra.

Mediante o ritmo de trabalho que vem sendo alcançado, não há dúvida de que a CAERN vai conseguir atingir, no espaço de tempo preconizado, as metas do PLANASA que são, basicamente, prover de abastecimento d'água, até 1980, 80 por cento das cidades do Rio Grande do Norte. Prova disto é que somente no Governo Tarcísio Maia foram implantados 50 sistemas, perfazendo o total de 76 cidades abastecidas.

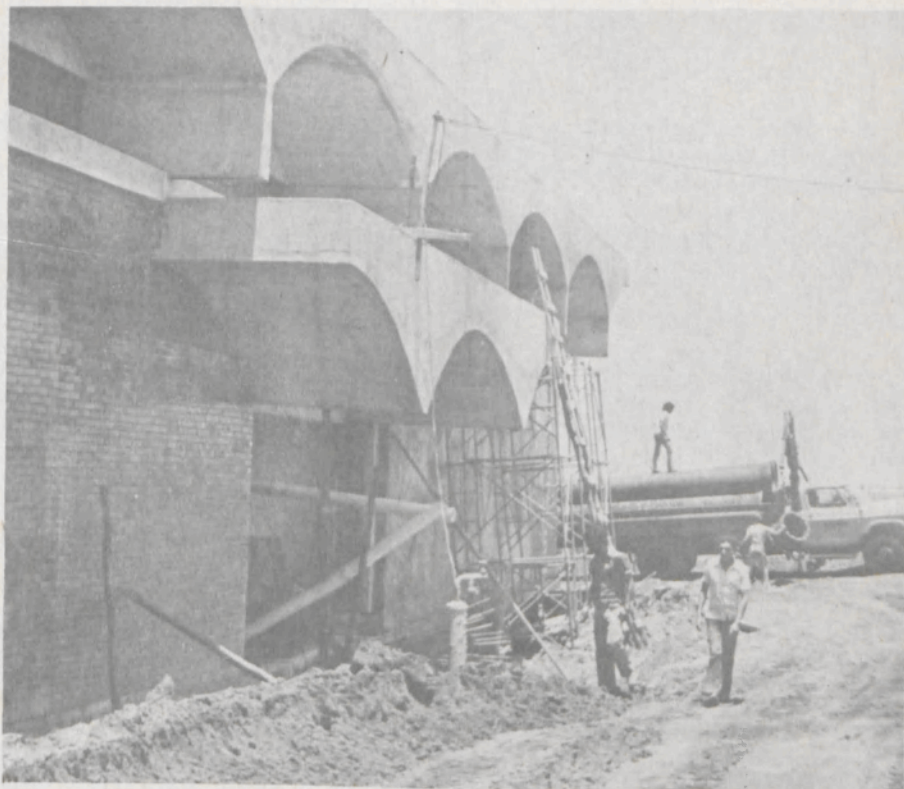
O PROBLEMA DE NATAL — O vertiginoso crescimento da cidade de Natal nestes últimos anos ocasionou, mais cedo do que era esperado, o início do colapso de abastecimento em vastas áreas periféricas da capital.

Além do mais, a ocupação da zona de Igapó, à margem esquerda do rio Potengi, com a construção de vários conjuntos habitacionais da COHAB, forçou a CAERN a buscar soluções imediatas para toda uma vasta região que não poderia ser atendida pelo sistema então existente.

É Rands quem explica:

"Tendo de enfrentar os dois problemas, a CAERN teve de contratar estudos para confirmar a viabilidade do aproveitamento do manancial da Lagoa de Extremoz (para atender a área de Igapó), ao mesmo tempo em que buscava aumentar a capacidade de produção da Lagoa do Jiquí. Foram então elaborados dois grandes projetos, os quais tomaram as denominações de "Sistema Jiquí II" e "Sistema Extremoz", ambos visando o abastecimento de Natal até o ano de 1991".

Iniciado no começo de 1978, o "Sistema Jiquí II" (cujos investimentos ascendem a Cr\$ 82 milhões) já teve a sua primeira etapa inaugurada em novembro último, propiciando a melhoria geral no abastecimento da cidade, notadamente nos bairros do Alecrim, Quintas, Nova Descoberta, Dix-sept Rosado, Lagoa Nova, Roselândia e Morro Branco, entre outros. A conclusão da obra, incluindo-se a captação, estação elevatória central e estação de trata-



Na foto acima, um dos reservatórios em construção que atenderá à área de Igapó/Redinha, onde se localizam grandes conjuntos habitacionais da COHAB.

mento, está prevista para março próximo.

Quanto ao Sistema Extremoz, que recebe investimentos de Cr\$ 40 milhões, irá abastecer, em princípio, apenas a área de Igapó, devendo proporcionar uma melhoria substancial no abastecimento dos conjuntos residenciais da COHAB.

O QUE RESTA FAZER? — Mesmo tendo dado ênfase a um programa de pesquisa de água subterrânea visando descobrir e dimensionar os mananciais para implantação imediata de novos sistemas, ainda assim restam cerca de 40 sedes municipais que até agora não possuem solução definida para o problema de abastecimento. Diz Rands:

"A detalhada pesquisa levada a efeito por uma firma consultora, especialista em hidro-geologia, confirmou apenas a inviabilidade do abastecimento partindo de aquíferos subterrâneos e recomendou que sejam efetuados novos estudos para definições de manancial aproveitamento de águas de superfície".

A CAERN DE HOJE — Depois de um grande esforço administrativo para dar uma nova imagem à Companhia, hoje a situação é totalmente diferente daquela que existia até 1976. E Rands, satisfeito, embora reconheça que ainda há muito a fazer, afirma:

"A situação financeira atual é estável. A rotina de pagamentos é cumprida dentro dos prazos normais, integralmente. Em termos de crédito e confiabilidade, posso dizer que todo o comércio local e os fornecedores de outros Estados já atendem de bom grado às nossas solicitações, sem impor condições, como antigamente".

Para controlar e medir o consumo da água em Natal, Mossoró, Caicó e outras cidades de menor porte, a empresa instalou mais de 10 mil hidrômetros nos últimos três anos. O consumo d'água, que em 1976 era de apenas 65 mil litros cúbicos por dia, agora está quase duplicado, atingindo 115 mil metros cúbicos, o que bem demonstra os bons resultados de um trabalho que foi feito em silêncio.

AGENDA DO EMPRESÁRIO

NOVO PRAZO

O ministro da Fazenda, através de Portaria nº 35, acaba de prorrogar excepcionalmente até o próximo dia 9 de março, o prazo para entrega da DIRF — Declaração do Imposto de Renda na Fonte, Modelo I-78 e Modelo II-2º Sem/78.

SISAL

O Conselho de Desenvolvimento Industrial acaba de fixar a adoção de medidas básicas para o ramo industrial sisaleiro:

I — Incentivar o consumo de derivados de sisal, no mercado interno, recomendando aos órgãos e entidades, administradores de incentivos fiscais, que evitem a aprovação de projetos destinados à produção de sucedâneos, ou substitutos sintéticos do sisal.

II — Condicionar a aprovação de novos investimentos fixos na área de "baler twine" de sisal à existência de medidas concretas que objetivem, a adequação, a médio prazo pelo menos, dos custos de produção, para permitir melhor concorrência desse produto no mercado internacional. Para a aprovação deve ser levada em conta a circunstância de ser a interessada empresa nacional já existente no ramo e não haver ampliação da capacidade instalada.

III — Auxiliar as entidades de classe a criar um órgão destinado a promover pesquisas científicas, tecnológicas, econômicas e sociais, na área do sisal.

OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

Para o mês de março o empresário não deverá esquecer as seguintes obrigações trabalhistas e fiscais:

Dia 15 — Último prazo para entrega das relações dos empregados admitidos e afastados no último ano. Local de entrega: Delegacia do Ministério do Trabalho.

Dia 30 — Prazo final para recolhimento do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza.

Dia 31 — Último prazo para recolhimento das seguintes obrigações: Imposto de Renda Retido na Fonte, INPS, PIS, IPI e Contribuição Sindical (retenção). Último dia para entrega de cópia autenticada de Registros Contábeis ao INPS.

ALTERAÇÕES PARA CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES

Através do Decreto 1.662 de 2/2/79, o presidente da República decretou que as empresas concessionárias de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou autorizadas pelo poder público a explorá-lo pagarão o Imposto de Renda à razão de 6% sobre o lucro real apurado.

ENTREGA DO IR

Segundo resolução da Receita Federal, todo contribuinte do Imposto de Renda que tiver Imposto a Receber, somente deverá entregar sua declaração devidamente preenchida no banco em que tiver conta-corrente em plena movimentação.

O motivo da exigência da entrega em banco em que seja cliente o contribuinte do IR prende-se ao fato de que todas as devoluções no ano de 1979, somente serão feitas pela Receita Federal em depósitos bancários na conta do contribuinte.

NOVO MODELO

A Coordenadoria de Administração Tributária continua avisando ao comércio e indústria que, em face da nova redação do Código Fiscal de Operações, já em vigor, é obrigatório o uso do novo modelo do Livro "Registro de Apuração do ICM". As anotações feitas em outros livros a partir de janeiro não terão validade.

DÉBITOS FISCAIS: COEFICIENTE ANUAL

O ministro da Fazenda através da Portaria nº 608, fixou em 1.30% para o exercício de 1979, o coeficiente anual de atualização dos débitos fiscais.

REDUÇÃO DE MULTA LANÇAMENTO "EX OFFICIO" DO IR

Em instrução normativa do SRF nº 066, o secretário da Receita Federal resolveu que a redução da multa, nos casos de lançamento "ex officio" do Imposto de Renda, é cabível se o pagamento do débito for efetuado nos seguintes prazos:

I — Dentro de 30 dias da intimação da exigência ou não do acréscimo de prazo que tenha sido concedido, nos termos do Dec. 70.235, de 6.2.72.

II — Dentro de 30 dias da ciência da decisão de primeira instância.

III — Entre o oferecimento tempestivo da impugnação e a ciência da decisão de primeira instância, quando o interessado desista da impugnação.

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

Para efeito de tributação dos rendimentos do trabalho assalariado está em vigor a seguinte tabela:

CLASSE DE RENDA	RENDA LÍQUIDA MENSAL Cr\$	ALÍQUOTA %	DEDUZIR Cr\$
1	Até 7.500,00	Isento	—
2	De 7.501,00 a 8.400,00	5	375,00
3	De 8.401,00 a 10.900,00	8	627,00
4	De 10.901,00 a 15.500,00	10	845,00
5	De 15.501,00 a 20.900,00	12	1.155,00
6	De 20.901,00 a 29.100,00	16	1.991,00
7	De 29.101,00 a 45.500,00	20	3.155,00
8	De 45.501,00 a 72.800,00	25	5.430,00
9	Acima de 72.800,00	30	9.070,00

ENCARGOS DE FAMÍLIA

Os encargos de família dedutíveis da renda bruta, para efeito de cálculo do Imposto de Renda sobre rendimentos do trabalho assalariado devem ser feitos pela tabela abaixo:

Nº DE DEPENDENTES	CÔNJUGE	FILHOS, ASCENDENTES OU DEPENDENTES	CÔNJUGE E + DEPENDENTES
1	1.200,00	1.200,00	2.400,00
2		2.400,00	3.600,00
3		3.600,00	4.800,00
4		4.800,00	6.000,00
5		6.000,00	7.200,00
6		7.200,00	8.400,00
8		9.600,00	10.800,00
9		10.800,00	12.000,00
10		12.000,00	13.200,00
11		13.200,00	14.400,00
12		14.400,00	15.600,00
13		15.600,00	16.800,00
14		16.800,00	18.000,00
15		18.000,00	19.200,00
16		19.200,00	20.400,00

Uma estrada deve ser feita para durar



No Rio Grande do Norte existem algumas estradas construídas há mais de dez anos que, mesmo possuindo tráfego intenso, nunca precisaram do menor serviço de manutenção. Continuam sendo

ótimas estradas, tão confortáveis quanto aquelas que têm pavimento asfáltico, muito embora os seus custos tenham sido muito menores. São as estradas construídas pelo Método BRIPAR.

OBRAS EXECUTADAS

01 Estrada RN-T60 — Natal-Extremoz	70.000 m ²
02 Estrada Natal-Redinha 1975	49.000 m ²
03 P. Viário Usina Barão de Suassuna (PE)	20.000 m ²
04 Ruas — CEASA Natal	35.000 m ²
05 Ruas — CEASA Açú	9.000 m ²
06 Anel Viário UFRN	47.000 m ²
07 Parque Viário do Clube C. E. F. Natal	9.000 m ²
08 Parque Viário Aristófares Fernandes	20.000 m ²
09 R. Conjunto Habitacional III Distrito Naval	10.000 m ²
10 Av. Jerônimo Câmara Natal	25.000 m ²
11 Ruas do Conjunto P. Negra INOCOOP Natal	210.000 m ²
12 Ruas Residências — CATRE Base Aérea Natal	20.000 m ²
13 Rua Quartel-General — Natal	1.000 m ²
14 Av. Alexandrino de Alencar Natal	25.000 m ²
15 Ruas da URBAN — João Pessoa	5.000 m ²
16 10 Ruas — Mossoró	20.000 m ²
17 Conjunto Amarante — S. Gonçalo	12.000 m ²
18 Estacionamento Clube SESC Mossoró	10.000 m ²

607.000 m²

EM EXECUÇÃO

01 Av. Mor-Gouveia — Natal	12.000 m ²
02 Av. Xavier da Silveira — Natal	13.000 m ²
03 Av. Bom Pastor — Natal	9.000 m ²
04 Rua Tomé de Souza — Natal	7.000 m ²
05 Conjunto Alagamar INOCOOP — Natal	60.000 m ²
06 2º Anel Viário UFRN	8.000 m ²
07 Estacionamento DETRAN — Natal	15.000 m ²
08 Ruas da CEASA Campina Grande	17.000 m ²
09 Estacionamento CIDA — Natal	2.000 m ²
10 8 Postos Fiscais do Estado RN	18.000 m ²
11 Centro R. Agricultura — Caicó	5.000 m ²
12 Conjunto Pirangy — COHAB — Natal	85.000 m ²
13 Estrada P. Negra	9.000 m ²
14 BRIPAR como base do concreto asfáltico da Av. Prudente de Moraes — Natal	150.000 m ²

410.000 m²

TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO BRIPAR (EM DOIS ANOS) 1.072.000 m²



bripar

A PAVIMENTAÇÃO QUE VENCEU TODOS OS TESTES

Rua Felipe Camarão, 712 — 1º andar — Fones: (084) 222-2932 e 222-2773 — Natal-RN

CAI A QUALIDADE DO ALGODÃO POTIGUAR E A SECRETARIA DA AGRICULTURA NÃO SABE

Há necessidade urgente da execução de um programa de seleção de sementes de algodão no Rio Grande do Norte. A fibra do algodão do Estado é irregular, o que tem criado dificuldades para a venda do produto, segundo queixa generalizada dos produtores e beneficiadores. O problema existe, embora a Secretaria da Agricultura negue conhecê-lo.

Os beneficiadores de algodão do Rio Grande do Norte estão preocupados com a queda de qualidade por que vem passando o algodão aqui produzido. Segundo se informa, uma boa parte do nosso algodão de fibra longa não vem atingindo ultimamente a média exigida que é 36/38 mm, assim como também está muito abaixo da média o nosso algodão herbáceo que não consegue atingir os 30 mm requeridos pela indústria têxtil. Esta pode ser uma das causas do baixo preço do nosso algodão no mercado e da diminuição na procura do produto. Nos Estados vizinhos o fenômeno não é registrado pois uma série de providências foram tomadas por parte dos Governos, notadamente com a qualidade das sementes distribuídas aos plantadores. A Paraíba, através de suas cooperativas algodoeiras, chega a comprar o algodão do RN, de fibra aquém da média exigida, para misturar com o algodão produzido naquele Estado, de fibra maior, com o que ainda conseguem alcançar a média solicitada pelas indústrias têxteis.

PROBLEMA ATUAL — O secretário da Agricultura, Haroldo de Sá Bezerra, afirma (estranhamente) desconhecer o problema:

"Não é do conhecimento desta Secretaria que dirijo a existência de



O secretário Haroldo Bezerra alega que nunca recebeu reclamações sobre a qualidade do nosso algodão.

reclamações de beneficiadores quanto à qualidade do nosso algodão e não encontramos qualquer registro que evidencie uma queda nos padrões predominantes no Estado. Especificamente com relação ao algodão de fibra longa, a sua participação na produção total vem tendo, através dos tempos, um desempe-

nho normal conforme atestam os nossos órgãos de classificação. E, com relação ao algodão herbáceo, a produção predominante continua sendo de fibra 28/30 mm, cuja participação no total geral tem variado ordinariamente entre 25 a 30%. O comportamento dos índices apresentados pelos órgãos oficiais pare-

ce-me, data vênua, perfeitamente normal, não nos sendo dado identificar qualquer oscilação extravagante, e muito menos, uma queda persistente de qualidade”.

Já o diretor da EMATER-RN, Manoel Gomes, tem opinião diferente. Para ele, o problema existe com relação a queda da qualidade do nosso algodão. E aponta alguns fatores como responsáveis:



Manoel Gomes acha que, realmente, a qualidade do algodão potiguar está caindo.

“A alteração nos caracteres genéticos da semente, ocasionados pela inexistência de um programa de sementes fiscalizadas, capaz de garantir ou preservar as qualidades de transmissão desses caracteres é um fator ocasionante do problema. Por outro lado, o próprio sistema de beneficiamento nas usinas, que permite a mistura das boas variedades com outras de qualidade inferior, permite a obtenção de sementes com caracteres genéticos totalmente desuniformes”.

Com relação à compra, por parte das cooperativas paraibanas, do nosso algodão para misturar com o seu, Haroldo Bezerra volta a comentar:

“Não temos conhecimento de que médias acima das exigidas estejam sendo registradas na cotonicultura paraibana”.

O QUE FAZER — Como medidas capazes de melhorar o nível de

fibra do nosso algodão, o diretor da EMATER-RN Manoel Gomes, aponta:

a) é preciso que a pesquisa desenvolva um trabalho no sentido de oferecer à cotonicultura do Estado sementes de qualidades genéticas capazes de proporcionar um produto com fibra dentro dos padrões exigidos pelo mercado consumidor do algodão de fibra longa;

b) que seja ativado um programa de produção de sementes fiscalizadas, partindo das sementes produzidas através da pesquisa, a fim de preservar os caracteres genéticos deste insumo a ser produzido e conseqüentemente abastecer o Estado conforme as necessidades requeridas pelo seu polo têxtil;

c) que haja um melhor controle por parte das usinas algodoeiras por ocasião do beneficiamento, evitando assim degenerescência da qualidade da fibra a ser produzida.

O secretário da Agricultura não concorda com a existência do problema. Para ele, baseado nas estatísticas de órgãos do Governo, *“preferimos colocar a questão nos termos do que se deve fazer para que os nossos algodões de fibras especiais preservem os seus elevados níveis de qualidade em termos de comprimento, uniformidade e resistência da fibra. Sob este ângulo estamos convictos de que o problema se fulcra, fundamentalmente, em seus preços. Com os preços pagos atualmente por quilo de algodão de fibra longa, nenhum agricultor nordestino pode continuar a se preocupar com a qualidade do seu produto. Apenas para exemplificar: enquanto, em 1978, os algodões de fibra curta foram comercializados a cotações 40% superiores aos seus preços mínimos oficiais, o nosso algodão seridó foi vendido ao preço mínimo sem nenhum acréscimo”.*

“A produção do algodão arbóreo — prossegue o secretário Haroldo Bezerra — encontra-se basicamente limitada à zona semi-árida, havendo poucas possibilidades de que se possa obter incrementos substanciais de produção, pelo menos a curto prazo. Toda a nossa produção está direcionada em função

da indústria nacional, localizada, principalmente na região Sul, e que impede a formação de estoques exportáveis para o mercado internacional, mesmo que at as cotações se mostrem mais favoráveis. Com o setor industrial especializado no emprego do algodão de fibras de qualidade superior tem a sua demanda de matéria-prima garantida pelo mercado produtor nordestino, encontra-se em condições de exercer todo o seu poder de barganha, influyendo decisivamente na fixação dos preços e forçando a formação de estoques ao nível de Estados produtores”.

INFAOL — Enquanto as opiniões do secretário da Agricultura e do diretor da EMATER-RN oferecem subsídios diferentes para uma análise do problema, um programa vem sendo desenvolvido em nosso Estado pelo INFAOL — Instituto Nordeste para o Fomento de Algodão e Oleaginosas.

Pelas informações obtidas através do representante do INFAOL no Estado, Evádio Pereira, técnico do Ministério da Agricultura, o INFAOL é uma empresa privada sem fins lucrativos, criada com o esforço do Governo/Iniciativa Privada do Setor Têxtil Nordeste com o objetivo de desenvolver um programa especial na área do algodão e outras oleaginosas do Nordeste. Atualmente no RN trabalham 4 técnicos na execução desse trabalho. O programa difunde em áreas representativas um sistema agrícola apropriado às características do semi-árido nordestino, principalmente o manejo do solo e da água, bem como, a obtenção de material genético do algodão arbóreo, a partir de exaustivas pesquisas em toda a área de produção.

É Evádio Pereira quem explica, como o programa é feito no RN, pelo INFAOL:

“O programa está implantando campos em regime de parceria agrícola com proprietários adotando o método de cultivo “Guimarães Duque de Lavourea Seca” (quebra-vento, sulco de retenção) que é uma maneira de tentar racionalizar o sistema tradicional vigente, tornando-se

mais competitivo e menos dependente dos riscos climáticos e vem demonstrando enorme potencialidade para elevar a produtividade da cotonicultura no semi-árido. Esses campos têm como objetivo a difusão de tecnologia nas comunidades em que estão implantados, bem como multiplicação de sementes".

"O INFAOL partiu também para o melhoramento genético — volta a informar Evádio Pereira — tentando aumentar o potencial qualitativo e quantitativo das variedades existentes, e fez uma seleção em 4.000 ha-res em todo o Nordeste, totalizando 21,8 milhões de plantas. De 149 matrizes de algodão mocó em acentuadas características de produtividade, precocidade e tecnologia de fibra, apenas a planta denominada PB 117/20/8 destacou-se após rigorosa triagem para as características de produtividade, fibra e equilíbrio genético. Esse material atingiu experimentalmente índices de produtividade superior a 1.000 Kg/Ha, e uma segunda fase em área de

8 Ha conseguimos uma produtividade média de 600 Kg/Ha no 1º ano".

"Na atualidade — continua Evádio Pereira — em convênio com a Secretaria da Agricultura do RN, com credenciamento da CESH-RN (Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do R. G. Norte) e financiado pelo POLONORDESTE, executamos um projeto de sementes de algodão arbóreo, com o objetivo de multiplicar o material de seleção INFAOL, bem como outros materiais melhorados (C-71, RN/111), suprimindo as necessidades dos produtores do Estado".

Até agora o programa cumprido pelo INFAOL já produziu bons efeitos com a introdução e difusão do Método Guimarães Duque de Lavoureira Seca, apropriado ao condicionamento ecológico do nosso solo. Além disso, volta a falar Evádio Pereira, "já estamos realizando a multiplicação e distribuição de sementes dos principais cultivares disponíveis, ampliando consideravelmente a oferta desses materiais. E se mais

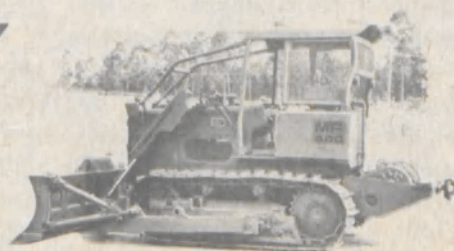
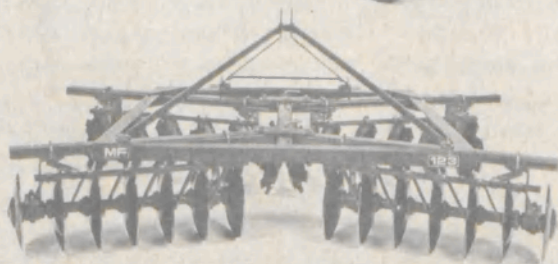
não fizemos, é porque o curto espaço de tempo em que estamos atuando no RN não nos permitiu".

METAS — A receptividade da atuação do INFAOL no RN foi muito boa a nível de agricultor, conforme frisa o técnico do Ministério da Agricultura e representante do INFAOL, Evádio Pereira. E completa ele:

"Além do sistema de produção adotado na instalação dos campos servindo como difusão de tecnologia a outros agentes da produção, têm ainda os benefícios na propriedade com o investimento de implantação. Pretendemos, no período de cinco anos, uma área de 3.000 Ha nas diversas regiões ecológicas do Estado, com a finalidade de multiplicar os materiais melhorados existentes. No RN temos no momento 500 Ha implantados e 700 Ha em fase de instalação na região do Seridó".

As medidas sugeridas para que o algodão do RN possa alcançar um padrão de qualidade indispensável para poder concorrer com o algodão

A linha Massey Ferguson foi projetada para fazer a agricultura render!



Revendedor Exclusivo no Rio Grande do Norte

JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

Matriz — Rua Teotônio Freire, 283 — Fone: 222-0710 — Natal-RN.

Filial — Rua Alfredo Fernandes, 4 — Fone: 321-2339 — Mossoró-RN.

de outros Estados, foram apontadas. Manoel Gomes, diretor da EMATER-RN, aponta quatro itens indispensáveis:

1º) melhorar em qualidade e quantidade a estrutura operacional voltada para o processo de comercialização do produto;

2º) ampliar a infra-estrutura de abastecimentos de insumos, voltadas diretamente para o produto (sementes, defensivos, fertilizantes), de forma a garantir na época certa o abastecimento destes insumos necessários ao incremento da produção;

3º) estabelecer estudos acerca das áreas de produção e de natureza conjuntural em relação ao produto de forma a subsidiar a negociação de sistemas para o estabelecimento de preços mínimos com base na realidade da cotonicultura potiguar;

4º) fortalecer a política de programas para produtores de baixa renda, haja vista que grande parte da produção algodoeira do Estado é proveniente de produtores desta categoria, os quais carecem de recursos financeiros necessários para o bom desenvolvimento do produto.

A sugestão técnica vem de parte do representante do INFAOL, Eváudio Pereira, que em poucas palavras assinala:

“Para que isto aconteça é necessário tornar dinâmico o processo de seleção adotado pelo Instituto Nordeste para o Fomento de Algodão e Oleaginosas, que sempre teve o cuidado de aumentar a produtividade mantendo os padrões tecnológicos de fibra”.

Haroldo Bezerra, secretário do Estado da Agricultura, é de opinião que *“se deve reconhecer a importância efetiva da produção de algodões de fibra longa para a economia nacional e dar condições ao nosso produtor de comercializar a sua produção a preços realmente compensadores e correspondentes à qualidade de seus produtos. A partir desse esforço de liberação e fortalecimento das unidades de produção, encontrarão respostas adequadas os*



Às vezes, chega a se tornar difícil o escoamento da produção algodoeira do Estado.

ESTATÍSTICA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
— MÉDIA DA FIBRA DO ALGODÃO DE FIBRA LONGA —

SAFRA	34/36mm	36/38mm	TOTAL(*)
73/74	38,22%	19,29%	100,00%
74/75	28,27%	21,69%	100,00%
75/76	31,98%	26,99%	100,00%
76/77	31,57%	28,43%	100,00%
77/78	31,55%	25,18%	100,00%
78/79(**)	28,27%	28,29%	100,00%

(*) — Compreende o total da produção classificada, registrando os seguintes comprimentos de fibras: 26/28, 28/30, 30/32, 32/34, 34/36, 36/38 e 38/40 mm.

(**) — Produção classificada até dezembro de 1978.

gastos do poder público, dentro da esfera de sua competência, com a assistência técnica, a pesquisa, o crédito, etc. Além disso, estamos certos de que esses investimentos, assimilados pela livre empresa, tão

bem representada pela propriedade agrícola, terão o seu devido retorno e permitirão o florescimento, dentro de nossa problemática região semi-árida, de uma sociedade sadia e forte”.



Presente na luta pela construção do desenvolvimento do Rio Grande do Norte, através das seguintes obras governamentais:

- * CENTRO TELEFÔNICO DO ALECRIM
- * AMBULATÓRIO DO IPE (MACAU)
- * HOTEL DE OLHO D'ÁGUA DO MILHO

CONSTRUTORA ARAÚJO LEAL LTDA.

Rua Ferreira Chaves, 61 — 1º andar — Fone: (084) 222-5316 — Natal-RN



Primeiro nós garantimos o carro. Depois, garantimos a garantia.

Nós temos o melhor negócio para você sair com seu Volkswagen usado hoje mesmo!

- Vários planos de financiamento, de acordo com o seu orçamento.
- Todos os carros são de procedência garantida e revisados em nossas oficinas.
- Certeza de economia e maior valor de revenda que só a marca Volkswagen pode lhe dar.

Quem quer um carro usado vai direto à

Em nossas lojas você encontra sempre boas ofertas de Fusca, Brasília, Passat, Kombi e Variant. Todos revisados e garantidos. Venha escolher o seu.



REVENDEDORES
AUTORIZADOS

MARPAS S. A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140
Rua Presidente Sarmento, 592 — Alecrim

Dist. de Automóveis SERIDÓ S. A. Av. Salgado Filho, 1669 — Fone: 231-2212

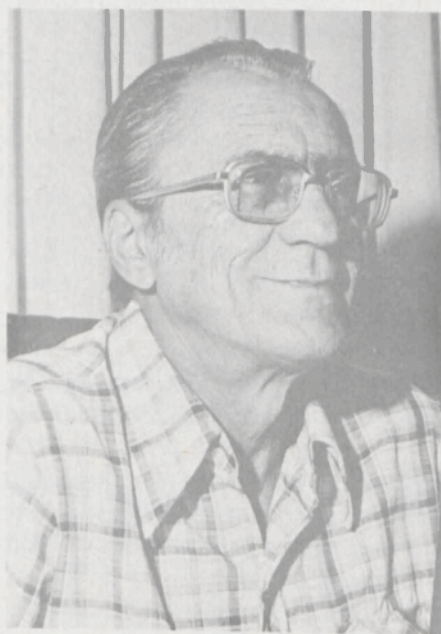
O DETRAN ESTÁ VENCENDO O DESAFIO DO TRÂNSITO NATALENSE

Nos últimos anos o trânsito de Natal teve uma acentuada queda no seu número de vítimas. Os acidentes caíram de 180 por mês, em 1974, para apenas 37 no mesmo período em 1978. Tudo isto se deve ao aumento da eficiência do DETRAN, órgão do serviço público que está passando por uma verdadeira revolução.

Quando o governador Tarcísio Maia assumiu o Governo em 1975, Gastão Mariz, diretor-geral do Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN, levou-lhe uma visão dos graves problemas que a comunidade enfrentava por causa da falta de meios para que o órgão cumprisse bem as suas atribuições. O governador ficou preocupado diante do quadro apresentado: as ruas de Natal com um trânsito desorganizado, sendo fiscalizado por apenas 20 guardas; o DETRAN com instalações precárias, onde os funcionários burocratas trabalhavam praticamente uns sobre os outros, pela falta de espaço, sem poderem produzir quase nada; a demanda dos serviços do órgão crescendo a percentuais muito altos, sem que existissem os meios para atendê-la eficientemente. Era um quadro crítico, agravado ainda mais por conta do elevado número de acidentes e de vítimas no trânsito.

A par da realidade, o novo governante entendeu que era imprescindível agir imediatamente em favor de uma mudança no DETRAN, para o que assegurou a Gastão Mariz todo o apoio e os recursos financeiros que viessem a ser necessários. Daí em diante, começava uma nova fase na vida do órgão. É o próprio Gastão quem afirma:

“A mudança de imagem era um grande desafio que eu resolvi aceitar. Soerguer o DETRAN foi um trabalho árduo, que só foi possível de-



Gastão Mariz, diretor-geral do DETRAN, fala do passado e do presente.

envolver graças ao trabalho de uma equipe de funcionários e auxiliares dedicados. Aos poucos, um plano de trabalho executado por nós acabou dando certo”.

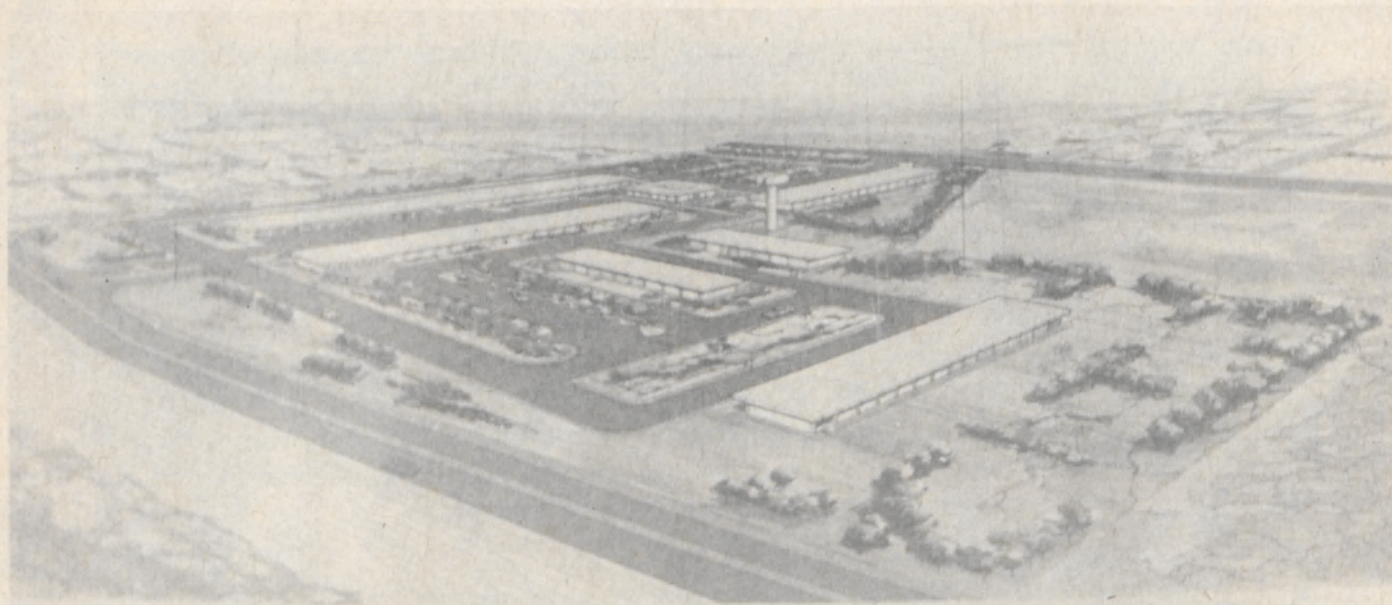
QUATRO ANOS DEPOIS — A partir de 1975 se começou a estruturar, organizar e melhorar o desempenho do DETRAN, até aí uma repartição sem meios para prestar um serviço eficiente a quem a procurava. Para um setor que era um verdadeiro “calcanhar de Aquiles”, a Coordenadoria de Operações, o diretor Gastão Mariz convidou um especialista em engenharia de trânsito

com serviços prestados na organização do tráfego urbano de cidades maiores da região. A partir de então começaram a ser introduzidas modificações que revolucionaram o trânsito de Natal, garantindo menor número de acidentes, melhor escoamento e, conseqüentemente, maior segurança.

Uma estruturação organizacional baseada principalmente na simplificação do trabalho, evitando o acúmulo de burocracia, começou a ser posta em prática, o que logo concorreu para a diminuição das reclamações dos usuários dos serviços do órgão.

Embora já existisse a idéia de se partir para a construção da sede própria do DETRAN, mas consciente de que ela só poderia se transformar em realidade a médio prazo, a direção partiu para alugar alguns prédios para melhor atender suas prementes necessidades de espaço físico. Com essa medida, cada setor pôde passar a contar com acomodações compatíveis.

ESTRUTURA ATUAL — Hoje, o DETRAN — que antigamente era um Departamento sem muita autonomia e sem um orçamento à altura das suas necessidades — está transformado numa autarquia, regime jurídico que lhe permite amplos meios de melhor cumprir suas atribuições. O órgão possui um Conselho de Administração formado pelo secretário de Estado da Segurança



DETARMIENIU ESTADUAL DE TRÂNSITO

A construção da sede do DETRAN, que custará Cr\$ 15 milhões somente na primeira etapa, é o marco principal da atual administração. Todo o investimento está sendo feito com recursos do próprio órgão.

(coronel João José Pinheiro da Veiga), pelo diretor-geral do DETRAN (Gastão Mariz de Faria), pelo secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas (coronel Carlos Leite de Sales), pelo Comandante da Polícia Militar do Estado (coronel Heyder Mendes) e pelo chefe de Gabinete Militar do Governo do Estado (coronel Amorim). Este Conselho se reúne periodicamente.

Logo abaixo desse colegiado, aparece no organograma a figura do diretor-geral do DETRAN, a quem compete o trabalho executivo. Ele é assessorado por um chefe de Gabinete e por uma Assessoria Técnica. Estão subordinadas à Direção-Geral as Unidades de Planejamento, Finanças e Administração, além das Coordenadorias de Habilitação, Registro e Fiscalização, e de Operações. Estas Coordenadorias, por sua vez, se dividem em Subcoordenadorias: Aprendizagem e Habilitação, Médica e Psicotécnica, Registro e Emplacamento, Fiscalização e Educação do Trânsito, Engenharia de Trânsito, e Cadastro e Estatística.

OPERAÇÕES — A Coordenadoria de Operações do DETRAN certa-

mente foi responsável pelas sensíveis mudanças para melhorar o trânsito de Natal. Ela é a responsável pelo trabalho de sinalização das ruas e pelo planejamento do tráfego, ao mesmo tempo em que comanda o setor de Cadastro e Estatística, sendo capaz de prestar em questão de minutos informações sobre veículos registrados em qualquer parte do País.

Instalada provisoriamente na rua dos Pajeús, a Coordenadoria de Operações tem desenvolvido um extraordinário trabalho. Quem acompanha o dia-a-dia do trânsito em Natal tem observado as constantes alterações para melhor. Os sinais luminosos do trânsito são controlados diariamente pelo setor eletrônico. Explica o diretor-geral do órgão:

"Pouca gente sabe que a instalação de um sinal luminoso em qualquer artéria somente é feita após um minucioso estudo sobre sua convergência, com dados estatísticos sobre o fluxo diário, incidência de ocorrências, etc. Agora mesmo, de 25 a 29 de janeiro último, fizemos uma contagem volumétrica direcional de veículos e pedestres nas interseções das ruas Coronel Estevão com a Pre-

sidente Bandeira, da avenida Rio Branco com as ruas João Pessoa e Ulisses Caldas, verificando-se o maior volume (no período das 6 às 20 horas) na seção transversal da avenida Rio Branco com a rua Ulisses Caldas, onde se atingiu o número de 21.623 veículos circulantes. São dados estatísticos que precisamos colher para planejarmos com segurança".

DESAFIO DA SALGADO FILHO

— Um grave problema que o DETRAN teve para resolver foi o perigoso e às vezes fatal tráfego de veículos pela avenida Salgado Filho. Gastão Mariz diz como este desafio foi vencido:

"Os dados mostram claramente o nosso acerto na implantação do que chamamos de «onda verde». Antes da sinalização, a média registrada de acidentes naquela artéria foi de 10 casos por semana, vários com vítimas fatais. Após a sinalização, a estatística caiu espetacularmente, ficando agora com 10 acidentes por mês. E o mais importante: sem o registro de vítimas fatais".

E prossegue:

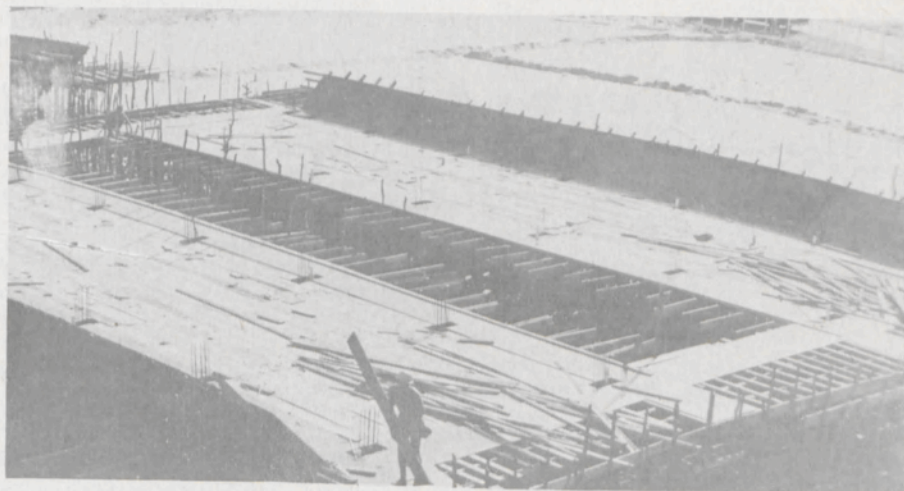
"A princípio, os usuários crítica-

ram o limite de velocidade fixado para a Saigado Filho em 40 quilômetros. Mas agora aqueles que nos condenavam são os que mais elogiam a medida. Qualquer motorista, sabendo controlar a marcha, pode até conseguir cruzar todos os sinais luminosos a uma velocidade de 50 quilômetros por hora, sem necessidade de parar”.

No cômputo geral, Natal experimenta uma acentuada redução do número de acidentes de trânsito. Em 1974, por exemplo, aconteceram cerca de 180 acidentes mensais em nossas ruas. Quase cinco anos depois, temos hoje uma média que fica em apenas 37 acidentes por mês. E é o diretor-geral que torna a falar:

“Alguns pequenos detalhes são muitas vezes de grande importância em nosso trabalho. Pelos dados conseguidos destacamos, por exemplo, que a colocação de «tartaruguinhas» (meia-esfera) nas proximidades do Mercado de Petrópolis (avenida Hermes da Fonseca, próximo à curva da rua Joaquim Manoel), diminuiu em 100 por cento os constantes acidentes ali verificados. Isso demonstra como no trânsito são muitas vezes as pequenas providências que resolvem os grandes problemas”.

PLANO DE SEGURANÇA — Através de um convênio entre o DETRAN e o DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) foi estabelecido o Plano de Segurança do Trânsito, um programa que objetiva aumentar a capacidade de segurança das ruas. É dentro deste programa que está sendo implantado através dos corredores formados pelas ruas Coronel Estevão, Coronel José Bernardo e avenida Rio Branco, numa extensão de 2.540 metros, um sistema que facilite o escoamento rápido dos transportes de massa e de veículos pesados. Um dos pontos do programa é a criação de um estacionamento rotativo no lado esquerdo da avenida Rio Branco, uma experiência que, se der certo, poderá marcar o início de outros estacionamentos rotativos em toda a cidade. Dentro desse mesmo convênio com o DENATRAN, o DETRAN passará a formar instrutores-examinadores de



O ritmo das obras é intenso e em meados deste ano o DETRAN já funcionará em sua nova sede, na Cidade da Esperança.

Auto-Escolas, aperfeiçoando os atuais processos de preparação de motoristas.

AS REALIZAÇÕES — Durante o atual Governo foram profundas as transformações por que passou o DETRAN. Todavia, nessa série extraordinária de mudanças, três realizações são consideradas fundamentais pelo diretor-geral Gastão Mariz. A primeira delas é a construção da nova sede do órgão, localizada em terreno de seis hectares, na Cidade da Esperança. O projeto, de autoria do arquiteto Airton Vasconcelos, está em fase de conclusão, custando Cr\$ 15 milhões somente na sua primeira fase, cuja inauguração está prevista para meados deste ano. A obra está sendo construída com recursos próprios do DETRAN, o que bem demonstra a excelente situação financeira da autarquia. Do projeto geral consta a construção de sete blocos; a) Coordenadoria de Registro e Fiscalização; b) Coordenadoria de Operações; c) Diretoria-Geral; d) Setor Comunitário; e) Coordenadoria de Habilitação; f) Auditório; e g) Unidades Setoriais, além de urbanização da área.

Sobre as futuras instalações, afirma Gastão Mariz:

“Teremos também na nova sede um amplo local de estacionamento com fácil acesso e o projeto de urbanização deste local já está pronto, sendo prevista uma excelente área verde tão necessária a um estacionamento prolongado. Com a conclusão

da sede, prevista para este ano, o DETRAN dá o seu passo mais importante no rumo da modernização iniciada em 1974, cujos resultados são reconhecidos pela população que vê hoje em Natal um trânsito bem disciplinado”.

A segunda meta que Gastão enumera, esta já implantada, é a modificação total no antigo sistema de sinalização da cidade, onde foram investidos cerca de Cr\$ 5 milhões num projeto elaborado pela própria Coordenadoria de Operações.

E a realização que está em terceiro lugar dentre as muitas alcançadas é a utilização da computação pelo DETRAN. Através da DATA-NORTE, empresa de processamento de dados pertencente ao Governo do Estado, o DETRAN implantou todo um sistema de cadastramento de veículos e de proprietários, tornando mais prática a renovação de licenças. O processamento de dados ainda serviu para tirar do órgão uma das tarefas mais difíceis: o serviço de controle e cobrança de multas, que agora é feito automaticamente. Os infratores recebem pelo correio a notificação com o prazo para recolhimento da multa através da rede bancária, sem necessidade de contato com o DETRAN a não ser nos casos em que queiram recorrer de tais penalidades. Até o número de multas vem diminuindo em Natal depois que se adotou o sistema, pois os infratores agora estão conscientes de que têm de pagar pelas suas faltas.

CEASA É UM ESFORÇO ISOLADO PARA RESOLVER O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO

A CEASA tem servido para aperfeiçoar o sistema de abastecimento e comercialização de horti-granjeiros em Natal, embora quase tudo continue vindo de fora pois o Rio Grande do Norte não chega a produzir 30 por cento das frutas, verduras e legumes que o mercado local absorve. É o Governo fazendo com uma mão e desmanchando com a outra, pois enquanto a CEASA representa um estímulo ao produtor, a cobrança de ICM sobre os horti-granjeiros (que só existe no RN) amedronta e desestimula quem pensa em plantar mais.

No ano de 1978 o volume de produtos horti-granjeiros comercializados em Natal através da CEASA ultrapassou a casa das 57 mil toneladas, segundo informação repassada com lampejos de satisfação pela diretoria desta empresa do Governo. Por estes números, que podem ser considerados elevados para o nosso mercado, e pela sensível melhora proporcionada ao sistema de abastecimento do Estado segundo a opinião dos comerciantes, tudo demonstra que a CEASA está cumprindo a contento as suas finalidades no RN.

As alterações no sistema mercadológico de horti-granjeiros em Natal nos dois últimos anos (período em que tem funcionado a Central de Abastecimento), no entender dos produtores e dos comerciantes grossistas e feirantes, permitem mais certeza de bons negócios; e, na opinião dos consumidores, estão resultando na maior regularidade da oferta de produtos, havendo conseqüentemente menor oscilação de preços a curto prazo, como acontecia antigamente.

Funcionando hoje com apenas um terço da área física prevista no seu projeto, a CEASA de Natal já começa a viver o drama de não poder



Sebastião Faustino, vendedor de frutas, diz que a CEASA está funcionando bem.

atender plenamente à procura dos comerciantes e da população em geral, o que vem fazendo com que a ampliação da área construída entre, agora, nos planos prioritários da atual direção. Hoje, quando uma loja ou um box da CEASA ficam vagos, existe uma verdadeira disputa pelo direito de ocupá-los. Porém, espaço

para crescer não é problema: a CEASA dispõe de 165 mil metros quadrados de ótimos terrenos, área capaz de atender todas as suas necessidades nos próximos 50 anos.

O QUE FALTA — Muito embora o bom funcionamento da CEASA seja algo de positivo no campo do abastecimento, as pessoas envolvidas com essa atividade ainda se defrontam com problemas diversos cujos reflexos geralmente recaem sobre os desprotegidos consumidores. Um destes problemas, por exemplo, é específico do Rio Grande do Norte: a cobrança de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) nas operações de compra e venda de frutas, verduras e legumes. Este tributo, cobrado curiosamente apenas pelo Rio Grande do Norte em todo o Nordeste brasileiro, encarece em no mínimo 20 por cento o preço final dos gêneros levados à feira neste Estado, pois embora a sua incidência seja de 15 por cento há de se convir que o comerciante o sobrestima. A cobrança do ICM, além de irritar profundamente os comercializadores dos horti-granjeiros e de repercutir de forma indiscutível na elevação do custo de vida, muito pouco ou nada representa para o Governo Estadual

em termos de arrecadação, não sendo por causa desta cobrança de imposto que o Governo melhora ou piora as suas finanças. Porém, o mal mais sério que a medida gera é o desestímulo à produção local desses gêneros, deixando assim o Rio Grande do Norte obrigado à importação de mais de 70 por cento das frutas e legumes consumidos pela população. A mentalidade fiscalista que tomou conta dos nossos governantes serve assim para frustrar qualquer esforço de desenvolvimento, até mesmo no modesto setor da agricultura de subsistência.

O PESO DO IMPOSTO — Sebastião Faustino da Silva, 44 anos, vendedor grossista de frutas e proprietário de dois caminhões para transporte dos seus produtos, possui uma loja na CEASA. Ele revela sua satisfação com o sistema de comercialização e de distribuição empregado hoje em Natal, embora faça severas restrições aos altos impostos cobrados pelo Estado. Explica ele:

"A CEASA está funcionando bem. Depois que ela foi criada nós deixamos de ficar pelas ruas, sofrendo, à procura de comprador para os nossos produtos, sujeitos à ação prejudicial dos atravessadores que eram sempre os que levavam vantagem às nossas custas. Agora, trazemos tudo diretamente para a CEASA e aqui temos a garantia de colocação da mercadoria pelo preço justo. Nossa atividade foi facilitada e eu só tenho a elogiar o Governo pela iniciativa".

E prossegue Sebastião:

"Trabalho com laranjas. Compro semanalmente em Sergipe dois caminhões de laranja, mais ou menos 60 milheiros, comprados a Cr\$ 800 cada milheiro. Gasto mais uns Cr\$ 10 mil com as despesas dos caminhões e pago Cr\$ 6 mil de ICM no Posto Fiscal. Dependendo da qualidade da laranja e da procura, vendo o milheiro a um preço que varia entre Cr\$ 1.100,00 e 1.500,00".

Normalmente, o feirante ou quitandeiro ganha em cima desse preço entre 10 a 20 centavos por unidade que revende.

Por último, Sebastião Faustino



Gilvan Cavalcanti Fonseca, vendedor de bananas, está satisfeito com a CEASA, mas reclama do Estado que cobra ICM das frutas.

da Silva faz uma restrição à CEASA. Explica ele que paga, por mês, um aluguel de Cr\$ 1.500,00 pela loja que ocupa, enquanto que na CEASA da cidade de João Pessoa o comerciante que mantenha um contrato de aluguel de um local semelhante ao seu paga somente Cr\$ 300,00.

COMÉRCIO DE BANANAS — Gilvan Cavalcanti da Fonseca, 26 anos, há dois anos ocupado na profissão de vendedor ambulante de bananas, diz que está satisfeito com a Central de Abastecimento. E retruca:

"Não estou satisfeito é com o Estado, que cobra dois impostos da nossa mercadoria: pagamos 11% de ICM sobre o valor da Nota Fiscal e mais Cr\$ 75,00 por milheiro de bananas, quando o caminhão alcança o Posto Fiscal".

Gilvan faz um relato sucinto da sua atividade:

"Recebo por semana dois caminhões de bananas: um de banana-prata e outro de banana-maçã, que o povo daqui chama de banana-leite. Esta última vem da região de Altamira, no Estado do Pará, onde é comprada ao preço de Cr\$ 5,20 o quilo. Normalmente, trago 10 mil quilos, o que dá uma média de 60 milheiros do produto. Somente de frete gasto mais ou menos Cr\$ 4 mil. No fim das contas, um milheiro de banana fica para mim por Cr\$ 600,00 e eu o revendo entre Cr\$ 700,00 e 800,00, dependendo do tamanho. Já

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Cadeira "ESTIL" Linha Diretor

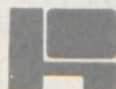


Máquinas de escrever "REMINGTON"



Mesa "ESTIL" Linha 90

RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242
Filial: Praça Augusto Severo, 91
Fones: 222-1467 e 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Rua Cel. Gurgel, 266
Fone: 321-1330

a banana-prata vem do Ceará, do município de Pentecostes. Sai pelo mesmo preço da outra, apesar da menor distância. Se eu sempre vendesse toda a quantidade que recebo, tudo seria muito bom. Acontece que às vezes tenho dificuldade de colocar o produto, principalmente nessa época de início de safra. E aí o negócio dá zebra”.

A BOA DISCIPLINA — Quem vai à CEASA nos dias de sexta-feira se depara com um movimento intenso de veículos transportando e descarregando mercadorias; produtores, grossistas e feirantes entabulando negócios; populares regateando nas suas compras; enfim, vê o autêntico clima do tradicional mercado de gêneros alimentícios. Constatou-se que, com a intensificação do ritmo de construções residenciais nas suas proximidades, a CEASA está aos poucos se transformando num grande centro comercial, atraindo milhares de pessoas a cada semana, a ponto de se poder pre-



Luiz de Barros,
diretor-presidente, diz que hoje o sistema de abastecimento de Natal está disciplinado.

ver — sem perigo de erro — que dentro de algum tempo a velha e desorganizada feira-livre do bairro do Alecrim, a principal da cidade, deverá ser absorvida.

Luiz de Barros, 65 anos, ex-senador da República e proprietário de casas de exposições cinematográficas, é o atual diretor-presidente da CEASA do Rio Grande do Norte. É ele quem comenta:

“O sistema de abastecimento de Natal está bastante disciplinado depois que a CEASA começou a funcionar. Antes, não havia regulamentação para o comércio de horti-granjeiros nem local próprio para centralizar o comércio atacadista. A saída, então, era improvisar: os caminhões de mercadoria chegavam de outros Estados ou do interior, estacionavam em qualquer parte, descarregavam os produtos em qualquer pé-de-parede ou beira-de-calçada, e ali ficavam um dia ou dois. Os gêneros ficavam sujeitos à intempérie e à falta absoluta de higiene. E o comerciante ou produtor que trazia a mercadoria ficava nas mãos da figura condenável do atravessador, que apresentava preços aviltantes na hora de comprar, para depois revender a preços duas ou três vezes

SKF
Rolamentos. POP
- Rebites e Rebitadores
SCHULZ - Co
- mpressores.
ELETELE - Re
ostatos e Resistências. **RIGID - Ferramentas Pré-testadas que Reduzem o Trabalho.**
Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.
INVICTA - Tudo para Madeira. **WEG - O Motor Elétrico.**
OSRAM - Lâmpadas. **SIEMENS - Material Elétrico Industrial.** **HARTMANN & BRAUN DO BRASIL**
Transformadores de Corrente. **OK - Eletrodos.**
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.
ELIANE - Azulejos e Pisos. **COBEL**
Equipamentos para Lubrificação.
ADELCO - Transformadores.
ELETROMAR - Chaves Magnéticas. **STARRETT - Serras de Aço.** **BURNDY DO BRASIL**
Conectores e Válvulas. — Etc.



CODIF TEM:

3M
Emen das Terminações.
PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos. **3M**
PETERCO - Iluminação Comercial. **STANLEY - Ferramentas de Aço.** **BELZER - ITMA - Ferramentas do Ferro.**

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS

CODIF
Matriz: Recife-PE
Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190
Tels.: 222.3571 - 222.8210
222.8033 — Natal-RN

maiores''.

O QUE É A CEASA — A CEASA é uma empresa organizada sob a forma de sociedade anônima, embora o seu capital seja todo controlado pelo poder público: o Governo Federal participa com 60 por cento, através da COBAL, e o Governo do Estado fica com os 40 por cento restantes. No momento, o capital social da empresa é de Cr\$ 17 milhões e cabe ao Governo Estadual, através da Secretaria de Agricultura, indicar os gestores.

A renda atual da Central de Abastecimento não está sendo suficiente para cobrir todas as despesas decorrentes dos serviços que oferece, tais como o local próprio para a comercialização, a segurança, a energia elétrica, além dos serviços de orientação ao produtor. E, ainda por cima, a empresa tem as suas próprias despesas administrativas. Para fazer face a todas elas, a CEASA cobra aluguéis e taxas dos seus usuários, dentro dos seguintes níveis: pela ocupação das suas lojas, o comerciante paga por mês Cr\$... 1.500,00; os caminhoneiros que ingressam na empresa pagam uma taxa de Cr\$ 280,00 por uma carga de 14 toneladas, enquanto para 7 toneladas são cobrados Cr\$ 140,00, isto para cada dia de permanência. Segundo ainda explica Luiz de Barros, essas taxas são aprovadas pelo Conselho de Administração, que é diretamente orientado pela COBAL, de Brasília, sendo portanto padronizadas com os demais Estados. E quando é o próprio produtor que traz os seus produtos para comercializar, ele tem direito a um desconto de 50 por cento. O equilíbrio financeiro da CEASA é alcançado graças aos repasses que os órgãos do Governo destinam a ela, para aumento de capital.

O MOVIMENTO — Wellington Leiros, economista, diretor-financeiro da CEASA, informa que todos os dias o movimento ali é muito grande, crescendo porém nas sextas-fei-



Wellington Leiros, diretor-financeiro, informa que já é necessário ampliar a área física da CEASA natalense.

ras. Diz ele:

''O pique de vendas acontece entre a meia-noite de sexta-feira e às 4 horas do sábado. A partir daí é que se verifica uma boa parte da população se abastecendo em quantidades domésticas para as necessidades da semana. O volume de comercialização da sexta para o sábado chega a 300 mil quilos de hortaliças e frutas''.

Revela ainda o diretor-financeiro

que já é pensamento da empresa ampliar rapidamente as suas instalações físicas. E assinala:

''Atualmente, para cada box ou loja que desocupa, já existe uma média de 5 pretendentes''.

MERCADOS PRODUTORES — Ainda é Wellington Leiros quem se adentra na explicação da estrutura do órgão que dirige. Diz ele que em todos os Estados do País, sem exceção, já existem centrais de abastecimento atendendo às capitais e às principais cidades. Geralmente, estas centrais são completadas com outros tipos de equipamentos no interior, como os ''Mercados Produtores'', localizados próximos às principais zonas produtoras de hortigranjeiros. No Rio Grande do Norte já foi inaugurado, em julho do ano passado, um desses mercados, na cidade de Açú. Para Caicó já existem estudos adiantados que justificam a criação de outro, enquanto que em Mossoró já funciona há dois anos um Centro Integrado de Abastecimento.

Adianta Wellington Leiros que *''o Mercado Produtor é um equipamento do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, montado nas áreas de grande produção de*

PRUDÊNCIO-Lojão das Baterias





COM AMPLO ESTACIONAMENTO



— QUALIDADE E GARANTIA VULCANIA

PRUDÊNCIO Lojão das baterias

MATRIZ: Av. R'º Branco, 786 — Fones: 222-1518 — 222-4643
FILIAL: Av. Alex. de Alencar, 1046 — Fone: 231-6003 — NATAL-RN.

hortaliças e frutas, com a finalidade de assistir o produtor na praça de comercialização. A gerência do MP mantém os produtores informados acerca das cotações de cada produto nos diversos Estados, o que é conseguido através de uma cadeia de rádio e telex. Assim, informados, eles escapam da atuação do atravessador, que antes podia enganá-los ao argumentar que suas mercadorias não encontrariam bom preço”.

Outro serviço paralelo prestado pela gerência do MP é o de procura de mercado, o que também é feito com a utilização do rádio e do telex. A partir desse serviço, o produtor já pode contratar à distância a venda dos seus produtos por um preço certo, que é transferido pelo sistema bancário. Nessas operações, a CEASA cobra uma comissão de 1 por cento.

Ao justificar a construção de um Mercado Produtor em Açú, declara o diretor da CEASA:

“Prevendo o grande aumento da produção de horti-granjeiros na região do Vale do Açú o Governo já instalou ali um Mercado Produtor, que embora não esteja ainda funcionando a pleno desempenho já comercializou, em quatro meses, mais de 30 toneladas. Na obra, que ocupa 50 mil metros quadrados e tem uma área coberta de 2.800 metros, o Ministério da Agricultura, através da COBAL, investiu cerca de Cr\$ 6 milhões”.

RESISTÊNCIA DO ALECRIM —

A feira-livre do bairro do Alecrim, incluída seguramente entre as maiores do Nordeste, vem resistindo às modernas e mais práticas técnicas mercadológicas. Para atender a uma clientela conservadora que não tem decaído, a feira vem atravessando os anos sem demonstrar grande índice de diminuição de negócios.

Um velho casal de feirantes — Manoel e Geralda Vieira da



Manoel e Geralda Vieira, um casal de feirantes, afirma que quase tudo o que vende vem de fora, o que implica no aumento dos preços.

Silva —, que possui quatro bancas de horti-granjeiros, diz que quase a totalidade dos produtos que vende procede de fora, o que causa o aumento de preços. E afirma:

“Do chuchu à cebola, tudo vem de Recife. A única coisa que mudou é que, agora, já não precisamos ir buscar a mercadoria lá, pois os caminhões vêm direto para a CEASA daqui. Mesmo assim, nossas despesas continuam altas, pois temos de pagar fretes da CEASA para a feira e mais as taxas de licença da Prefeitura. E o pior é que ainda sofremos a

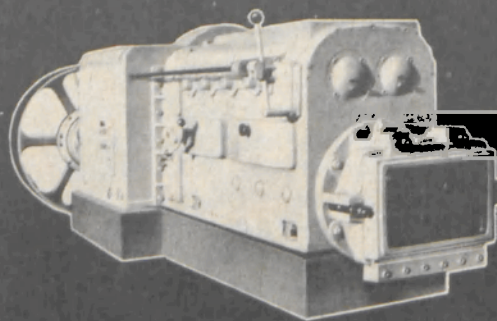
concorrência desleal dos grossistas que, lá mesmo na CEASA, vendem os produtos a pessoas que não são comerciantes pelo mesmo preço que vendem a nós feirantes, que compramos em quantidades maiores. Mas isto a gente reclama e ninguém dá jeito”.

O casal compra uma média de Cr\$ 8 mil de frutas e verduras por semana, que revende com um lucro em torno de 20 por cento. Com o detalhe de que, para negociar toda a mercadoria, ele percorre todas as feiras-livres de Natal.

**MÁQUINAS PARA CERÂMICA
M.V.P. 5 Super
MORANDO**

CÉSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL TRATADO

POLIA DE COMANDO COM FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGASTÁVEIS SÃO RECAMBIAVEIS

REALIZE-SE!

O CARRO DOS SEUS SONHOS ESTÁ EM DUAUTO VEÍCULOS!

**Carros novos
de todas as marcas
com garantia de fábrica.**

**Seu carro velho é pago à vista. Agora em promoção
especial, a entrada você só paga em JANEIRO.
À vista ou financiado, seu carro já sai emplacado.**

TODAS AS MARCAS



FIAT



Mercedes-Benz



Um passo à frente



Foi feito para você



PUMA

d/duauto veículos ltda.

O salão nobre do automóvel.

Presidente Bandeira, 1240 Lagoa Seca.

ASSEMBLÉIA QUER RECUPERAR IMAGEM. DEPUTADOS EXPLICAM COMO VÃO FAZER ISTO.

Está em plena atividade a nova Assembléia Legislativa do Estado, renovada em quase a metade dos seus membros. Diante dos prenúncios da abertura política no País, será que os deputados potiguares abandonarão a postura de subserviência ao Executivo? Haverá interesse na discussão dos grandes temas econômicos e sociais do Rio Grande do Norte? Os próprios deputados é que dizem como se comportarão.

Na legislatura passada, os deputados que faziam parte da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, tanto da ARENA como do MDB, se limitaram a acatar todas as propostas que emanaram do Poder Executivo, numa passividade sem precedentes. Nenhum parlamentar destacou-se individualmente, como também nenhum projeto de vulto surgiu para marcar a passagem do período legislativo que chegou ao seu final.

Agora que entramos outro período legislativo, quando grande parte dos parlamentares foi renovada, uma pergunta fica no ar: o que se pode esperar dessa nova legislatura? Será que os deputados vão continuar apenas acatando as decisões do Poder Executivo, ou a abertura democrática tão propalada possibilitará a que aconteça uma mudança de comportamento, passando os dois Poderes a se olharem num mesmo plano?

APOIO E COLABORAÇÃO — Para o deputado Luiz Antônio Vidal, presidente da Assembléia Legislativa pelos próximos dois anos, pouca coisa vai mudar no que diz respeito ao relacionamento entre os dois Poderes. De acordo com as suas declara-



Luiz Antônio Vidal, presidente da Assembléia, diz que o Legislativo emprestará toda colaboração ao Governo de Lavoisier Maia, sem subserviência.

ções, os parlamentares continuarão acatando todas as determinações do governador Lavoisier Maia. Diz Luiz Antônio:

"Pelo que tenho testemunhado, acredito que o futuro governador dará prosseguimento à obra de desenvolvimento de seu ilustre antecessor, assim como lutará para conso-

lidar a paz da família potiguar, sem discriminações. No que tange à Assembléia, estou certo de que não lhe faltarão o apoio e a colaboração indispensáveis à realização de um grande Governo".

Talvez por ter sido escolhido o novo líder do Governo na Assembléia, depois da renúncia do deputado Marcílio Furtado, Dari Dantas praticamente reproduz o pensamento do presidente:

"Haverá o melhor e mais perfeito entendimento entre Governo e Assembléia, não só por ser o governador um homem de diálogo, mas sobretudo pela vocação política que tem, pois estava preparado para disputar uma eleição para a Câmara Federal quando foi convocado pelo sistema revolucionário para exercer a mais alta função do Rio Grande do Norte que é a de ser o seu governador".

Passando para o lado dos deputados do Movimento Democrático Brasileiro, o pensamento muda. Mesmo levando-se em conta que Antônio Câmara e Garibaldi Alves Filho fazem parte do grupo adesista liderado pelo ex-governador Aluísio Alves, as exigências são muito maiores. Garibaldi afirma:

"Espero que o Poder Executivo

compreenda o novo momento que vamos viver, pois a atividade política será reabilitada principalmente através do Poder Legislativo. O Executivo precisará compreender que ao Legislativo caberá exercitar um maior poder fiscalizador”.

Antônio Câmara pede mais diálogo, na hora em que o País está saindo do regime de exceção:

“Havendo o diálogo, característica principal da democracia, discutiremos com maior liberdade os problemas do Estado. Dou um crédito de confiança ao novo Governo. Uma discussão mais íntima dos problemas sociais, políticos e econômicos do Estado, seria o ideal”.

REALIDADE — O diálogo, porém, não será tão fácil de ser exercido, haja vista que há uma divisão profunda no meio dos parlamentares. Atualmente, existe na Assembléia Legislativa a bancada da ARENA, onde um grupo mais expressivo está apoiando o futuro governador, e onde um grupo minoritário é dissidente. No MDB também existem dois grupos: cinco deputados (Antônio Câmara, Montenegro Neto, Paulo de Tarso, Osvaldo Garcia e Garibaldi Filho) aglutinados em torno da liderança do ex-governador Aluizio Alves que está de volta à política do Estado depois de cumprir a pena de dez anos de cassação dos seus direitos políticos; e outro grupo realmente oposicionista, composto por quatro deputados: Roberto Furtado, Eustáquio Lucena, Dantas Cortez e Jeová Alves.

Sobre o problema da formação de grupos distintos na Assembléia e sobre as tendências políticas que regerão a próxima legislatura, explica o deputado Antônio Câmara:

“Na hora em que se caracteriza o estado de direito, automaticamente nos enseja também uma abertura no sentido partidário, ou seja, a criação de novos partidos para que suas tendências se acomodem dentro dos seus verdadeiros princípios e ideais. Está claro que na conjuntura de que nós estamos acabando de sair, os dois partidos ora existentes têm sérias dissidências, daí porque a abertura política gera uma maior ampli-



Garibaldi Filho: “O Executivo precisará compreender que ao Legislativo caberá exercitar um maior poder fiscalizador”.

tude a fim de que se caracterize o estado de direito e democrático. Tanto na ARENA como no MDB existem divergências. Existem os grupos que atendem orientação política de Dinarte Mariz e dos Rosados. Existe o grupo que atende à orientação dos governadores Tarcísio Maia e Lavoisier Maia e, finalmente, o grupo fiel à orientação política de Aluizio Alves, ora comandada pelo deputado federal Henrique Eduardo Alves”.

O EPISÓDIO DA MESA — No início do mês de fevereiro, o noticiário político do Rio Grande do Norte saiu da rotina, por conta da eleição da mesa diretiva da Assembléia Legislativa. O deputado Jeová Alves, eleito pela primeira vez e que segue à orientação política do deputado federal Carlos Alberto — atualmente o maior contestador da filosofia política do ex-governador Aluizio Alves —, conseguiu burlar os esquemas palacianos e se eleger para o cargo de segundo-secretário da mesa. Ao tomar conhecimento da deci-

são dos parlamentares, o futuro governador Lavoisier Maia reagiu com truculência. Segundo o jornal oficioso *Tribuna do Norte* — órgão de propriedade da família Alves, que temporariamente se constituiu num suporte aos esquemas montados pela família Maia —, “momentos após a eleição, quando os componentes da Mesa da Assembléia foram cumprimentá-lo no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Lavoisier Maia recusou-se a recebê-los, limitando-se a cobrar do novo presidente da casa, Luiz Antônio Vidal, os votos que deveriam assegurar a condução do seu colega Osvaldo Garcia, à segunda-secretaria”. Ainda segundo o matutino adesista, “sabe-se que de modo geral suas palavras para os deputados arenistas têm sido pouco agradáveis aos ouvidos parlamentares”.

A mensagem que foi dirigida à opinião pública pretendia deixar transparecer a traição de que havia sido vítima o futuro governante do Estado. Mas os observadores políticos ficaram divididos: uns acharam

que realmente houve traição; outros acharam que o que houve foi um ato de soberania do Poder Legislativo, embora levassem em consideração que foi apenas um cargo da mesa, e sua quase insignificância, pois o cargo entregue a um opositorista não tem nenhum valor; e outros ainda acharam que houve quebra de um acordo ético entre Executivo e Legislativo.

QUEBRA DA PRAXE — Segundo o deputado Garibaldi Alves Filho, *“não foi um ato de soberania. Foi o descumprimento de uma composição de praxe dentro do Poder Legislativo com relação apenas a um dos cargos da mesa. Não foi soberania porque até mesmo alguns deputados afirmaram que não votaram porque não foram ouvidos. A soberania do Poder Legislativo pode ser exercida através de outras atitudes que não impliquem no descumprimento de uma praxe”*.

Antônio Câmara, outro emedebista, é da opinião de que o governador não foi truculento:

“Pelo contrário, ele respeitou a decisão da Assembléia. Desconheço qualquer posição de represália do Governo em relação aos representantes da ARENA. O que realmente houve, e isto é um ponto de vista pessoal, foi falta de ética da bancada da ARENA. Na hora em que houve entendimento das duas bancadas e em que o MDB cumpriu religiosamente o que assumiu, votando inclusive nos deputados arenistas, não tivemos do partido governista o mesmo comportamento. Quanto às explicações, se foi ato de rebeldia ou soberania, só a ARENA pode explicar”.

Essas declarações são de deputados do partido de oposição. E qual seria a reação dos parlamentares do lado do Governo? Contrariando as notícias do jornal *Tribuna do Norte*, as quais não foram em nenhum momento desmentidas, o presidente da Assembléia Legislativa, Luiz Antônio Vidal afirmou que *“pelos contatos mantidos posteriormente à eleição da mesa, não me consta que o governador Lavoisier Maia tenha tido uma reação de hostilidade à nos-*



Dari Dantas, líder do Governo: *“Haverá o melhor e o mais perfeito entendimento entre a Assembléia e o governador Lavoisier Maia, que é um homem de diálogo”*.

sa bancada e muito menos ao Poder Legislativo”.

MUDAR O REGIME — Depois de ouvir as declarações de um respeitável número de parlamentares, tanto do MDB “autêntico” como do “adesista”, chega-se fácil à conclusão de que o relacionamento Executivo/Legislativo daqui para a frente não será assim tão amistoso. Mas, quem precisaria mudar? Os deputados ou o governador? Para o presidente da Assembléia, o relacionamento do Governo com os parlamentares é excelente; no entanto, para os deputados emedebistas, a resposta é diferente. Há os que acham que o ideal será a mudança dos dois lados. O Governo precisaria mostrar-se mais atento às reivindicações da Assembléia, suas manifestações; e o Poder Legislativo, por outro lado, precisaria exercitar o seu papel fiscalizador debatendo mais profundamente os problemas do Estado. Outro grupo, no entanto — e nele está incluído o deputado Antônio

Câmara — considera que o que precisa mudar é o regime. Afirma Câmara:

“O regime é que deve mudar. Graças a Deus, a Nação está dando os primeiros passos para que haja entendimento entre os três Poderes, cumprindo-se assim os preceitos constitucionais. Durante o regime de exceção que atravessamos, vimos uma super-hipertrofia do Poder Executivo em relação aos demais poderes”.

Os que defendem uma mudança de comportamento dos deputados a partir do episódio da eleição da mesa já tiraram uma conclusão: alguma mensagem governamental que porventura não seja do agrado dos deputados poderá ser rejeitada daqui para a frente. Garibaldi Filho acha que o Governo poderá ter matérias rejeitadas desde que essas matérias não atendam aos interesses do Estado e os interesses do povo:

“Na verdade, a Assembléia Legislativa precisa também exercer um maior poder de emenda a esses pro-



O grupo "autêntico" do MDB (na foto acima, Eustáquio Lucena, Dantas Cortez e Jeová Alves) não aceitará a postura adesista do líder do partido na Assembléia.

jetos. A maioria dos projetos apresentados pelo Governo é do interesse do Estado, mas alguns contêm erros quanto a determinados aspectos".

Já o presidente da Casa não acredita na rejeição de matérias. Ele disse que dispendo o Governo de uma sólida base parlamentar, Lavoisier Maia, a exemplo de Tarcísio Maia, terá absoluta tranqüilidade na aprovação daquilo que encaminhar à apreciação dos deputados:

"Conheço o espírito público do futuro governador e tenho a convicção de que com o seu tirocínio e o desejo de acertar expressos nos seus pronunciamentos, antes e depois da eleição, contará não apenas com sua bancada mas com a compreensão e a contribuição de toda a Assembléia para executar o seu programa de Governo".

Apesar disso, Luiz Antônio não aceita a afirmação de que a Assembléia vive ainda uma fase de subserviência, com os deputados apenas balançando a cabeça às vontades do governador. E diz enfaticamente:

"Desconheço essa posição de subserviência da Assembléia. Tanto o governador Tarcísio Maia como o futuro governador Lavoisier Maia têm tratado o Poder Legislativo do Rio Grande do Norte com o máximo respeito e acredito firmemente que o princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes continuará sendo uma constante no próximo período governamental: colaboração, independência e respeito, sem submissão".

Também o deputado Garibaldi Filho não concorda com a subserviência, que pouco tempo atrás foi denunciada pelo deputado Theodorico Bezerra. E explica:

"Não classifico o Legislativo de subserviente porque pensando dessa forma estaria admitindo a afirmativa de que os deputados são subservientes. O que acho é que a Assembléia vive um período difícil por falta de condições. Os deputados devem reivindicar maiores prerrogativas. O que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte sofre, sofre o Poder Legislativo do País. É um problema de ordem institucional".

PROBLEMA ECONÔMICO — Mesmo levando-se em conta que existem na Assembléia alguns deputados, tanto de uma bancada como de outra, intimamente ligados às atividades econômicas, na legislatura passada pouco ou quase nada se fez em benefício da economia do Estado. Salvo em algumas ações individuais, nenhum deputado tomou a iniciativa de estruturar, analisar e abordar assuntos econômicos, propondo soluções capazes de alterar o quadro geral dos problemas. Agora, quando estamos prestes a iniciar um novo período legislativo, descobre-se que, pelo menos, existe a lembrança, para não falar em preocupação.

Luiz Antônio Vidal, por exemplo, afirma que considera o setor primário como o que deva merecer por parte do futuro governador a maior atenção e prioridade:

"Concluir a infra-estrutura do

Estado e dotar a agropecuária de condições de sobrevivência são, ao meu ver, os grandes empreendimentos que marcarão o futuro Governo".

O deputado Garibaldi Alves Filho vai mais além. Diz que deveria haver um esforço mais global do Poder Legislativo no estudo dos problemas econômicos do Estado:

"Há um Centro de Estudos — projeto apresentado por mim — que precisa ser dinamizado. As comissões técnicas devem funcionar melhor, principalmente a Comissão de Desenvolvimento, convocando técnicos, estudiosos, enfim, elementos que possam trazer alguma contribuição ao nosso desenvolvimento econômico. De que vale o esforço isolado de um deputado se a estrutura não funciona? Na minha opinião, o problema econômico mais grave do Estado é a agricultura. Não podemos prescindir da agricultura, mas estamos deixando que ela sobreviva deficitariamente. Temos um exemplo: o Banco do Estado do Rio Grande do Norte — BANDERN, não tem uma carteira de crédito agrícola porque dizem que não poderia competir com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste que já operam com bastante experiência nesse setor. No entanto, achamos que o Banco do Estado poderia atuar na área agrícola em função do pequeno e do médio agricultor. Na legislatura passada, criou-se um Fundo Agropecuário, ao mesmo tempo em que foi criado um Fundo de Incentivo à Indústria e ao Comércio. Atualmente só funciona o da Indústria".

O líder do Governo na Assembléia, Dari Dantas, afirma apenas que os problemas econômicos são objeto de preocupação do Poder Executivo, Legislativo e de todo o cidadão. E faz uma assertiva que, seguramente, já foi feita sem originalidade por milhares de homens públicos por esse Nordeste afora, nos últimos cem anos:

"A situação da cultura algodoeira não é somente um problema grave, mas um verdadeiro desafio não só pela pouca produtividade, mas sobretudo pela falta de preços compensadores a essa atividade".

Educação continua sendo um desafio ao governo



Todo o volume de construções de salas de aula nos últimos anos não impediu que uma parcela muito grande das crianças potiguares chegasse em 1979 sem o direito de ir à escola. A qualidade do ensino está caindo e a educação não está servindo — como deveria — para fazer o homem participar ativamente do processo econômico.

No decorrer da campanha eleitoral de 1978 o esquema governista usou e abusou da afirmação de que este ano não ficariam crianças sem estudar por falta de salas de aula no Rio Grande do Norte. Isto porque a educação mereceu toda a prioridade da administração. O povo acreditou na mensagem tantas vezes repetidas. E é muito provável que este tenha sido um dos fatores que asseguraram às forças governistas uma expressiva vitória nas urnas.

De repente, tudo que foi propalado se transforma numa inverdade. Neste começo de ano os jornais de

Natal estampam em manchete que 300 mil crianças do Rio Grande do Norte estão sem estudar por falta de vagas nas escolas; ainda os jornais registram com fotos implacáveis o drama da população pobre da Capital, forçada a dormir nas filas em frente aos colégios públicos para garantir a matrícula dos filhos. Ao lado da crise material que aflora espontaneamente, a educação no Estado ainda enfrenta crises mais sérias e profundas, com a absoluta carência de pessoal capacitado para o efetivo exercício do magistério principalmente no interior; com o profes-

sorado extremamente mal remunerado, havendo casos de docentes que dão 60 horas de aulas por semana a fim de poderem ganhar pelo menos o suficiente para subsistir. E a repercussão de tudo recai sobre os jovens estudantes, que recebem instrução deficiente, sofrendo prejuízos na formação intelectual que jamais serão sanados.

Por que o problema educacional se agravou tanto no Estado? Que soluções ainda podem ser encontradas para reconstruir o conceito tradicional de escola como fonte do saber? Afinal, o Estado não tem

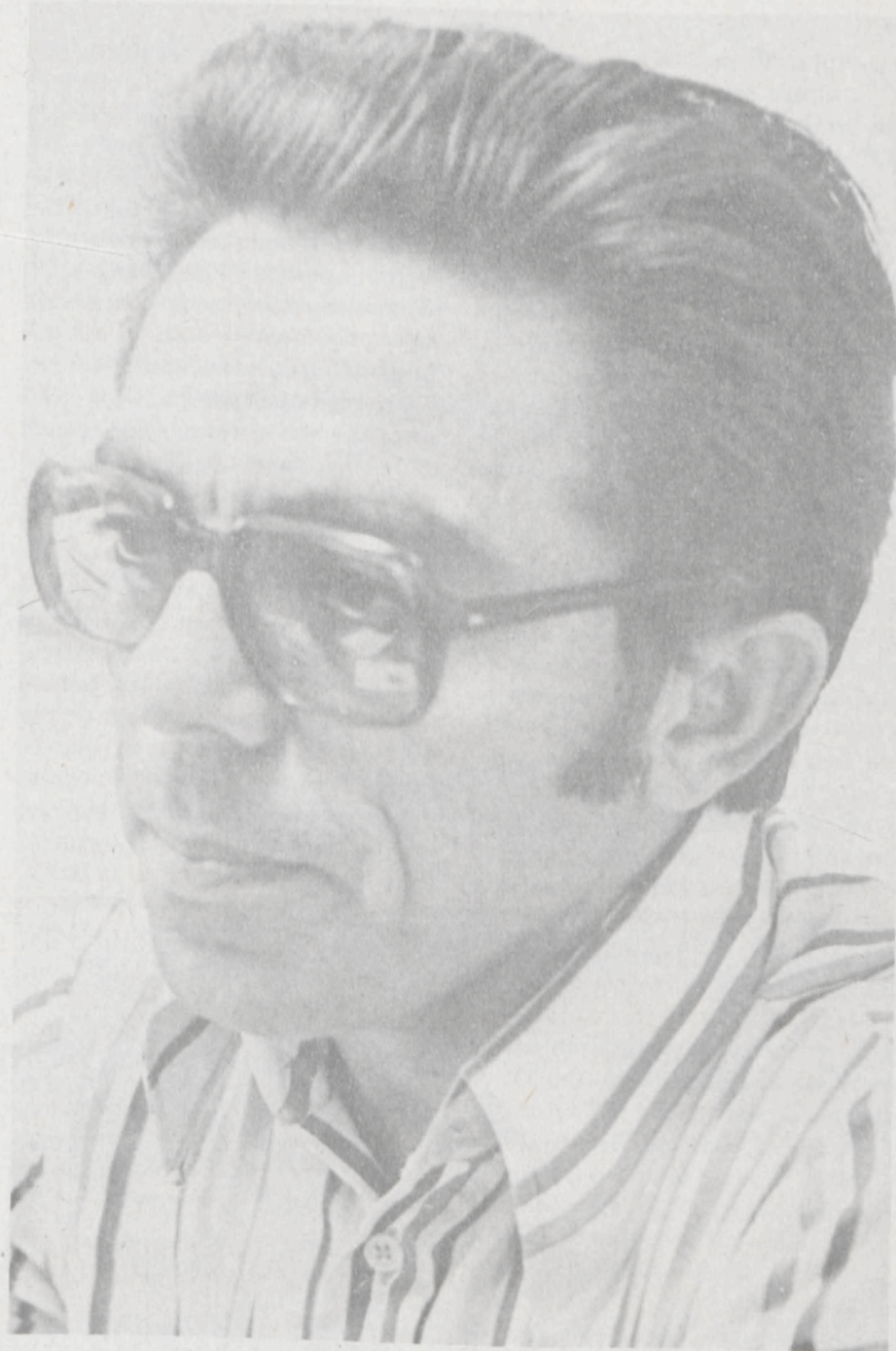
meios nem capacidade para enfrentar o desafio da educação dos jovens? E como a juventude despreparada poderá no futuro contribuir para o desenvolvimento social e econômico da comunidade? Autoridades da área educacional, pessoas integralmente envolvidas com a questão, opinam e respondem a estas e outras perguntas.

PERFIL DA EDUCAÇÃO — O atual secretário da Educação e Cultura do Estado, Laércio Segundo de Oliveira, começa por negar os números da denúncia sobre as crianças sem escola. Explica ele que no ano de 1975 o Sistema Estadual de Ensino, formado pela rede de escolas do Estado, dos municípios e particulares de primeiro e segundo graus, possuía 352.978 alunos. Destes, 332.749 eram do primeiro grau, o que atesta a prioridade que é dada a esta faixa de escolarização obrigatória. A rede estadual sozinha atendia a 51 por cento da procura, enquanto a outra parte ficava a cargo das Prefeituras e das escolas particulares. E continua o secretário:

“Durante os últimos quatro anos um conjunto de medidas governamentais permitiu a elevação dessa matrícula para 442.358 alunos. Portanto, houve em números absolutos, um crescimento de cerca de 100 mil matrículas”.

Laércio não consegue ser resumido na abordagem do assunto. E desce a detalhes precisos:

“As medidas responsáveis pelo aumento da oferta escolar decorreram de três estratégias: 1) a expansão física da rede de escolas; 2) apoio técnico e financeiro às administrações municipais interessadas em desenvolver a política educacional; 3) a cooperação ao ensino particular. No caso número um, o Governo planejou a construção de 1.000 salas de aula, das quais já inaugurou 850 e concluirá as 150 restantes até 15 de março; desse total de salas, 365 estão em Natal, principalmente nos bairros mais pobres e carentes, como Mãe Luiza, Dix-Sept Rosado, Cidade da Esperança, além dos novos conjuntos residenciais construí-



Laércio Segundo de Oliveira nega os números da denúncia sobre as crianças sem escola, embora reconheça a existência do problema.

dos pelo BNH. Ao lado dessas construções, ainda houve a restauração de 400 prédios escolares. Tudo isto custou ao Governo Tarcísio Maia investimentos da ordem de Cr\$ 227 milhões”.

Laércio Segundo de Oliveira rebate a afirmação de que o Governo mentiu na campanha eleitoral. Esclarece ele que *“jamais se quis dizer que o Governo, com a construção de 1.000 salas de aula, teria re-*

solvido o problema da falta de escolas no Rio Grande do Norte. Isto só poderia ocorrer no pressuposto de que não existisse nenhum deficit escolar acumulado ao longo do tempo e se não houvesse crescimento populacional. O que ocorreu, isto sim, foi que o deficit de 120 mil vagas constatado em 1975 foi reduzido para 40 mil, mediante a criação de 80 mil oportunidades de atendimento. Mas é verdade que continua se

acumulando mais alguns milhares de crianças sem vagas a cada ano, de modo que ainda devem existir 23% de menores sem escola no Estado”.

EVASÃO ESCOLAR — Para o secretário da Educação e Cultura a evasão escolar e a repetência são dois fenômenos que caracterizam qualquer processo educacional. Levantamento feito pela Secretaria Estadual constatou que no ensino de 1º grau o maior número de casos de evasão e repetência ocorrem nas primeira e segunda séries, com um índice de 32 por cento. “Em parte — explica Laércio — isso é gerado por um conjunto de causas divididas em dois grupos: em primeiro lugar, as causas vinculadas à escola, como por exemplo a baixa qualificação e o mal desempenho do pessoal do magistério, a carência de meios e materiais didáticos, etc.; no segundo grupo ficam as causas vinculadas à condição sócio-cultural das

famílias dos alunos, podendo os pais tirarem os filhos da escola por não terem interesse pela sua educação ou por necessitarem do seu trabalho para complementar a renda familiar. Diante desse quadro, o Governo realizou em dois planos o esforço no sentido de ampliar as oportunidades educacionais: um em caráter quantitativo e outro de natureza qualitativa, envolvendo no primeiro caso a parte física com a construção de mais escolas, e no segundo o aperfeiçoamento do pessoal docente e a melhoria dos níveis dos seus salários”.

QUANTO CUSTA EDUCAR — Embora reconheça que os salários não estão à altura das necessidades de cada um, o secretário Laércio Segundo de Oliveira começa a falar sobre o assunto provando que os professores do Rio Grande do Norte, em termos de Nordeste, só ganham menos do que os seus colegas de Pernambuco, de Alagoas e da Bahia.

Os salários no magistério variam de acordo com o nível de qualificação, variando de Cr\$ 1.500,00 para o professor leigo ou não-titulado, até Cr\$ 9.100,00 para o professor licenciado com regime de trabalho de 40 horas semanais. E ele entra em detalhes:

“O salário do professor do Rio Grande do Norte é igual ao que paga o Estado da Paraíba e inferior apenas ao de Pernambuco, Alagoas e Bahia, sendo portanto superior ao dos demais Estados da região. O nosso Estado possui 18.700 funcionários trabalhando em Educação, dos quais 12.500 são professores. A vida funcional do magistério é disciplinada por lei específica — o Estatuto do Magistério — que assegura o acesso a uma carreira e possibilita o direito a vantagens que se somam ao salário. Nos últimos quatro anos os salários do magistério em nosso Estado foram elevados em 170 por cento”.

Ainda considerando os proble-



Foi feito para você.



REVENDEDOR AUTORIZADO

Natal Veículos e Peças S/A

BR-101 — Km 04 — Neópolis — Fones: 231-1226 e 222-0198 — Natal-RN

mas inerentes ao fator remuneração, o secretário explica:

"Na realidade, o nível salarial interfere na qualidade do ensino. Mas não podemos entender que seja o único fator responsável pelo nível qualitativo. Se assim fosse, o Governo bastaria ter uma única preocupação — a de remunerar bem — e poderia neste caso abandonar todas as outras preocupações de caráter pedagógico".

A MERENDA E O LIVRO — Medidas de ordem assistencial precisam ser mantidas para que a educação consiga melhores resultados. Assim fala Laércio:

"A distribuição gratuita de merenda é uma forma de suprir as carências de alimentação que as crianças têm nas suas casas e de permitir,

em consequência, um melhor rendimento escolar aos alunos. Também a doação dos livros didáticos, programa que vem sendo desenvolvido com muito sucesso no Estado, resulta da redução dos índices de evasão e repetência. Para que se tenha uma idéia acerca do vulto desse programa basta dizer que no período 75/78 a Secretaria da Educação, em cooperação financeira com o MEC, distribuiu gratuitamente 1 milhão e 600 mil livros às crianças das primeiras séries do 1º grau, investindo nisso cerca de Cr\$ 30 milhões. Este ano serão distribuídos mais 600 mil livros, através de convênio da ordem de Cr\$ 18,6 milhões".

Por último, Laércio Segundo de Oliveira ressalta a importância do investimento com a educação:

"A nenhum Governo deve escapar uma preocupação maior para com a educação, especialmente por se constituir na verdadeira forma de promoção do homem. E, como tal, o que se gasta em educação deve ser considerado o maior e o mais rentável de todos os investimentos. O processo de desenvolvimento de qualquer país ou de qualquer região sempre esteve e estará condicionado, antes de tudo, ao desenvolvimento intelectual do seu povo. Não acho que o nosso Governo esteja descuidado do problema educacional. Pelo contrário: a cada ano somas maiores estão sendo aplicadas no setor. O que ocorre, porém, é que a cada ano o crescimento da demanda por educação é vertiginoso, em todos os níveis, desde o pré-escolar até o de pós-graduação".

A SOLUÇÃO NÃO É SÓ CONSTRUIR ESCOLAS



Luiz Eduardo Carneiro Costa alega que o problema do deficit não se resolve somente com mais salas de aula.

O representante do Ministério da Educação e Cultura no Rio Grande do Norte, Luiz Eduardo Carneiro Costa, declara que, à primeira vista, o número de 300 mil crianças sem escola no Estado é assustador, mas é um fenômeno explicável pelo elevado crescimento da nossa população. Segundo ele, *"a oferta de espaço físico é sempre insuficiente para atender o acelerado crescimento populacional. Isso ocorre não só no Rio Grande do Norte, mas em todo o País. É uma tendência do sistema. Mas os Governos estão voltados para o problema. Só aqui, por exemplo, foram construídas 1.000 salas de aula nos últimos quatro anos. Agora, ao se levantar estatísticas, os índices mostram que existem muitas crianças ainda sem conhecerem uma escola não por falta de espaço físico, mas por problemas de ordem sócio-econômica".*

E continua:

"Chega-se à conclusão que não basta construir salas de aula para resolver o problema. Há toda uma realidade que precisa ser mudada e o MEC está atento a isso, aumentando

do o seu volume de recursos para apoiar os Governos na luta pela melhoria dos métodos educacionais''.

MAIS DINHEIRO PARA O RN.
— Mostra Luiz Eduardo Carneiro

Costa que, em termos relativos, um Estado como o Rio Grande do Norte recebe da parte do MEC mais recursos do que São Paulo. São verbas destinadas à construção de salas de aula, à formação de recursos humanos para a educação, à execução de

projetos envolvendo novos métodos educacionais, como também assistência técnica e assistência ao estudante, envolvendo concessão de recursos para a melhoria das casas de estudantes e bolsas de estudo.

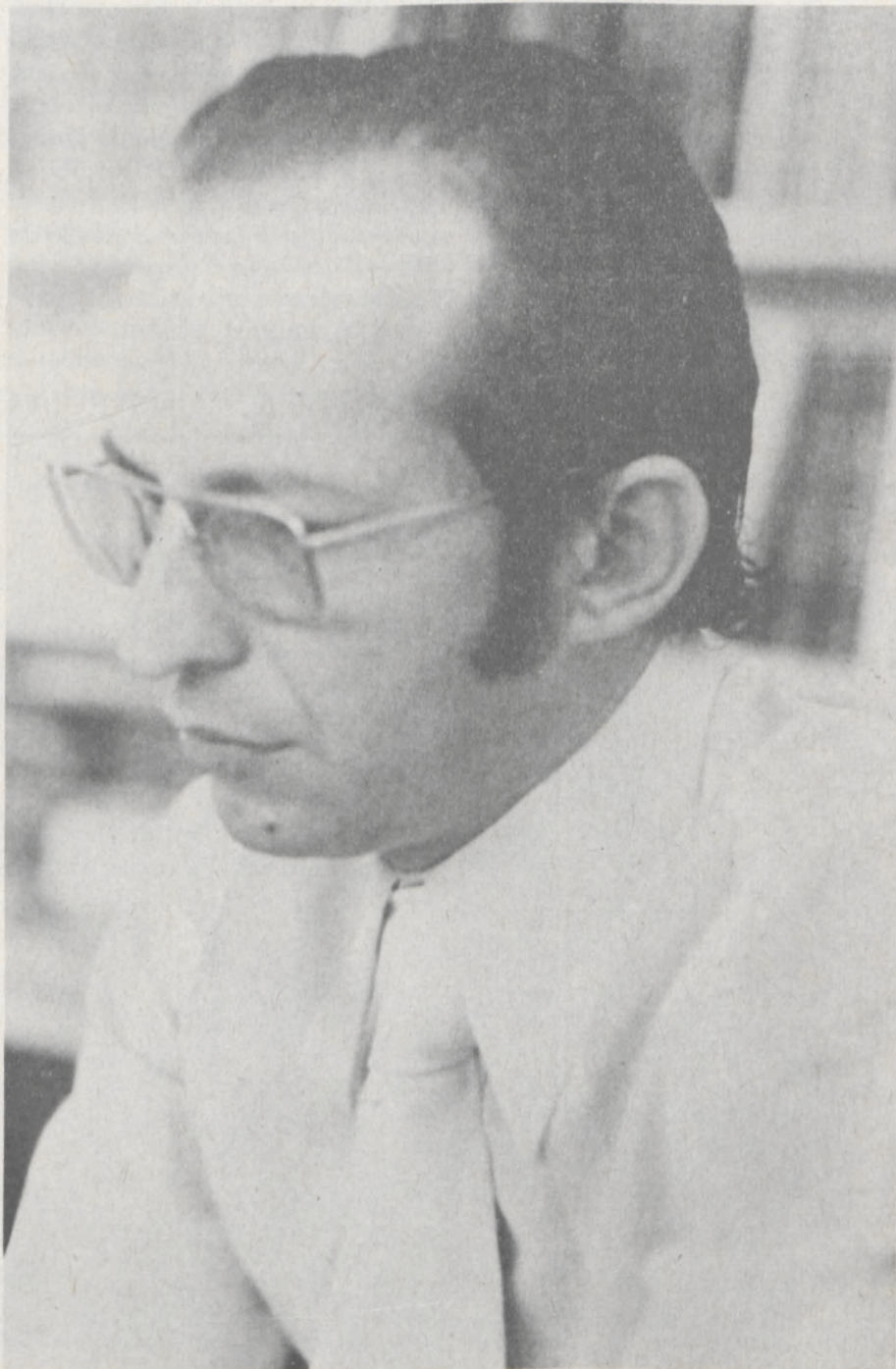
O SALÁRIO DO PROFESSOR É ASSUSTADORAMENTE BAIXO PARA A GRANDEZA DA SUA TAREFA

Diógenes da Cunha Lima, ex-secretário da Educação e Cultura do Estado, professor de Direito e um dos integrantes da lista sêxtupla da qual sairá até fins de março o nome do futuro reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aborda os problemas educacionais do Estado. Para ele a cifra de 300 mil crianças sem escolas é difícil de ser confirmada, embora aceite o fato de que é muito grande o deficit da rede escolar de 1º e 2º graus. Explica ele:

''Por lei, foi deslocada da União para o âmbito dos Estados e dos municípios a responsabilidade pela formação de 1º e 2º graus, embora a União continue transferindo grandes somas em apoio a esse trabalho. Paralelo a isso, não se pode obscurecer a pesada carga que tem o Governo Federal com o ensino de 3º grau, o universitário''.

Frisando que a tarefa de educar é muito onerosa para os Estados e municípios mais pobres, declara Diógenes que ainda assim, no caso do Rio Grande do Norte, muito tem sido feito, valendo a pena ser observado que 1.000 novas salas de aula foram construídas em apenas um mandato governamental. E ele prossegue:

''Devo salientar que a Secretaria da Educação e Cultura do Estado tem uma equipe extraordinariamente dedicada à solução do nosso problema educacional, trabalhando mais por idealismo do que por dinheiro, a tal ponto que a maioria dos técnicos que conheci, quando ocupei



Diógenes da Cunha Lima: ''A tarefa de educar é muito onerosa para os Estados pobres''.

aquela Secretária, poderia ganhar melhor em outras atividades, mas ninguém abandona a causa da educação''.

NOVOS MEIOS — Diógenes da Cunha Lima penetra na abordagem mais ampla do problema educacional, passando a comentar até mesmo o problema da alfabetização de adultos. Falando sobre o MOBREAL, ele afirma que o movimento deveria passar por transformações que o fizessem ainda mais dinâmico, aproveitando — por exemplo — os recursos das telecomunicações. Por se tratar de um programa nacional, poderia então alcançar resultados melhores a um custo menor.

E continua o ex-secretário, atual presidente do Conselho Estadual de Cultura:

“Os homens públicos, voltados para o problema educacional e sabedores de que a educação é o mais importante fator de desenvolvimento de uma nação, precisariam sentir que a educação é uma verdadeira indústria de transformação cuja ma-

téria-prima é o homem. A finalidade da educação é tornar o homem mais útil à sociedade e, se possível, mais feliz como indivíduo. A partir daí, a conclusão é dizer que a educação é o meio dos nossos problemas. O resto são conseqüências: saúde, desenvolvimento econômico, tecnologia, etc’’.

INDIGÊNCIA SALARIAL — *“A responsabilidade maior pelo êxito da educação é do professor, que é o responsável direto pela instrução individual e pelo treinamento social das crianças, visando transformá-las em seres eficientes, capazes e felizes. No entanto, o seu salário é assustadoramente baixo para a grandeza de sua tarefa’’* — assinala Diógenes. E prossegue:

“Chega a dizer que ensinar é um sacerdócio, pela indigência salarial. A situação é igual em todos os Estados da Federação, e solucioná-la já se tornou uma preocupação constante das autoridades do País. Quero

registrar que já fui professor de segundo grau, tendo deixado de continuar ensinando nos colégios por conta do salário muito baixo. De forma que, quando assumi anos depois a Secretária de Educação eu já havia sentido na pele o problema da remuneração insuficiente’’.

Interrogado sobre se os colégios particulares oferecem um ensino melhor, Diógenes da Cunha Lima afirma:

“Nem sempre é assim, apesar deles continuarem sendo muito procurados. Há colégios públicos de excepcional desempenho, dentre os quais posso citar o Winston Churchill, o Sebastião Fernandes, o Augusto Severo. Claro que o ensino particular é elitista, feito para pessoas que podem pagar, e deve continuar existindo, mesmo como empresa que visa lucro. Sua função é importante como coadjuvante na demanda escolar, e não para assumir a responsabilidade total da educação’’.

300 MIL CRIANÇAS SEM ESCOLA É DENÚNCIA INFUNDADA

Outro ex-secretário da Educação externou seu pensamento sobre os problemas que envolvem o setor no Rio Grande do Norte: o recém-eleito deputado federal João Faustino Ferreira Neto, que por sinal foi alçado da função para o Congresso Nacional, como candidato do esquema governista, tendo sido o mais votado em todo o Rio Grande do Norte. Para ele, a denúncia de 300 mil crianças sem escola é infundada, embora reconheça que é alto o número dos que não freqüentam as salas de aula.

João Faustino enumera as falhas do nosso sistema educacional:

“Nós temos muitas falhas, que se iniciam com a pouca valorização do magistério, o que não é exatamente um problema nosso, mas nacional. A educação vem sendo tratada como um processo isolado dos

demais programas de cunho social. No nosso País, como em qualquer outro em fase de desenvolvimento, a educação deve ser um segmento dentro de um processo amplo, no qual sejam concentrados todos os meios em favor do crescimento e desenvolvimento da pessoa humana. Mas assim não ocorre. Por outro lado, não temos ainda uma educação voltada para o meio rural. E é exatamente nesse meio onde reside mais da metade da população do nosso Estado. Há também outra falha: a nossa escola está bastante distante dos acontecimentos que rodeiam o homem no seu dia-a-dia’’.

Mostrando pontos positivos, ele diz:

“Embora se registrem tantos pontos falhos, vale a pena registrar o que existe de positivo: 1) o esforço empreendido no Estado em favor da melhoria da qualidade do ensino; 2) o apoio que vem sendo dado aos

municípios pelo Governo do Estado e pelo MEC; e 3) a implantação do Estatuto do Magistério e a expansão da rede escolar pelo atual Governo’’.

INVESTIMENTO COM RETORNO — Sobre o investimento na educação como a fórmula de desenvolvimento mais eficaz, João Faustino Ferreira Neto tem uma opinião muito subjetiva:

“Se o indivíduo apenas freqüenta a escola e nela não adquire os meios que possibilitem a sua participação efetiva no desenvolvimento econômico e social, no meu entender todo o investimento foi perdido. Entendo a educação como investimento quando ela se transforma num processo que permite uma participação efetiva do homem no sistema econômico e social, através do trabalho produtivo e do acesso aos bens culturais e materiais que a Nação possui’’.

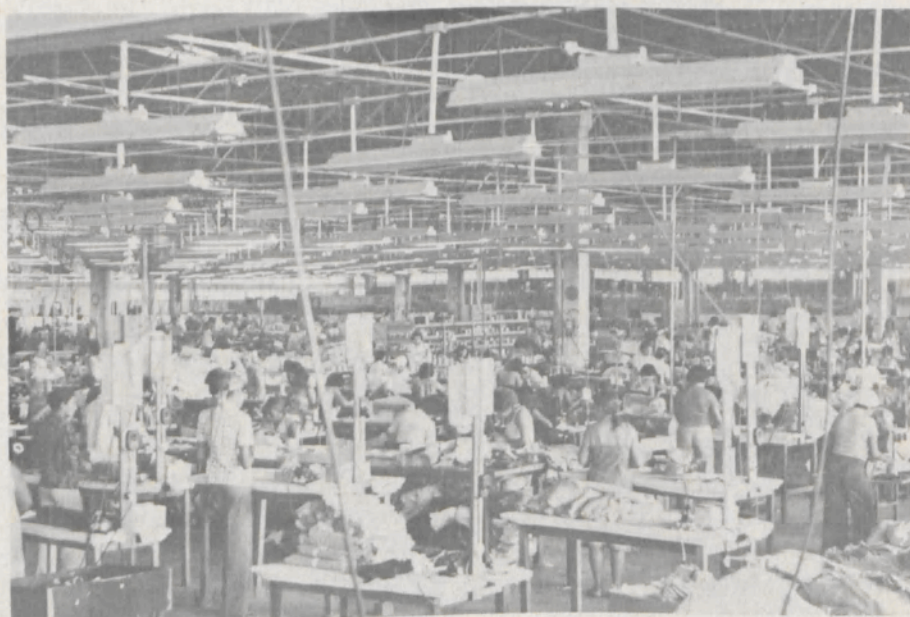
INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DO RN CONTINUA CRESCENDO EM 1979

As indústrias de confecções do Estado esperam para 1979 um desempenho melhor do que o alcançado no ano passado. Em média, pode-se mesmo esperar um incremento de 50 por cento no setor, em termos de aumento de faturamento e de produção. No entanto, não há perspectivas de surgimento de novas unidades industriais e, de uma maneira geral, os confeccionistas temem dificuldades na área da comercialização por conta da retirada dos incentivos do ICM pelo Governo do Estado.

Mesmo que no âmbito geral a indústria de confecções no Rio Grande do Norte tenha alcançado no ano de 1978 bons índices de produção e produtividade, e que o faturamento tenha até ultrapassado um pouco as expectativas, ainda assim o setor começa um ano novo tendo diante de si o espectro da incerteza. Venceram-se os prazos para utilização dos incentivos fiscais que permitiam deduções no ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias), a partir dos quais as fábricas do Estado reuniam condições para enfrentar a acirrada concorrência com as similares do Centro-Sul, sob todos os aspectos beneficiadas pela proximidade dos mercados abastecedores e consumidores.

Desta forma, um ramo industrial para o qual o Rio Grande do Norte realmente tem vocação comprovada fica sujeito a crises e estagnação, tudo por causa da insensibilidade e descaso do Governo que não se moveu para ajudar os empresários do setor na luta pela manutenção dos incentivos. Daqui para a frente não será injustiça culpar a desastrosa política de desenvolvimento econômico seguida pelo atual Governo por tudo de errado que acontecer à indústria de confecções do Estado.

DESEMPENHO — Em comparação com os números de 1977, as



Em 1979 a indústria de confecções do RN crescerá em 50 por cento, embora não surjam novas fábricas.

indústrias de confecções cresceram muito em 1978, alcançando boa rentabilidade e aumentando a oferta de empregos. Sem dúvida, a primazia no setor cabe às Confecções Guararapes S/A, que chegou até a ser considerada pela revista *Exame* como a "Empresa do Ano" no Brasil, graças ao seu excelente desempenho. Em números que englobam as filiais de outros Estados, a Guararapes produziu em 1978 cerca de 14 milhões de calças e camisas, estimando-se que as fábricas de Natal e Mossoró participaram desse total com 40 por cento. Outras três indús-

trias locais (Soriedem S/A Confecções, T. Barreto Indústria e Comércio S/A e Alpargatas Confecções do Nordeste S/A) atingiram a faixa de produção entre 1,2 e 1,5 milhão de peças, embora os diretores dessas empresas não confirmem nem desmintam estes números.

AS PREVISÕES — Em razão do acelerado crescimento do mercado consumidor, todas as indústrias confeccionistas, sem exceção, prevêem um aumento substancial de produção este ano, a despeito de problemas que possam vir a enfrentar com

a comercialização. A Guararapes, por exemplo, fabricará 18 milhões de peças. T. Barreto tem convicção de que chegará à marca dos 2 milhões. Mais ou menos aproximada a esta produção estará não só a Alpargatas, mas também a Soriedem. Na faixa de 1 milhão de peças estarão a Sparta Nordeste e as Confeções Reis Magos S/A.

Apenas a Guararapes e a T. Barreto informaram os seus faturamentos no ano passado e revelaram as previsões para 79. Na primeira, as vendas alcançaram a vultosa soma de Cr\$ 1 bilhão e 578 milhões (quatro fábricas), esperando-se para 1979 um faturamento de Cr\$ 2,5 bilhões. Na segunda, o montante de venda ultrapassou os Cr\$ 120 milhões e este ano deverão ir a mais de Cr\$ 300 milhões.

EXPANSÃO — Nos últimos quatro anos nenhum novo projeto na área de confecções surgiu no Rio Grande do Norte. Em compensação, as indústrias existentes têm experi-



Nilson Rocha informa que a Guararapes está duplicando a sua capacidade de produção.

mentado um razoável índice de crescimento. A Guararapes, em primeiro caso, está duplicando a sua capacidade de produção em Natal, ao mesmo tempo em que constrói mais uma grande fábrica em Fortaleza, Estado do Ceará. A Alpargatas, segundo fontes oficiais, também vai se expandir em 1979, elevando em

50 por cento a sua capacidade de produção, mesmo sem partir para novas obras físicas. Até março próximo, todas as máquinas e equipamentos necessários a essa expansão estarão instalados. T. Barreto e Confeções Reis Magos também planejam algum crescimento, embora não entrem em detalhes. E a Soriedem não pôde informar os seus planos, apesar de procurada pela reportagem.

TÉRMINO DE INCENTIVO —

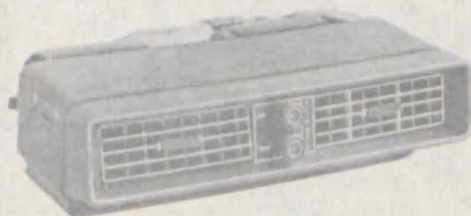
Um dos grandes estímulos ao desenvolvimento das nossas indústrias de confecções vinha sendo, ao longo dos últimos dez anos, o incentivo fiscal oferecido pelo Governo do Estado. Agora, com o término desse incentivo, a situação das empresas tende a mudar. Até mesmo a Guararapes, a maior e a mais estruturada, sente o problema. Diz um dos seus diretores, Nilson Rocha:

“O término do incentivo fiscal na área do Nordeste, e em particular em nosso Estado, nos tirou uma for-

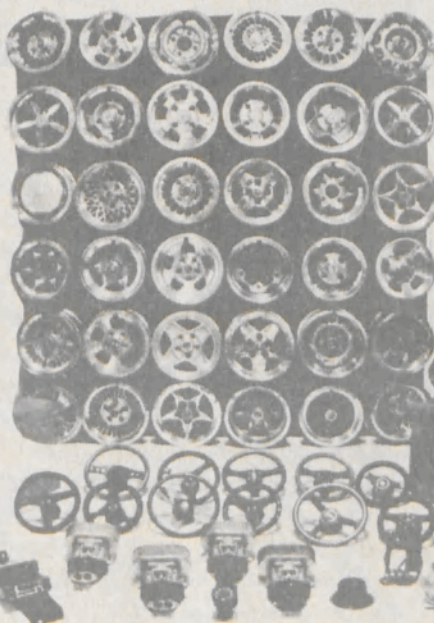
O ACESSÓRIO QUE VOCÊ QUERIA PELO PREÇO QUE VOCÊ GOSTARIA

EQUIPADORA LAZARO

Avenida Deodoro, 431 — telefone (DDD 0842) 222-0284 Natal-RN.



DIRIJA EM SILÊNCIO, SEM CALOR E SEM POLUIÇÃO, COM AR CONDICIONADO CLIMATO. GARANTIA E ASSISTÊNCIA.



Rodas em todos os estilos, Bancos, Vidros Ray-Ban, Fumé ou Degradé.





**mostra porque
está sempre
na vanguarda.**



Quem constrói em Natal desde 1962, conhece muito bem a SACI. Porque a SACI está sempre na vanguarda, revendendo os melhores materiais de construção produzidos no RN ou no País.



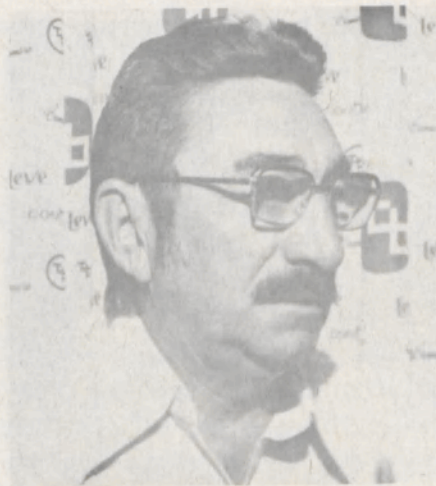
Além disso, a SACI não é somente uma loja de alto nível. É também uma indústria, produzindo lajes pré-moldadas, combogós, mosaicos e artefatos de cimento em geral.



**Pensou em construir
Pensou na SACI.**



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513 —
NATAL-RN.



**Telmo Barreto alerta para as
dificuldades que surgirão com a
falta do incentivo fiscal.**

te arma na concorrência com os produtores de outras áreas do País. Acreditamos que ainda estava muito cedo para o Governo retirar este estímulo, que foi de uma inestimável contribuição para o desenvolvimento da nossa região''.

Ney Dias, um dos diretores da Confecções Reis Magos, diz, em poucas palavras, a verdade do término do incentivo:

''Agora, sem incentivo, não sei como será a situação das indústrias de confecções. Ele significava a certeza de podermos competir com as indústrias de outros Estados. Sem ele vai ser difícil a competição para o nosso lado''.

''Quanto ao término do incentivo fiscal — opina Sérgio Sillas Collati, da Alpargatas Confecções — deverá acarretar um aumento tremendo nas despesas, originando algumas dificuldades no que tange à colocação dos produtos no mercado, em decorrência da grande competitividade. Todavia, com relação à produção, pouco ou quase nada vai afetar. O que precisaremos fazer é muita economia nos custos, procurando com isso manter os índices dos lucros nos níveis alcançados anteriormente''.

Telmo Barreto também externa sua opinião a respeito do assunto:

''Grandes dificuldades acontecerão sem o incentivo fiscal, principal-

mente no que diz respeito ao aumento do custo dos produtos, uma vez que a nossa localização, em relação aos demais concorrentes do Centro e Sul do País, nos obriga a mantermos maiores estoques como também, uma maior despesa de frete, que o incentivo fiscal anteriormente concedido, compensava de alguma forma, deixando-nos assim sem condições de concorrer em igualdade de condições com as indústrias de outros Estados''.

O QUE FALTA — O que poderia ser feito então para um maior desenvolvimento da indústria de confecções do Rio Grande do Norte? É uma pergunta que paira no ar para todos. Nilson Rocha dá sua opinião:

''Pensando bem, diríamos que é dentro das próprias empresas que vamos encontrar as condições para um maior desenvolvimento. Talvez aprimorando nossa produtividade e estimulando uma melhor política de ''marketing'', estaríamos no caminho certo do crescimento. Em termos de infra-estrutura, seria a vez de apelarmos um pouco para o poder público, de um modo genérico. Assim, lembraríamos por exemplo, a necessidade de uma melhor confiabilidade do nosso sistema elétrico e uma maior preocupação com a oferta de rede de esgotos''.

No entendimento de Sérgio Sillas Collati, da Alpargatas Confecções, *''as empresas vêm se desenvolvendo muito bem e poderia ser feita alguma melhoria no campo da assistência médica e lazer, colaborando-se assim para que os empregados das indústrias de confecções tenham dentro do seu trabalho a melhor condição possível para desenvolvê-lo melhor ainda''.*

Telmo Barreto também diz o que pensa sobre o assunto:

''O que está faltando realmente a indústria de confecções do Rio Grande do Norte, para alcançar um desenvolvimento rápido e eficaz, é uni-

camente um apoio maior e incentivo por parte dos nossos governantes”.

VENDER SERVIÇOS — Enquanto algumas indústrias duplicam suas produções e elaboram seus planos de expansão, outras se contentaram em 1978 em vender serviço, fabricando para outras marcas, como foi o caso das Confeções Reis Magos.

Nélio Dias, um dos dirigentes da Reis Magos, não estava conformado com a situação e explica o porque da atitude tomada pela sua indústria, aceitando fabricar para outras marcas:

“Nós partimos para isso, em consequência do atraso nas liberações dos recursos do FINOR, o que nos obrigou a tomar dinheiro a alto custo originando uma crise financeira em nossa empresa, cuja solução imediatista encontrada foi a



Ney Dias explica que as dificuldades de 78 estão superadas na Reis Magos.

prestação de serviços a terceiros. Isto nos tirou, de imediato, os encargos de fornecedores, não os atrapalhando no setor de produção e permitindo manter o mesmo quadro

funcional. Além do mais, como seria uma medida provisória, permitiria um retorno à comercialização logo que a situação financeira ficasse normalizada”.

De fato, a Reis Magos, tão logo livrou-se dos seus compromissos, voltou a fabricar suas próprias etiquetas, o que acontece desde janeiro.

Com relação a comentada mudança do grupo dirigente das Confeções Reis Magos, nada de positivo existiu ou existe, como Ney Dias mesmo explica:

“Não existe outro grupo para entrar. Apenas mais uma pessoa da nossa família vem juntar-se à direção atual. Trata-se de Ednaldo Madruga de Oliveira, que pertence ao grupo Lyra de Oliveira. Entra na indústria como mais um diretor, nada mais que isto”.

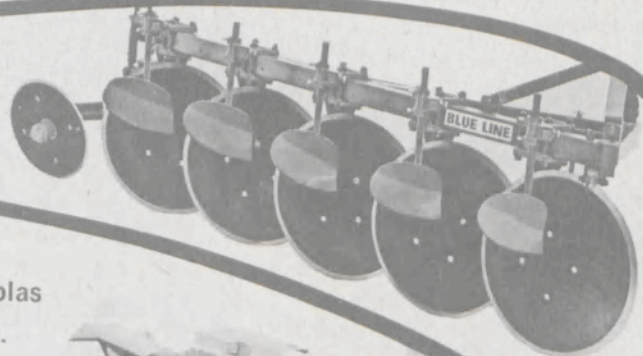
Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.
Departamento de Tratores.



ARADO FIXO

* Grande Robustez e Eficiência.



TRATOR FORD 4600

* O Trator de Múltiplas Aplicações.



PEÇAS,
ASSIST.
TECNICA

* O Apoio contínuo.

SERVIÇO
DE PROTEÇÃO
AO CLIENTE

* Garantia de sua Tranquilidade.



INDÚSTRIA PESQUEIRA PERMANECE À FRENTE NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES

Apesar da falta de porto em Natal e condicionada a uma série de restrições, a indústria pesqueira continua liderando as exportações no Rio Grande do Norte pelo quarto ano consecutivo. Dirigentes das principais companhias de pesca enumeram os seus problemas, debatem a dilatação do prazo de proibição da captura da lagosta e fazem previsões para este exercício de 1979.

Apesar dos produtos pesqueiros continuarem na liderança das exportações do Rio Grande do Norte já por quatro anos consecutivos, as empresas que exercem a atividade pesqueira do Estado continuam envolvidas em graves problemas, entre os quais a determinação do Governo Federal que pretende diminuir já a partir deste ano de 79, o período de captura da lagosta, numa política que objetiva diminuir o risco de extinção da espécie.

Para o ano de 79 está programada a proibição da pesca da lagosta por três meses, em vez de dois, como vinha ocorrendo nos anos anteriores. As opiniões dos empresários se dividem quanto a essa paralisação. No entanto, todos, de forma unânime, apontam o problema do porto de Natal como o mais grave que estão enfrentando na atualidade. Passa por Natal, às vezes, apenas um navio frigorífico por ano, o que obriga as empresas a exportarem através do porto de Recife, sendo assim forçadas a contratarem os serviços de transporte rodoviário para conduzir o produto até aquele porto.

OS PROBLEMAS — Os industriais da lagosta no Estado já começam um novo ano tendo que enfrentar os mesmos problemas que en-



A pesca da lagosta é a atividade econômica do Rio Grande do Norte que gera mais divisas para o Brasil.

frentaram no ano que passou. Depois de resolvido um sério problema com a Companhia de Águas e Esgotos do Estado — CAERN, que estava cobrando das indústrias uma elevada taxa de esgotos sem que isto fosse cabível, continuam em pauta a precariedade do porto de Natal, a dilatação do prazo de proibição da pesca, etc. Segundo informação prestada por José Bezerra de Araújo Júnior, assistente da diretoria da

empresa Pesca Alto Mar S/A, "o maior problema continua sendo o porto. Passa um navio por ano. Em 79 já passou um, o que quer dizer que ficaremos até o final do ano tendo que contratar o transporte rodoviário para conduzir a nossa mercadoria até o porto do Recife. Esse serviço sai muito caro para as empresas, pois são transportes dotados de câmaras frigoríficas para conservar o produto".

Luiz Antônio Puglia, gerente da Companhia Nacional de Frigoríficos — CONFRIO, afirma que além do problema do porto, as constantes quedas de energia prejudicam muito a indústria da lagosta no Rio Grande do Norte:

"Sofremos constantemente problemas de queda de energia. Isso nos prejudica bastante. Seria bom que as autoridades do Estado olhassem com mais carinho para o fato, principalmente a COSERN que é a responsável pelo setor".

Um terceiro problema é apontado por Francisco da Câmara Júnior, assistente da diretoria da EMPESCA S/A:

"Acho que outro obstáculo que temos que enfrentar é o problema do despreparo do pescador de lagosta da região".

E o raciocínio foi completado por José Bezerra Júnior, da Pesca Alto Mar:

"Eles insistem em praticar a pesca indiscriminada, desconhecendo por completo que estão pouco a pouco destruindo uma fonte de renda para eles mesmos. As empresas de forma alguma são responsáveis pelo fato, embora todas, de um modo geral, insistam em esclarecer os pescadores, mesmo sabendo que os conselhos são sempre em vão".

A PARADA — Um problema que é bastante discutido, tanto por quem está diretamente envolvido com a pesca de lagosta, quanto por quem está indiretamente ligado, é a parada obrigatória determinada pelo Governo Federal a fim de preservar a existência da espécie. Nesse ponto as opiniões são mais divergentes. Para Bezerra Júnior, da Pesca Alto Mar, a parada não prejudica:

"Acho que a parada de três meses como entrará em vigor a partir deste ano não prejudicará as empresas, desde que haja uma prévia programação para o período em que estaremos proibidos de pescar. Nós temos que tomar conhecimento da parada um pouco antes para nos prepararmos. Essa paralização nos beneficia porque temos tempo de recuperar as embarcações, reequipá-las. É verdade que ficamos sem

90 por cento do nosso faturamento. Para atravessar esse período temos também que reduzir o número de empregados. Por esses motivos é que achamos melhor que haja uma programação antecipada para que não sofremos atropelos de última hora".

Para Francisco Câmara, da EMPESCA, a parada é bastante prejudicial:

"Parando de pescar lagosta durante três meses como deverá ocorrer este ano, a preços atuais, teríamos uma perda no faturamento da ordem de 18 milhões de cruzeiros, o que para uma empresa pesqueira muito representa".

FISCALIZAÇÃO — Nos meados do ano de 78, a unanimidade dos empresários da lagosta afirmava que a fiscalização que era exercida por parte da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, era precária, pois não conseguia evitar a prática em alta escala da pesca predatória. Hoje, no entanto, o panorama mudou completamente. Todos concordam que depois que foi firmado um convênio entre a SUDEPE e a Secretaria de Agricultura do Estado a fiscalização melhorou consideravelmente. José Bezerra chega a sugerir que não deixem de renovar o convênio que deverá vencer-se em meados deste ano.

EMPREGOS — Atualmente o Rio Grande do Norte conta com seis empresas atuando na pesca da lagosta. São elas: EMPESCA, Pesca Alto Mar (que encampou a SUAPE), CONFRIO, FRINAP e PRODUMAR. Essas empresas reunidas oferecem aproximadamente 1.500 empregos diretos utilizando, em números também aproximados, 400 barcos. Quando chega o período da parada, algumas empresas destinam alguns desses barcos para a pesca de peixe. Segundo elas, essa medida em quase nada altera o faturamento global, mas possibilita a que sustentem os melhores pescadores.

Para a grande maioria dos empresários o mercado de Natal e do Nordeste já está atingindo o grau de saturação. Já existem até empresas que estão se expandindo para outros Estados como é o caso da EMPESCA, que está providenciando a transferência das embarcações maiores para Fortaleza, alegando que a pesca está dando mais resultado do Sul do Rio Grande do Norte ao Maranhão. Essas embarcações consideradas de grande porte são construídas em Santa Catarina e custam aproximadamente Cr\$ 6 milhões, cada uma. Os barcos menores, que não possuem câmara frigorífica e são feitos de madeira, chegam a custar Cr\$ 800 mil.

comunique-se com o grupo executivo **GTE**



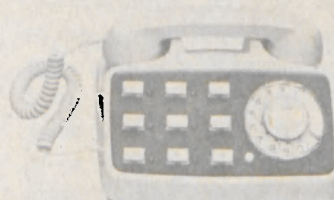
816
1 tronco — 6 ramais



829
2 troncos — 10 ramais



849
4 troncos — *10 ramais



860
6 troncos — 30 ramais

CESAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754 — NATAL-RN.

A FAZENDA GANHOU ESTRUTURA E IMPLANTOU JUSTIÇA FISCAL NO RN

Foi a Secretaria da Fazenda o órgão da área econômica do Governo que se destacou nos últimos quatro anos, conseguindo elevar a arrecadação do Estado e implantar o bom regime da Justiça Fiscal. Ao contrário das outras secretarias da área, lá não se trabalhou de improviso nem se primou pela burocratização.

Na área econômico-financeira do Governo do Estado nos últimos quatro anos foi sem dúvida a Secretaria da Fazenda o órgão que apresentou maior saldo de resultados favoráveis, chegando ao requinte de diminuir acentuadamente os custos de sua própria manutenção e, ao mesmo tempo, colaborar de forma mais decisiva para a evolução da receita.

A folha de pagamento do pessoal da Fazenda, em 1974, representava 20,69 por cento das despesas do Estado com todo o funcionalismo. Hoje, ela caiu para a casa dos 10 por cento, apesar de nesse meio tempo ter havido uma reestruturação do pessoal do Fisco, que de modo geral passou a ter vencimentos bem mais altos.

De ano para ano, foi aperfeiçoada a máquina arrecadadora pela introdução de novas técnicas de controle das operações tributadas, inclusive com o uso da computação, que facilitou o acompanhamento sistemático das atividades dos contribuintes. O pessoal fazendário recebeu atenção especial, tendo acesso a programas de atualização e aperfeiçoamento, através dos quais os funcionários passaram a exercer com maior segurança e dinamismo as suas funções. As coletorias e os postos fiscais foram aparelhados, permitindo melhores condições de trabalho. No fim de tudo, fica a constatação do acerto dessas medidas, consubstanciada, por exemplo, na seguinte comparação: em 1974, a ar-

recadação de ICM do Rio Grande do Norte foi de Cr\$ 166 milhões; em 1978, ela alcançou a soma de Cr\$ 904,6 milhões, aumentando num percentual superior a 540 por cento.

JUSTIÇA FISCAL — O secretário Artur Nunes de Oliveira Filho, um ano depois de assumir a pasta, concedia uma entrevista exclusiva a RN/ECONÔMICO, quando afirmava que uma das suas metas que então já estava sendo alcançada era a prática da justiça fiscal no Rio Grande do Norte. Ele fazia essa declaração como uma resposta indireta a um sem número de acusações que lhe faziam, de que ele executava uma política de arrocho fiscal. Artur assinalava que a denúncia do arrocho provinha exatamente de comerciantes acostumados a burlar o Fisco, o que era feito em detrimento dos empresários cumpridores das suas obrigações tributárias. É verdade que nos dois primeiros anos da nova gestão, inúmeras firmas comerciais e industriais foram autuadas. Mas a partir de então o número de multas decresceu, numa evidência de que agora está criado o hábito de pagar impostos.

Um sistema de fiscalização baseado em informações econômico-fiscais, originadas do Cadastro de Contribuintes, do levantamento dos Documentos de Arrecadação Estadual e dos dados sintéticos colhidos através das Guias de Informação e Apuração do ICM, facilitou o traba-

lho da administração tributária, reduzindo as possibilidades de sonegação. Por outro lado, tem sido feito um constante controle do trânsito de mercadorias, com vistas à identificação de sua origem e destino. Todas estas medidas influíram na elevação da receita, estabelecendo critérios iguais para todos os contribuintes, tanto com relação a direitos quanto a deveres.

REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA — Embora ainda hoje sejam reconhecidas muitas deficiências no que diz respeito às instalações físicas e ao equipamento dos órgãos da arrecadação e da fiscalização do Estado, havendo Postos Fiscais no interior desprovidos de energia elétrica, água, sanitários, meios de comunicação, balanças, etc., não se pode negar que muito foi feito para melhorar essa situação. Através de dois projetos encaminhados à Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, foram obtidos recursos na ordem de Cr\$ 24 milhões, a fundo perdido, para serem investidos no aparelhamento das repartições vinculadas à arrecadação e fiscalização. Assim, foram construídos prédios-sedes para as Coletorias Estaduais de Pau dos Ferros, Mossoró e João Câmara; foram construídos 9 Postos Fiscais; adquiridas 8 balanças tipo T, para pesagem sobre eixos; perfurados 8 poços tubulares para abastecimento d'água dos postos construídos; com-

prados 5 *trailers* equipados com sistema de rádio, eletricidade, copa-cozinha, dormitório e um pequeno escritório para atendimento volante, usados no serviço de fiscalização nas estradas vicinais e de fronteira. Ainda com essa verba, foram adquiridos 67 rádios transceptores, 8 geradores de eletricidade para os Postos Fiscais, 8 veículos para o serviço volante de fiscalização, além de máquinas, móveis e utensílios para as Unidades Regionais da Fazenda, em número de 12, situadas em cidades do interior.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — Uma importante atribuição da Secretaria da Fazenda é efetuar o controle do sistema de administração financeira do Estado e a gerência dos recursos financeiros de todos os órgãos da administração direta. Por sugestão do secretário Artur Nunes de Oliveira, o Governo instituiu através de decreto um sistema de gerência através de um caixa único, pelo qual cabe à Secretaria da Fazenda promover a entrega de recursos aos demais organismos do Governo. A partir de 1976, o sistema de unidade de caixa vem sendo gradativamente implantado e aperfeiçoado, resultando inclusive num instrumento que beneficia o Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, depositário único de todos os recursos do erário.

As receitas estaduais, que se dividem em *receitas do Tesouro e recursos de outras fontes*, têm se mantido em elevação crescente. Em 1975, o índice do crescimento dessas receitas sobre o exercício anterior era de 37,92 por cento; em 1978, esse índice chegou a 78,75 por cento, valendo realçar que as receitas do Tesouro, arrecadadas no âmbito do Estado, cresceram em 81,79%.

DESPESAS COM PESSOAL — Em 1974, o Governo pagava por ano ao seu funcionalismo a soma de Cr\$ 136.461.318,00. Em 1978 essa despesa evoluiu para Cr\$...... 836.914.689,00, o que significa que ela foi multiplicada por seis. Todas as receitas do Tesouro estão hoje praticamente comprometidas tão-somente com o pagamento do pessoal,

o que representa um pesado encargo para a administração que assim fica restringida a aplicar os recursos oriundos do Governo Federal e de outras fontes na manutenção da máquina administrativa, sobrando pois muito pouco para investir em obras que promovam o desenvolvimento e o bem-estar social. Ao que tudo indica, este tem sido um dos fatores que concorre para o crescente endividamento do Estado, que tem de recorrer a empréstimos e financiamentos para manter um ritmo aceitável de realizações. Em 1974 a dívida pública do Rio Grande do Norte era de Cr\$ 228 milhões e em fins de 1978 ela já ultrapassava os Cr\$ 800 milhões. No entanto, a amortização dessa dívida vem sendo processada com obediência aos prazos contratuais.

NO FIM, UM SUPERAVIT — No período de 1974 a 1977, houve sempre *deficit* orçamentário em todos os exercícios. Em 1978, porém, a Secretaria da Fazenda apurou um *superavit* de Cr\$ 166,3 milhões. Ou seja: no ano passado o Rio Grande do Norte arrecadou mais do que gastou, o que não pode deixar de ser frisado como um ponto importante da gestão de Artur Nunes de Oliveira Filho.

Em um longo trabalho de análise financeira do Estado, o atual secretário apresentou um sem número de subsídios para o plano de Governo de Lavoisier Maia, mostrando com detalhes a real situação das finanças estaduais e fazendo inclusive uma série de projeções para os próximos quatro anos. No mesmo documento, ele transmite ao seu sucessor na Secretaria da Fazenda uma apreciação realística sobre o desempenho do órgão, sobre os pontos fracos que necessitam ser revistos e sobre as providências que devem ser adotadas para aperfeiçoar a máquina arrecadadora. Com este trabalho objetivo — e até humilde, por reconhecer que ainda há muito a ser feito — Artur encerra sua passagem pela administração pública do Rio Grande do Norte sem que se possa acusá-lo de negligência no cumprimento do dever. Agiu sem se render às injunções de qualquer espécie.



PROCALCO

**Projetos,
Cálculos
e Construções
Ltda.**

Uma empresa de
âmbito nacional
ajudando a edificar
o progresso do
Rio Grande do Norte.

Administração Central:

Rua Antonele Bezerra, 316
Edifício Santa Clara —
Conjunto 101 —
Telefones: 224-4911,
224-1940 e 224-4450 —
Fortaleza-Ceará.

Escritórios Operacionais:

Brasília-DF
Belo Horizonte-MG
Vitória-ES
Natal-RN
João Pessoa-PB
Maceió-AL



Pedro Simões Neto

CONCENTRAÇÃO DE RENDAS E MISÉRIA ABSOLUTA

A concentração de rendas, depois da inflação, talvez seja o maior problema do Governo na área econômica. E precede em importância a própria inflação, se for considerada a terapia típica a cada problema. Enquanto a inflação carece de medidas repressivas, imediatistas e de pequeno espectro, a concentração de rendas transcende o casuísmo da alquimia para se instalar como problema conjuntural cuja terapia requer antibióticos de largo espectro. Com efeito, dependerá da solução redistributiva de rendas a própria sobrevivência do "modelo" econômico brasileiro.

O Governo Figueiredo já anuncia a aceitação do desafio. O que não podemos asseverar é se o instrumental de que se valerá será curativo ou paliativo. Sim, porque a concentração de rendas é uma doença típica do sistema capitalista.

As soluções até aqui cogitadas têm conotações ARENISTAS — e, antes que alguém surpreenda **intenções** na comparação, explicamos que ela se baseia na nova doutrina da agremiação, apresentada pelo senador Sarney: Reformista e Governista. O critério se baseia em mecanismos tributários, sequer se cogita em discutir a temática social. Fundamenta-se em Reforma, em mecanismos tributários que serão enfeixados numa nova Reforma Tributária que, por seu turno, reformulará a Reforma Tributária de 1967. Positivamente, sabe-se de dois projetos que tramitam no Congresso, de autoria dos senadores Virgílio Távora (ARENA) e Saturnino Braga (MDB). Depreende-se também, do discurso do futuro presidente, em 19 de janeiro, o mesmo instrumental: "Pensamos, especialmente, na progressiva tributação das rendas mais altas, das heranças e doações, dos ganhos de capital e dos lucros imobiliários".

O anúncio do presidente surpreendeu aos mais ortodoxos teóricos revolucionários e, certamente, encontrará os mais sérios obstáculos no Congresso Nacional — tanto entre os **conservadores** quanto entre os **autênticos**. Aos revolucionários radicais surpreendeu, sobretudo, o contra-senso doutrinário e histórico. A Reforma Tributária de 1967, idealizada por Hélio Beltrão — à época ministro do Planejamento — foi extremamente coerente com a estrutura política idealizada para o regime. Foi implantada para defender o patrimônio privado e privilegiar os ganhos do capital. Por seu intermédio,

eliminou-se a tributação sobre os rendimentos do capital, extinguiu-se a taxa sobre acréscimos patrimoniais e foram reduzidas as alíquotas dos impostos incidentes sobre a herança e a transmissão intervivos. Além de detectar uma fonte de considerável potencial para saciar a sede de recursos tributários: a classe média. Este segmento foi a solução para substituição das fontes então derrogadas. A consequência de "achatamento" das faixas médias, reforça esta suposição. O rendimento do trabalho liberal, os rendimentos assalariados — a classe média — substituiu o ganho de capital e os rendimentos patrimoniais, como suporte tributário de base. Em síntese: aos rendimentos do capital e acréscimos patrimoniais, sucederam os rendimentos do trabalho, num seguro indicativo do elitismo do modelo estabelecido, eminentemente capitalista, na acepção clássica e superada de Smith/Keynes, ao invés de se voltar ao estímulo harmônico das forças do capital e do trabalho. E, para que se tenha uma idéia do "arrocho" tributário sobre os rendimentos do trabalho, das "faixas médias" é só conferir: as pessoas de renda média destinam ao fisco, anualmente, o equivalente a dois meses do seu salário.

REDISTRIBUIR AS VANTAGENS OU OS ENCARGOS?

As propostas e o anúncio tiveram a faculdade de desagradar a gregos e troianos. Aos conservadores, por motivos óbvios. Aos contestadores, pelo espírito reformista casuístico. Pretendem os opositores do regime, que a redistribuição se faça diretamente, através de maior participação do contingente populacional na renda nacional e não nos encargos. E mais: que o Governo legitime a proposta de "bens de salário" como ponto de equilíbrio salarial, vez que a inflação — como um monstro —, devora até as cogitações de aumento salarial. Por bens de salário se entenderia o subsídio não-monetário que o poder público utilizaria, para implementar as necessidades básicas das faixas de menor rendimento — tais como, habitação, saúde, educação, lazer e alimentação. Bem-estar e aumento qualitativo do nível de vida seriam os objetivos dessa redistribuição — ao invés de sobrecarga tributária aos privilegiados.

Entendemos ser a redistribuição dos encargos uma parte da solução. A outra parte residiria exatamente no reconhecimento da necessidade de se instituir os subsídios salariais. Que adiantaria retirar os privilégios, atribuindo encargos aos privilegiados, se não haveria uma conseqüência de melhoria de vida aos carentes de renda, que é exatamente o fato gerador do problema?

Segundo os projetos de Távora e Braga, as faixas de rendimentos mais altos, os ganhos de capital e acréscimos patrimoniais obtidos por pessoas a título oneroso, heranças e doações, terão aumentadas progressivamente os impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza. A ser endossado pelo Governo, o projeto teria uma destinação, já tornada pública pelo futuro ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter: o reforço nas dotações de verbas e transferências federais para os municípios, bem como de "investimentos sociais" nos grandes centros urbanos.

Para dirimir as dúvidas, resta saber se a complementação do ministro da Fazenda tem efetivamente um caráter doutrinário, assim como a moderna aceção de "bens de salário", implementando efetivamente o rendimento assalariado, de tal forma que suplemente a sua subsistência sócio/econômica, porque a carência de fundamentos ideológicos na proposição, ressalta as suspeitas de que a medida seria mais uma **casuística**, inócua e imediatista. Um paliativo.

MISÉRIA ABSOLUTA E POBREZA RELATIVA

E a pobreza, como é que fica?

Bem, segundo relatório do Banco Mundial, não há miséria absoluta no Brasil. Há pobreza relativa.

Muito mais que semântica, a discussão é econométrica. Acostumados a aferir, os tecnoburocratas estabeleceram parâmetros para a pobreza. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracteriza como pobreza, a condição de "pessoas que não atendem a 60% de suas necessidades básicas". Pesquisas realizadas pelo Governo, são mais enfáticas: são pobres, absolutamente pobres, os que percebem até um salário-mínimo na área urbana e até meio salário-mínimo na zona rural. E explicam porque: na zona rural há possibilidades de implementar a subsistência com rendas não monetárias, tais como a plantação de um roçado, a criação de animais, etc.

Semântica e econometria à parte, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, atesta a existência de 25,7 milhões de pobres nas áreas urbanas e 18,5 milhões nas zonas rurais — o que totaliza quase 45 milhões de pessoas reconhecidas **oficialmente** como pobres. Vale acrescentar um componente agravante dessa situação, a de que o modelo não conseguiu harmonizar a taxa de crescimento demográfico com a oferta de empregos. Dados do IPEA (órgão de assessoramento da Presidência da República) comprovam que, na década de 50 enquanto a população urbana aumentava à razão de 5,6% ao ano, o emprego industrial crescia à média de 2% ao ano. Na década de 60, a popu-

lação urbana cresceu 5% ao ano e a capacidade de absorção de mão-de-obra, a uma média de 4% ao ano. E o contingente migratório das zonas rurais aumenta a cada ano, porque o problema fundiário foi esquecido pelos teóricos do nosso desenvolvimento. Espectros do sub-emprego e do "achateamento" dos salários, associam-se ao malicioso instituto do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para induzir os assalariados a concessões que os marginalizam de um processo **integrado** de desenvolvimento — e aí está a verdadeira "defasagem" sócio-econômica. O desnível na participação de renda se inicia desde a estrutura de emprego, daí porque, no início, tratamos do problema atribuindo-lhe causas conjunturais.

A IDOLATRIA DA RIQUEZA

Em Puebla, o CELAM adverte a América Latina para o risco de um distanciamento cada vez maior entre a minoria, cada vez mais rica, e a maioria, cada vez mais pobre. Razões não lhe faltam. O mesmo PNAD demonstra que o contingente correspondente a 5% da população, definido como mais rico, cresceu em participação, de 29,8% em 1960, para 33,6% em 1970 — até atingir em 1976, a participação de 38,8% na renda total. Ao invés dos 80% mais pobres, metade desse contingente participou da renda total em 1960 com 15% e em 1976 com 13,2%.

A Teologia da Libertação, discutida em Puebla pelos preladados de toda a América Latina, condenou a "idolatria da riqueza", partindo de temas recolhidos do povo, através das chamadas "Comunidades Eclesiais". Condenaram, de fato, o capitalismo desumano — a doutrina materialista anti-cristã. O resultado do esforço produtivo de muitos nas mãos de poucos privilegiados e a desserviço das próprias forças produtivas de trabalho. A concentração de rendas, a miséria.

Ainda achamos que é no terreiro da Democracia onde o indivíduo pontifica e se realiza. Ainda acreditamos que o socialismo — enquanto não se encontrar o ponto de convergência com a Democracia, empreitada até agora infrutífera, a despeito das buscas dos teóricos marxistas italianos e dos eurocomunistas — é a negação da Democracia. Em que pesem os erros do capitalismo, este é o sistema econômico que mais se coaduna com a doutrina democrática. Condenável é a idolatria da riqueza, o materialismo capitalista, o privilégio do capital sobre as forças de trabalho. Mas, o socialismo é igualmente repressor a partir da premissa de controle estatal dos bens de produção. Aceitá-lo, sem a premissa democrática, é aceitar a negação do próprio homem em proveito do Leviatã que voa da direita para a esquerda. Muda de posição, mas permanece intocado.

Portanto, a Democracia há de ser uma imposição irreversível, inadiável e única opção. À esquerda dos idólatras da riqueza, à direita da socialização radical dos bens de produção. Mas, com conteúdo ideológico, aceitando o confronto com a questão social, porque é esta sua essência. Democracia não é consenso; democracia é dissenso. Então, o sistema econômico haverá de nascer desse dissenso, no terreiro das necessidades e possibilidades, como imposição da sociedade, nunca das razões do Estado — nem da alquimia de exóticos laboratórios multinacionais. Democracia, no momento atual, é antes de tudo o fato e não o propósito. Que se defina em fato, então, o propósito do general Figueiredo: **HEI DE FAZER DESTA PAÍS UMA DEMOCRACIA.**



NOVA FASE DO DIREITO

A previsão de JUSTUS WILHELM HEDEMANN, no início do século, de que o direito econômico seria mais uma fase histórica do direito, do que disciplina jurídica autônoma, é contraditada, a partir do final da Primeira Guerra Mundial, quando a mobilização bélica levou o Estado a ter significativa participação na vida econômica, motivando o interesse dos juristas.

Defendia HEDEMANN que as preocupações religiosas da Idade Média deram causa ao Direito Canônico, da mesma maneira que o racionalismo e o crescimento das ciências exatas, influíram no Código Civil Francês. Igualmente a essas constatações científicas, as transformações tecnológicas e a complexidade crescente derivada do desenvolvimento, conduziram ao envolvimento completo do caráter econômico, em todos os ramos do Direito, sem que isto implicasse na revisão da classificação tradicional do Direito.

A experiência, entretanto, demonstrou o contrário, sobretudo porque, embora recente a noção de direito econômico, as suas origens remontam, face à tradição conservadora do espírito jurídico, às primeiras regras sobre juro e salários do Código de Hamurabi. No direito romano do Baixo Império e a legislação dos Estados mercantilistas nota-se a sistematização de normas econômicas, as quais, por estarem situadas em contextos políticos, históricos, econômicos e sociais, bastante diversos, não ofereceram contribuição fundamental à exata compreensão do direito econômico moderno.

Cabe observar, por justiça, a inegável participação de HEDEMANN no desenvolvimento do direito econômico, tendo, inclusive, em 1918, fundado na Universidade de Jena, o "Instituto de Direito da Economia", transferido, posterior-

mente, para Berlim. Como magistralmente acentua MODESTO CARVALHOSA (in DIREITO ECONÔMICO — Editora RT — página 173).

"O Instituto de Jena tornou-se, no entanto, célebre através da edição das *Mitteilungen des Jenaer Institut für Wirtschaftsrecht* (Comunicações do Instituto de Direito Econômico de Jena) e dos *Schriften des Institut für Wirtschaftsrecht* (Escritos do Instituto de Direito Econômico)".

Na Alemanha situam-se os pródromos da armadura jurídica do dirigismo econômico, ou, mais precisamente, da intervenção dos poderes públicos na atividade econômica (KLAUSING, NIPPERDEY, GIESEKE, KAHN, HANS GOLDSCHMIDT, E. R. HUBER, STRAUSS e outros). POLO, todavia, atribui a PROUDHON haver empregado pela primeira vez a expressão direito econômico (1865) como "complemento e corolário do direito civil e do direito político". No entender de HAMEL e LAGARDE o primeiro autor a ter noção do direito econômico teria sido HEYMANN, antes da Primeira Guerra Mundial (1908), o qual, além de conceituar esse ramo do direito como "conjunto de regras jurídicas através das quais o Estado utiliza a economia nacional, objetivando assegurar seus fins políticos e militares", afirmaria mais tarde (1921 — In "As formas jurídicas da economia militar de guerra como base do novo Direito Industrial, Marbourg") que direito econômico "diferencia-se do Direito Público, na medida em que trata de matérias referentes ao empresário, fator produtivo, trabalho e gestão. Diferencia-se, por outro lado, do Direito Privado, na medida em que a sua decisiva acentuação não se encontra no capítulo dos direitos subjetivos, mas sobre a função sócio-econômica da produção".

JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA

PRESCRIÇÃO — As dívidas previdenciárias prescrevem em 30 anos, nos termos da LOPS, não incidindo a prescrição quinquenal. Com a Emenda Constitucional nº 7, desapareceu a base em que se apoiava a divergência.

— Acórdão da 2ª Turma do TFR, na Ap. 40.852, de São Paulo (Amarílio Benjamin, Rel.). — Ementa publicada no DJU de 6.4.78, pág. 2.005.

HORAS EXTRAS — SUPRESSÃO — A supressão de horas extraordinárias após trabalhadas por longo tempo (quatro anos), implica redução salarial.

Em embargos, que o Tribunal recebeu, unanimemente, foi a seguin-

te a ementa: "Horas extraordinárias. Sua supressão após trabalhadas por longo tempo (quatro anos) implica redução salarial".

— Acórdão 2.855, de 15.3.78, do TST, em sessão plena, nos E-RR-1.660/76 (Orlando Coutinho, Rel.). — DJU de 21.2.78, pág. 1.556.

SUCESSÃO MULTA — O sucessor, adquirente do estabelecimento comercial, responde pelos tributos devidos pelo antecessor, não porém por multas punitivas, sobretudo se impostas posteriormente à aquisição.

— Acórdão da 1ª Turma do STF, no RE 83.514, de São Paulo (Eloy da Rocha, Pres. e Rel.). — RTJ 82,

págs. 544/546.

SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS DE QUALIFICAÇÕES DIVERSAS — O cálculo do tributo deve ser feito em relação a cada profissional habilitado.

— Acórdão de 11.4.78, da 1ª Turma do STF, no RE 88.531, do Espírito Santo (Xavier de Albuquerque, Rel.). — Ementa publicada no DJU de 25.4.78, pág. 2.627.

CONSULTAS & SUGESTÕES para esta coluna devem ser enviadas ao dr. Ney Lopes de Souza — Escritório especializado em direito econômico —, à rua Jundiá, 430 — Fones: 222-1226 — 222-2483 (084) — Natal-RN.

**TEMOS TUDO
PARA LHE
SERVIR BEM.**



Galvão Mesquita Ferragens S/A



Casa Lux S/A

Rua Dr. Barata, 217/219 — Fones: 222-2968, 222-2983, 222-4145, 222-4142 e 222-2819
Rua Dr. Mário Negócio, 1451 — Fone: 222-2149 — Rua Segundo Wanderley, 651 — Fone: 222-2850
Rua Dr. Barata, 194/200 — Fones: 222-0048, 222-2785 e 222-3008 — Rua Amaro Barreto, 276
Fone: 222-1500 — Av. Rio Branco, 643 — Fones: 222-2841 e 222-3034.



Quatro anos de Justiça Fiscal

No começo foi difícil.
Havia toda uma estrutura obsoleta
que precisava ser reformulada.
A Secretaria da Fazenda não dispunha
dos meios para efetuar uma
fiscalização eficiente.
Assim, havia muita sonegação.
Os maiores prejudicados eram os
empresários responsáveis, pois se
submetiam a uma concorrência desleal
com os sonegadores.

A fiscalização é mais eficiente.
Formou-se entre os contribuintes o
hábito de pagar em dia os tributos.
Como prova disto, registrou-se até
uma redução sensível no número de
multas nos últimos dois anos.
Cresceu a receita de ICM.
Em 1974 ela era de apenas Cr\$ 166
milhões. Em 1978 ela atingiu quase
Cr\$ 905 milhões. Ou seja: evoluiu e
504 por cento.
Tudo isto foi feito sem